

Universidade Federal de São Paulo  
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de História



Vista aérea da Cidade de São Paulo. HABERKORN, WERNER. Acervo: Museu Paulista, 1940-1960.

**Discurso Técnico e Relações Sociais no  
Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo:  
elementos para a história das transformações espaciais na área dos ribeirões  
Saracura e Itororó  
(1937-1945)**

Georgia de Proença dos Santos  
Prof. Dr. Fernando Atique

Guarulhos  
2022

Universidade Federal de São Paulo  
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de História

Georgia de Proença dos Santos

**Discurso Técnico e Relações Sociais no  
Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo:  
elementos para a história das transformações espaciais na área dos ribeirões  
Saracura e Itororó  
(1937-1945)**

Monografia apresentada ao Curso de  
História - Bacharelado como parte dos  
requisitos necessários à obtenção do Título  
de Graduação

Guarulhos  
2022

## **Dedicatória**

Dedico esta monografia aos meus pais, que sempre me apoiaram, desde sempre.

Às minhas amigas, Fernanda, Gabrielli, Amanda, Letícia e Patrícia por todo tipo de apoio que me deram ao longo da escrita deste trabalho, minha vida acadêmica, profissional, e mais que tudo, pessoal.

A meus amigos de infância, da vida adulta e, com certeza, da velhice, Luis e Marina. Agradeço imensamente, por fim, ao meu orientador e a quem admiro profundamente, Fernando Atique, por ter me acolhido, me guiado e ter transformado minha trajetória na Universidade.

## **Agradecimentos**

Agradeço à Lorena Sayuri Nakashima por ter disponibilizado tempo e ser tão atenciosa na procura de relatos para esta monografia.

Aos meus colegas do grupo CAPPH, por tantas discussões de pesquisas anteriores que me deram estofo para chegar até aqui neste trabalho.

Ao Professor Luis Ferla e Ariana Rodrigues da plataforma Pauliceia 2.0.

À Aline Canuto, por levantamento de dados imprescindíveis para a execução deste trabalho.

*“São Paulo modernisava-se e estava destruindo as casas antigas para construir arranha céus. Não havia mais porões para o proletário, os favelados falavam, e pensavam. E vice-versa”*

*“Inconscientemente, mostre o São Paulo por dentro, o Universo pensava que São Paulo era um atleta. Um físico forte. E eu apresentei suas chagas... As favelas. A chaga moral de um país”*

*(INSTITUTO MOREIRA SALLES. Carolina Maria de Jesus: Um Brasil para os Brasileiros. São Paulo, 2022.)*

## Resumo

Estudar a História Urbana da cidade de São Paulo, em particular, em meados do século XX, pode-se tornar um desafio: como conciliar grandes mudanças e demolições com o que já existia e com quem habitava a capital? Esta pesquisa toma como ponto de partida o processo de demolição e a remodelação de espaços urbanos na área central de São Paulo propostos no Plano de Avenidas, elaborado por Francisco Prestes Maia (1896-1965) e João Florence de Ulhôa Cintra (1887-1944). Neste plano urbanístico, assenta-se a ideia de modernidade automobilística por meio da implantação do Perímetro de Irradiação, um cinturão viário que enfeixa os dois distritos centrais de São Paulo, praças da Sé e República à época, e que permitiria a criação de um sistema radioconcêntrico de vias, que impulsionariam o crescimento da mancha urbana.

Este Perímetro de Irradiação foi colocado em execução a partir do final dos anos 1930, levando a capital paulista a sofrer alterações espaciais e viárias em nome da Modernidade desejada para São Paulo pela elite dirigente. O processo de demolição para possibilitar a execução dessas obras públicas, exigiu a reconfiguração de dois bairros que aqui nos interessam de perto: o Bexiga e a Liberdade. Para que se desenhasse parte do traçado viário estipulado pelo Plano de Avenidas, nesses locais, construíram-se dois viadutos nas antigas áreas situadas nos vales dos ribeirões Saracura e Itororó. Estes viadutos, vistos como símbolos de uma cidade moderna, já em sua época, revelam, em compensação ao discurso de elogio da técnica, uma possibilidade de exame da cidade que se esvaiu. O objetivo, assim, desta monografia de conclusão de curso, é compreender quais são consequências que acarretaram essas modificações e demolições na área central, e como impactaram principalmente no âmbito social a vida em São Paulo. Estes locais dos viadutos serão vistos a partir de uma lente dupla: técnica e social, pois alterou a vida de muitas pessoas que tiveram suas propriedades modificadas em nome da transformação espacial de São Paulo.

**Palavras-Chave:** Prestes Maia; Demolições; Bixiga; Liberdade; História Urbana; São Paulo.

## **Abstract**

Studying the Urban History of the city of São Paulo, in particular, in the mid-twentieth century, can become a challenge: how to reconcile major changes and demolitions in between what already existed and with whom already inhabited the capital? This research takes as a starting point the process of demolition and remodeling of urban spaces in the central area of São Paulo proposed in the Plan of Avenues, by Francisco Prestes Maia (1896-1965) and João Florence de Ulhôa Cintra (1887-1944). In this urban plan, the idea of automobile modernity is based through the implementation of the Perimeter of Irradiation, a road belt that unites the two central districts of São Paulo at the time, Sé and República, and that would allow the creation of a radio concentric system of roads, which would boost the growth of the urban sprawl. This Irradiation Perimeter was put into operation in the late 1930s, leading the capital of São Paulo to undergo spatial and road changes in the name of the Modernity desired for São Paulo by the ruling elite. The demolition process to enable the execution of these public works required the reconfiguration of two neighborhoods: Bexiga and Liberdade. In order to design part of the road layout stipulated by the Avenues Plan, in these places, two viaducts were built in the old areas located in the valleys of the Saracura and Itororó. These viaducts, seen as symbols of a modern city, already in their time, reveal, in compensation for the speech of praise of technique, a possibility of examining the city that has vanished. The objective, therefore, of this course conclusion monograph, is to understand the consequences of these changes and demolitions in the central area, and how they impacted life in São Paulo mainly in the social sphere. In this way, these viaduct locations will be seen from a multiple lens: technical, but also social, as it changed the lives of many people who had their properties modified in the name of the spacial transformation of São Paulo.

**Hashtags:** Prestes Maia; Demolitions; Bixiga; Liberdade; Urban History; São Paulo.

## **Lista de Tabelas**

Tabela 1: Equipes jornalísticas, 1930 até 1950.....	51
Tabela 2: Os Expropriados na São Paulo de 1938 1941.....	113



## Sumário

<b>Introdução</b> .....	10
<b>Capítulo 1: Compassos de um Projeto Urbano: os personagens e as políticas de sustentação do Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo nos anos 1930</b> .....	18
1.2. Getúlio Vargas.....	20
1.3. Adhemar de Barros.....	23
1.4. A construção de uma cidade.....	25
1.5. Francisco Prestes Maia.....	31
1.6. Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia.....	36
<b>Capítulo 2: Prestes Maia e a Imprensa Paulistana: das Matérias de um Sucesso Urbano às Críticas Sobre uma Crise Evitável</b> .....	41
2.2. O Plano de Avenidas em Execução.....	42
2.3. O papel da imprensa.....	46
2.4. A cidade dos Viadutos.....	54
2.5. Os viadutos.....	63
2.6. As promessas por trás do Plano de Avenidas: Habitações Populares.....	72
2.7. A Crise de Habitações de 1940.....	78
<b>Capítulo 3: Evitável ou não? Como se monta a polêmica sobre a habitação social em São Paulo mediante a disputa por espaços de ocupação urbana</b> .....	92
3.2. Os estigmas da habitação.....	98
3.3. Os investidores do bairro.....	101
3.4. Quem é esta população? .....	107
3.5. Os cortiços.....	110
3.6. Para onde foi esta população? .....	116
3.7. A polêmica sobre a habitação em São Paulo.....	147
3.8. Erradicar para Germinar a Nova Cidade: demolições como estratégia de urbanismo moderno em Prestes Maia.....	150
<b>Considerações Finais</b> .....	153
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	157
<b>Anexos</b> .....	164

## Introdução

Esta monografia<sup>1</sup> é o fechamento de anteriores trabalhos realizadas, sendo a mais recente, de Iniciação Científica, processo 2020/09561-9, denominada "*A Crise de Moradia nas Notícias de Jornais*": *as demolições ocorridas em São Paulo no governo Prestes Maia e a recepção crítica no Correio Paulistano de um problema urbano*<sup>2</sup>, realizada com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Estas pesquisas fizeram parte de projeto maior, denominado de "Pauliceia Esfacelada"<sup>3</sup>, orientado pelo Prof. Dr. Fernando Atique.

Esta comunicação investigou as contradições do Plano de Avenidas, proposto por Francisco Prestes Maia, em 1930, e também suas consequências, a partir de um ponto de vista da imprensa, em particular do jornal Correio Paulistano, enfatizando a maneira como este veículo relatou e também lidou com as demolições em massa na cidade. Além disso, aqui, foco particularmente como os melhoramentos<sup>4</sup> no Plano intensificaram o agravamento da Crise de Moradias a partir de 1940, intensificada pela promulgação do Decreto-Lei nº 4.598 de 1942, denominado de Lei do Inquilinato<sup>5</sup>, que impactou no

---

<sup>1</sup> Este trabalho é uma adaptação de pesquisas desenvolvidas sob orientação do Prof. Dr. Fernando Atique pertencentes ao projeto "Pauliceia Esfacelada", que tem como objetivo investigar as demolições ocorridas em São Paulo no governo Prestes Maia, e a recepção crítica da imprensa paulistana acerca da crise de moradia urbana entre 1937 até 1949. Este projeto foi financiado pela FAPESP e pelo CNPq, e desenvolvido entre 2018 e 2021.

<sup>2</sup> Graduanda em História em Bacharelado (2016), faz parte do grupo de pesquisa CAPPH - Cidade, Arquitetura e Preservação em Perspectiva Histórica, sediado no departamento de História da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), certificado pelo CNPq e liderado pelo professor Fernando Atique. Sob sua orientação, desenvolveu duas pesquisas: "*A Crise de Moradia nas Notícias de Jornais*": *as demolições ocorridas em São Paulo no governo Prestes Maia e a recepção crítica no Correio Paulistano acerca de um problema urbano* (Proc. 2020/09561-9) e "*Demolições e Viadutos*": levantamento de fontes oficiais, da imprensa e iconográficas como suporte à História do Perímetro de Irradiação e sua passagem por sobre os ribeirões Saracura e Itororó (1937-1945) (Proc. 2019/06749-0), ambas apoiadas pela FAPESP.

<sup>3</sup> Pauliceia Esfacelada: uma investigação sobre o processo de demolição de espaços na área central de São Paulo e suas representações midiáticas, (18/15939-4), é um projeto que discute uma compreensão, pelo viés da história social urbana, de algumas das dimensões inerentes à configuração e à reconfiguração da cidade. Esta investigação proposta, assim, debruça-se sobre o projeto urbano de maior impacto na centralidade de São Paulo até a primeira metade do século XX: a implantação do Perímetro de Irradiação, parte basilar do Plano de Avenidas, desenvolvido por Ulhôa Cintra e Prestes Maia, em 1922 e 1924, e instalado pela municipalidade da capital, e pelo próprio Prestes Maia de 1938 até 1945.

<sup>4</sup> A palavra "melhoramentos", como já pontuou Stella Bresciani, era, no período que de estudo, uma palavra guarda-chuva, "um lugar comum" para a designação das transformações urbanas, divulgadas como sempre "melhores" do que a condição que a cidade ostentava (BRESCIANI, 2001).

<sup>5</sup> A Lei do Inquilinato permitiu o estabelecimento de parâmetros mais claros e juridicamente aparelhados na relação proprietário de imóveis e inquilinos. Proprietários de imóveis que atendiam às camadas mais baixas de habitantes da cidade, revoltaram-se com a legislação e passaram a demolir os locais de moradia

deslocamento forçado de milhares de pessoas de camadas menos abastadas da população para as periferias, o aumento do aluguel e também a escassez das casas de aluguel na cidade de São Paulo.

Em 2019, realizei a pesquisa “*Demolições e Viadutos: levantamento de fontes oficiais, da imprensa e iconográficas como suporte à História do Perímetro de Irradiação e sua passagem por sobre os ribeirões Saracura e Itororó (1937-1945)*” (2019/06749-0), também orientada pelo Prof. Dr. Fernando Atique, e pertencente ao mesmo projeto de nome “Pauliceia Esfacelada”. Em “Demolições e Viadutos” busquei compreender como se desenhou a construção do arco sudoeste do Perímetro de Irradiação que fazia parte do projeto de remodelação da cidade de São Paulo proposto por Prestes Maia, e colocado em execução a partir do final da década de 1930.

Foram investigados os Viadutos Nove de Julho, Dona Paulina e Jacareí, de maneira que se buscasse informações sobre o processo de construção e suas consequências em jornais da época, além de fotografias e registros, como plantas e cadernos de obras. Para isso, investiguei o acervo de 3 jornais: Folhas da Manhã, da Tarde e da Noite, do Grupo Folha; Correio Paulistano e O Estado S. Paulo, entre 1920-1940, sobre o processo de construção dos viadutos e suas consequências sobre as demolições. As palavras-chaves utilizadas foram: Viaduto Nove de Julho, Jacareí, Dona Paulina e Maria Paula.

O resultado foi a criação de uma tabela que relacionou o número de notícias de jornais de cada viaduto, em um determinado ano para cada veículo de notícia mencionado previamente. Ao fazer esta tabela, me deparei com uma das consequências do Plano de Avenidas na Cidade: a escassez de casas de moradias de aluguel e habitações populares no geral.

O motivo da escolha do jornal *Correio Paulistano*<sup>6</sup> foi, primeiramente, por já ter familiaridade com fontes da imprensa devido às pesquisas anteriores já mencionadas. Minha trajetória investigativa partiu da Hemeroteca Digital, no jornal Correio Paulistano,

---

em meados da década de 1940, substituindo os usos dos terrenos, conforme apuramos no levantamento de fontes no Correio Paulistano. Para maiores informações sobre esta lei, ver BONDUKI, 2004.

<sup>6</sup> Este foi o primeiro jornal do estado de São Paulo, lançado em 1854. Desde sua fundação apresentava ideais liberais, mostrando-se avançado para sua época. Posteriormente, se associou ao Partido Conservador, e depois, ao Partido Republicano Paulista (PRP). Os discursos proferidos nas notícias relacionavam-se aos valores do Partido, e por consequência, após a Revolução de 1930, com a derrota da oligarquia paulista que dirigia o PRP, o jornal foi afetado. Foi fechado até 1934, por ordem de Vargas, até ser reaberto e incorporado como patrimônio do Estado. Dali por diante, passou por um período de queda de relevância e problemas financeiros, até ser fechado definitivamente em 1963. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Correio\\_Paulistano](https://pt.wikipedia.org/wiki/Correio_Paulistano)>.

com as palavras-chaves: “alargamentos”, “melhoramentos” e “demolições + prestes maia”, que me permitiu chegar ao problema das moradias populares de 1940. O discurso encontrado nos jornais e obras que tratavam o processo de demolição e construção do Plano de Avenidas do período, relatava uma priorização em urbanizar e expandir a cidade, de modo que criava certos polos elitizados, em detrimento da já consolidada vizinhança que habitava as áreas de interesses localizadas no centro da cidade.

Este trabalho de conclusão de curso, assim, tem como recorte temporal as décadas de 1930 até meados de 1950, quando as grandes transformações físicas, sociais e culturais ocorreram, principalmente, na área central de São Paulo, e pretende contribuir com o alinhavar de questões que são consequências do Plano de Avenidas, algo que poucos autores têm tratado (COSTA, 2019, p. 220).

Estas investigações anteriores me deram estofamento para a formulação desta monografia, tendo como elo o processo de transformação urbana pela qual São Paulo passou principalmente entre a primeira e segunda metades do século XX.

Tendo em vista esse momento de ebulição em tantas vertentes, procuro discutir as relações sociais e os discursos técnicos proferidos por grandes veículos de imprensa do período e por trajetórias políticas de importantes figuras contemporâneas, que colocaram em execução obras públicas na cidade. Dentre essas transformações na cidade que aqui busco discutir, priorizei aquelas que lançam olhar sobre os aspectos urbanos, arquitetônicos, sociais e econômicos, de uma malha urbana que se configurava com a abertura e alargamento de novas vias e com o processo de verticalização intensa na área central (COSTA, 2019, p. 220).

Apesar da segunda metade do século XX ter marcado uma certa efervescência de grandes feitos e concretudes de mudanças, propostas e possibilidades de transformações urbanas vieram à tona especialmente no período de passagem entre os séculos XIX e XX, que propunham apagar elementos obsoletos, “típicos da cidade velha colonial, que se desejava eliminar” e ver transformada em uma cidade moderna (TOPALOV, 2014, p.288). Este processo é atribuído, já em seu período de consecução como “progresso”, e é representado pelas grandes modificações espaciais pelas quais a cidade de São Paulo passava até se estabelecer, majoritariamente, na atual forma viária de seu centro expandido.

Em *História Econômica e Social do Estado de São Paulo (1850-1950)*, discute-se a consolidação da potência industrial de São Paulo, iniciando-se desde as primeiras décadas do século XX, sinalizando que “estava claro que São Paulo ultrapassara esses

núcleos industriais alternativos e se tornara a principal zona de crescimento industrial no Brasil, posição que mantém até hoje” (LUNA; KLEIN; p.287, 2019). A indústria paulistana foi a que mais cresceu no País (LUNA; KLEIN, p.325, 2019). As razões da supremacia alcançada por São Paulo no setor industrial já foram discutidas inúmeras vezes na historiografia, muitas vezes relacionadas à ascensão da economia cafeeira e o seu impacto sobre a economia do Estado. E, justamente por esse fator, importantes setores foram desenvolvidos e impulsionados, como o do transporte, da indústria e dos serviços.

Isso trouxe um grande contingente de migrantes vindos para a cidade em busca de alternativas de vida provenientes dos frutos da industrialização, tendo seu grande pico habitacional na capital paulista na década de 1940. O resultado foi uma crise de moradias, que será discutida posteriormente. A melhoria de vida e de oportunidades estava intrínseca a uma cidade moderna, em busca de ir adiante, de encontrar o tal “progresso”.

A caracterização do “progresso”, dessa maneira, também acompanhava as transições presentes na construção de uma mentalidade “moderna”. Essa discussão pode ser encontrada em *A mulher moderna: práticas urbanas e da vida doméstica em São Paulo (1930-1960)*, artigo escrito por Sabrina Fontenele, ao comentar as alterações de diversas frentes na cidade, na qual o próprio termo “moderno” ganhou ênfase, designando a demonstração daquilo que é novo, do progresso, de liberdade, de emancipação (COSTA, 2019).

Sabrina Studart Fontenele Costa, discute também uma afirmação segundo o historiador Nicolau Sevcenko, na qual “o vocábulo ‘moderno’ vai condensando conotações que se sobrepõem em camadas sucessivas e cumulativas, que lhe dão uma força expressiva ímpar, muito intensificada por esses três amplos contextos: a revolução tecnológica, a passagem do século e o pós-guerra” (apud SEVCENKO, 2003, p.228).

Fernando Atique, no livro *Memória Moderna: a trajetória do Edifício Esther* explicita como o Plano de Avenidas lidou com a ideia de cidade moderna, ao fomentar e/ou eleger símbolos para a demonstração desta modernização. Assim aponta Atique:

a metrópole almejada pela elite (...) era, então, o espaço onde as palavras progresso e civilização estavam sendo corporificadas. Na visão dessa elite, a metrópole paulistana era o lugar onde a desejada Modernidade estava se alojando, de fato, e de onde poderia ser irradiada, não só pelo Brasil, mas possivelmente, pelo continente sul-americano. Contudo, os habitantes dessa cidade em contínua construção, nem sempre tinham a mesma compreensão do fenômeno da metropolização. Enquanto alguns, alimentados pelas notícias suscitadas pela imprensa de que São Paulo crescia vertiginosamente em direção ao futuro, se sentiam verdadeiros agentes desse efeito, adquirindo até posições ufanistas, muitos outros conheciam apenas o lado cruel da

metropolização, manifestado na discriminação racial - fomentada pelas crescentes levas de imigrantes - e espacial, típicas de uma cidade que se voltava mais para o embelezamento de suas áreas centrais do que para a construção de espaços que pudessem abrigar sua crescente classe trabalhadora (ATIQUÊ, 2014, p.136).

O processo de alteração da cidade, nos anos 1930, contudo, remonta à cristalização do urbanismo como disciplina. Já na década de 1920, em particular, estudos de planejamento urbano surgiram para guiar as possíveis direções do processo de crescimento da cidade. Um dos principais autores de propostas urbanas na Prefeitura nesse período foi Ulhôa Cintra<sup>7</sup>. Muitos dos esquemas urbanos produzidos no período eram para “demonstrar a visão do futuro da municipalidade” (CAMPOS NETO, 2002, p.264).

Um destes esquemas seria o do Perímetro de Irradiação, do próprio Ulhôa Cintra, redigido em 1922, cuja proposta, em linhas gerais, seria de construir um anel viário em torno do centro da cidade. Posteriormente, entre 1924 e 1926, Prestes Maia<sup>8</sup> passou a fazer parte da comissão técnica criada para acompanhar o desenvolvimento do projeto do Perímetro de Irradiação (LUCCHESE, 2016, p.100), que discutiremos mais adiante.

A partir de então, se firmaria uma parceria entre ambos, que compartilhavam e se inspiravam em uma perspectiva de um “futuro brilhante e crescimento rápido da cidade” (CAMPOS NETO, 2002, p.264), que viabilizasse o novo caráter industrial e moderno de São Paulo. Em 1924, Prestes Maia e Ulhôa Cintra elaboraram conjuntamente o “*Projeto de Avenida Circular Constituindo Perímetro de Irradiação*”, publicado no Boletim do Instituto de Engenharia de São Paulo e, posteriormente, em 1930, sistematizado como Introdução a um Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo. O Perímetro de Irradiação, pertencente ao projeto, tinha como um de seus intuitos a execução de um esquema viário circular, com avenidas radiais e perimetrais.

---

<sup>7</sup> Engenheiro civil pela Escola Politécnica de São Paulo, formado em 1911, João Florence de Ulhôa Cintra integrou o corpo funcional da administração municipal de São Paulo entre 1913 e 1944. Além de chefe da Divisão de Urbanismo da Prefeitura, foi também professor de hidráulica urbana na Escola Politécnica de São Paulo. Em 1927, com a saída do engenheiro Saturnino de Brito da Comissão de Melhoramentos do Tietê, Ulhôa Cintra assumiu seu lugar no cargo de chefia e, em 1938, na gestão do prefeito Prestes Maia, tornou-se Diretor Geral de Obras do Município – cargo em que permaneceu até 1944, ao falecer aos 54 anos de idade (LUCCHESE, 2016, p.99-105).

<sup>8</sup> A carreira de Francisco Prestes Maia iniciou-se em 1917, quando havia acabado de se graduar como engenheiro-arquiteto na Escola Politécnica de São Paulo, e, logo no ano seguinte, já trabalhava no Setor de Obras da Prefeitura Municipal de São Paulo. Ali, interagiu com grandes figuras do pensamento urbano e futuros colegas, como Victor da Silva Freire (1869-1951) e João Florence de Ulhôa Cintra (c.1887-1944), que seriam fundamentais para posteriores projetos para a cidade de São Paulo, que serão abordados mais adiante. A trajetória política de Prestes Maia inicia-se, de fato, em 1937, ao ser indicado como Prefeito em seu primeiro mandato.

A grande questão que permeou o Plano de Avenidas seria a de auxiliar na expansão e na instauração desta mesma ideia de progresso, presente no cerne do projeto, propondo também soluções para ocupação, integração e mobilidade viária da urbe. Um dos melhoramentos colocados em execução para a primeira parte da “*Avenida de Irradiação*”, foi a construção de viadutos, na zona sudoeste do Perímetro, no intuito de minimizar o tráfego intenso da cidade (PROENÇA, 2019, p.03). A execução das obras dos Viadutos Nove de Julho, Jacaré e Dona Paulina, entre 1940 e 1950, tinha como um dos objetivos a ocupação extensiva e integrada do solo, a partir de uma ampliação do espaço do centro histórico.

O processo de demolição para possibilitar a execução destas obras públicas, exigiu a reconfiguração de dois bairros, o Bexiga e a Liberdade, para que se desenhasse parte do traçado viário do *Perímetro de Irradiação* no local, demandando a construção desses corredores nas antigas áreas situadas nos vales dos ribeirões Saracura e Itororó. Esse traçado viário se relacionaria, posteriormente, com as propostas de Prestes Maia para a reconfiguração do sistema de transporte, visando para os viadutos as locomoções superficial e subterrânea pela cidade em transformação, visto que, através de túneis, passaria o metrô, para inaugurar um modelo de transporte que não se consumou no período.

Apesar de o Plano de Avenidas ter sido um grande fator de reconfiguração da cidade de São Paulo, é importante considerar que lidamos com o ápice de uma metrópole em expansão, que necessitava de reajustes, após tantos anos de crescimento desenfreado. O que aconteceu para caracterizar como degradados os espaços da região central, a ponto de necessitarem de uma reconfiguração? Seguimos com esse questionamento.

Entre os espaços que se reconfiguraram, na primeira metade do século XX, contando com desmaterializações significativas, figura a antiga área situada nos vales dos ribeirões Saracura e Itororó, que seriam aproveitadas por Prestes Maia para a construção das Avenidas Nove de Julho – iniciada ainda no governo de Pires do Rio (1926-1930), e continuada na gestão de Fábio Prado (1934-1938) - e terminada por ele (1938-1945). Com o Perímetro de Irradiação, em sua última versão, processou-se uma modificação no arco sudoeste da avenida, na ligação da Praça da República até a região da Praça da Sé.

Essa mudança se consolidou com o abandono do traçado que estava sugerido no Plano de Avenidas, publicado em 1930, que passaria em bissetriz pela quadra onde se

construiu o Edifício Esther<sup>9</sup>, incorporando, por fim, a Avenida São Luiz no trajeto. Isso forçou a criação de viadutos: um sobre o Ribeirão Saracura (já tamponado e convertido em Avenida Nove de Julho) denominado de Viaduto Nove de Julho, e outro na região do Itororó, batizado de Maria Paula, e depois, Dona Paulina. Este trecho aéreo, conectou-se com a área de dois “bairros” da cidade: o Bexiga, entre a rua Santo Antônio e Brigadeiro Luiz Antônio, e o da Liberdade, nas barrancas do Itororó. Um terceiro Viaduto também foi construído: o Jacaré.

Com o novo planejamento urbano paulistano, vieram também as consequências do usufruto das obras viárias. Qual parte da população paulistana que vivia no Centro da cidade à época realmente se beneficiou de tal remodelação? E qual parcela social foi obrigada a se retirar? Para onde foram?

A partir desta breve contextualização do momento histórico que permeia essa monografia é importante delinear que o objetivo deste trabalho é discutir os dilemas e contradições entre aquilo que estava proposto no Plano de Avenidas, lançado em 1930 por Francisco Prestes Maia e os resultados e consequências efetivamente colocados em execução na cidade de São Paulo, criticados na imprensa paulistana com maior contundência, a partir da década de 1940. Além disso, será analisada a questão do urbanista visto como técnico, algo que, no período em estudo, torna-se fulcral, pois a técnica passa a ser vista como “neutra”, “objetivada” e destituída de uma dimensão política, aspectos que hoje, sabidamente, podemos ver como estratégias discursivas.

Para isso, abordaremos os seguintes pontos em questão: as promessas por trás do Plano de Avenidas, visando a questão das Habitações Populares; o dilema que foi se construindo a partir das demolições de casas de moradias populares para execução de *melhoramentos urbanos*<sup>10</sup>; e, por fim, a crise de moradias de 1940, na capital. Para isso,

---

<sup>9</sup> Para que a cidade de São Paulo ficasse conhecida, hoje, como o território dos arranha-céus, foi necessária a ação de arquitetos e engenheiros que projetaram muitos edifícios verticais, destinando boa parte deles à habitação. Em *Ensinando a morar: o Edifício Esther e os embates pela habitação vertical em São Paulo (1930-1962)*, Fernando Atique discute esta polêmica, verificada no século XX, tendo como ponto focal a gestação e a ocupação do Edifício Esther, projetado pelos arquitetos Vital Brazil e Adhemar Marinho, para a família de empresários do açúcar Almeida Nogueira. Mostra-se que a consolidação da habitação vertical em São Paulo se efetivou, em grande parte, no papel desempenhado pelo Esther, aglutinador de importantes personagens urbanos, mas locus de uma das mais interessantes formas de gestão predial já existentes na cidade: a Sociedade Predial Esther, firma de gerenciamento do edifício homônimo. Para mais informações consultar (ATIQUE, 2014).

<sup>10</sup> Aqui utilizarei o termo “melhoramentos urbanos” pautados naquilo em que os veículos da imprensa que pesquisei, conjuntamente com a concepção do próprio Prestes Maia sobre o que estes são, de tudo aquilo que colocaria uma cidade obsoleta nos eixos de transição para uma metrópole moderna: obras públicas de planificação de ruas, pavimentação, viadutos, saneamento básico, ruas iluminadas, pontes, praças, viabilização para o transporte urbano de rodas, entre outros.



esta monografia divide-se em 3 capítulos, que passarão pelos seguintes tópicos de discussão: Construção, Discurso Técnico, Os Viadutos, Visão da Imprensa e Crise de Moradias.

**Capítulo 1:**  
**Compassos de um Projeto Urbano:**  
**os personagens e as políticas de sustentação do**  
**Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo nos anos 1930**

Para entender as transformações de São Paulo nos anos 1930, é fundamental discutir a dimensão política e urbana para além do ambiente paulista. O momento histórico identificado nesta pesquisa, é intenso e extenso. Em um panorama mais abrangente, inicio a discussão na década de 1930, em 10 de novembro de 1937, quando foi implantado o Estado Novo, retirando completamente a autonomia dos estados e municípios.

A expressão “Estado Novo” foi empregada pela primeira vez por Oliveira Salazar<sup>11</sup> - ditador português, no início da década de 1930, para justificar o regime autoritário português (MARTINS, 2010). Esta mesma expressão, seria utilizada alguns anos depois no Brasil, já comparando, de certa forma, a subordinação ideológica da ditadura de Vargas ao fascismo europeu. Estado Novo é, então, o nome atribuído pela historiografia brasileira ao período ditatorial encabeçado por Getúlio Vargas, que teve início com o golpe de estado no dia 10 de novembro de 1937 e fim em 29 de outubro de 1945 (MARTINS, 2010).

Com a entrada de Getúlio Vargas no poder, por meio do que se convencionou chamar de Revolução de 1930<sup>12</sup>, todas as Casas Legislativas no Brasil foram dissolvidas. Após a promulgação da Constituição Federal de 1934, o Legislativo Paulista voltou a funcionar em 1935, quando, no mesmo edifício da Praça João Mendes, no dia 8 de abril, instalaram-se os 60 deputados eleitos no dia 14 de outubro de 1934, para assim, posteriormente, lançar a Constituição de 9 de Julho de 1935.

---

<sup>11</sup> António de Oliveira Salazar (Vimieiro, Santa Comba Dão, 28 de abril de 1889 — Lisboa, 27 de julho de 1970) foi um ditador nacionalista português que, além de chefiar diversos ministérios, foi presidente do Conselho de Ministros do governo ditatorial do Estado Novo] e professor catedrático de Economia Política, Ciência das Finanças e Economia Social da Universidade de Coimbra. Figura de destaque e promotor do Estado Novo (1933–1974) e da sua organização política, a União Nacional, Salazar dirigiu os destinos de Portugal como presidente do Ministério de forma autocrática entre 1932 e 1933 e, como Presidente do Conselho de Ministros entre 1933 e 1968. Ficou também para a história como o estadista que mais tempo governou Portugal, desempenhando funções em ditadura entre 1932 e 1933, e de forma autoritária, desde o início da Segunda República até ser destituído em 1968. Morre aos 81 anos em 27 de julho de 1970, em Lisboa, Portugal. <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_de\\_Oliveira\\_Salazar](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_de_Oliveira_Salazar) Acesso em 28/12/2021, às 18:21>

<sup>12</sup>

O regime político foi instaurado através do fechamento do Congresso Nacional e a instituição de uma nova Constituição Federal. O Estado Novo contou com apoio militar e buscava um Estado centralizador e interventor, com Getúlio Vargas, com total poderes executivo e político, até para depor os governadores que se opunham ao Estado Novo, com substituição por interventores escolhidos pelo presidente Vargas<sup>13</sup>.

O Interventor Federal para o Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, por exemplo, concedeu o cargo de prefeito da capital paulista para Francisco Prestes Maia, em 1938, como será discutido posteriormente.

É válido aqui discutir a dinâmica deste período ditatorial, palco de tantas transformações urbanas na cidade de São Paulo. O governo estadonovista foi marcado pela crítica à democracia parlamentar, à pluralidade de partidos, à representação autônoma de interesses, e a centralização de um Estado forte - características presentes também em governos autoritários europeus. A diferença deste regime dentre tantos outros modelos europeus, no Brasil, viria a partir da prática de algumas políticas públicas, como, por exemplo, a da inexistência de partido único; a ausência de intensa mobilização política de massas e a não-uniformização da elite dirigente. Outro fator importante, que discutirei mais adiante, foi a criação, de certa forma tardia, de mecanismos de legitimação, como o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, que foi criado apenas dois anos depois da implantação do Estado Novo, em 1939, assim como a construção imagética de Vargas, como o “pai dos pobres”, que só se iniciou três anos e meio depois de instaurada a ditadura (MARTINS, 2010).

A ditadura varguista foi marcada, também, pela grande repressão e violência. Os opositores ao governo eram perseguidos, torturados e mortos, assim como a cultura e a imprensa foram censuradas e deviam se submeter às diretrizes do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). A construção da imagem de Vargas como o “pai da nação” se deu também via o forte controle da propaganda e as ações do DIP, executadas de modo a garantir a construção da imagem idealizada do ditador. Além disso, são também deste período políticas trabalhistas que colaboraram para fomentar a imagem de Getúlio Vargas

---

<sup>13</sup> O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro conjuntamente com a Faculdade Getúlio Vargas, realizaram uma exposição virtual sobre a trajetória de vida e política de Getúlio Vargas. Disponível em <<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/governo-vargas>>. Acesso em 02 jan. 2022.

como a de um político, talvez até, de uma espécie de entidade, que trouxe avanços aos trabalhadores brasileiros e à industrialização do país<sup>14</sup>.

Getúlio Vargas é um personagem fundamental na dinâmica política, principalmente, da cidade de São Paulo na primeira metade do século XX. Por hora, se faz necessário compreendermos alguns nomes-chaves para contextualizarmos as mudanças físicas, políticas, econômicas e sociais que permearam São Paulo e caracterizaram a grande reformulação urbana de 1938 até 1950.

## 1.2. Getúlio Vargas

Getúlio Vargas<sup>15</sup> foi o político que governou o Brasil por mais tempo, desde a adesão do país ao modelo político republicano, tendo sido presidente em dois períodos: de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. Seu primeiro mandato, assumido em 10 de novembro de 1937, foi após a Revolução de 1930, que derrubou a chamada "República do Café com Leite"<sup>16</sup>, movimento oligárquico de São Paulo e de Minas Gerais - grandes estados produtores de café e leite - que dominavam as lideranças políticas e suas sucessões. O movimento armado teve início em 03 de outubro de 1930, buscando impedir a posse de

---

<sup>14</sup> O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro conjuntamente com a Faculdade Getúlio Vargas, realizaram uma exposição virtual sobre a trajetória de vida e política de Getúlio Vargas. Disponível em <<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/governo-vargas>>. Acesso em 02 jan. 2022.

<sup>15</sup> Getúlio Dornelles Vargas, nascido em 19 de abril de 1882, São Borja, Rio Grande do Sul, foi um advogado e político brasileiro, líder da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha, depondo seu 13.º e último presidente, Washington Luís, e impedindo a posse do presidente eleito em 1.º de março de 1930, Júlio Prestes. Getúlio Vargas (1883-1954) foi presidente do Brasil. Permaneceu no poder por 19 anos, de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954. A "Era Vargas" foi marcada, ao mesmo tempo, por um regime ditatorial e pela criação de diversos direitos trabalhistas, entre eles, o salário mínimo, a carteira de trabalho e as férias anuais remuneradas. Foi chamado de "o pai dos pobres". Suicidou-se em 24 de agosto de 1954, Palácio do Catete, Rio de Janeiro.

<sup>16</sup> Em 1890, o Brasil foi declarado República. Dom Pedro II foi deposto e a República foi proclamada através de um golpe de Estado, liderado pelo Marechal Manuel Deodoro da Fonseca. O período que vem a seguir é chamado República Café com Leite, pois é marcado pelo revezamento presidencial entre paulistas (produtores de café) e mineiros (produtores de leite). Esse período durou até o ano de 1930, quando houve a Revolução de 1930. Disponível em <<https://www.bn.gov.br/acontece/noticias/2020/05/fim-republica-cafe-com-leite-revolucao-1932>> Acesso em 10 jan. 2022.

Júlio Prestes<sup>17</sup>. No mês seguinte, em 03 de novembro, Getúlio Vargas passou a ocupar o cargo de presidente provisório do Brasil, dando início, assim, à Era Vargas<sup>18</sup>.

No ano de 1932, durante o Governo Provisório ocorreu um confronto contrário à Revolução de 1930, a Revolução Constitucionalista<sup>19</sup>. Este foi um movimento armado, ligado às antigas oligarquias paulistas que governavam na Primeira República, que tinha como intuito, em linhas gerais, questionar a presidência de Getúlio Vargas, exigindo a formulação de uma nova constituição.

Com a promulgação da Constituição de 1934, em 16 de julho do mesmo ano, pela Assembléia Nacional Constituinte eleita no ano anterior, e com a eleição, pela mesma Assembléia, de Getúlio Vargas - que até então atuava como chefe da Revolução de 1930 - para presidente constitucional do Brasil, com mandato de quatro anos, vedada a reeleição, o país entrava na nova ordem jurídico-política. É essa nova ordem jurídico-política — que estabelecia o princípio da alternância no poder com base no voto direto e secreto, que visava o respeito aos direitos civis, garantia à liberdade de organização e expressão políticas, os quais seriam interrompidos posteriormente pelo golpe de Estado de 37 (MARTINS, 2010).

Como mencionado anteriormente, o resultado foi a realização de eleições para a Assembleia Nacional Constituinte, em maio de 1933, e, posteriormente, no ano de 1934 uma nova Constituição Federal<sup>20</sup> foi implementada, substituindo a Constituição de

---

<sup>17</sup> Júlio Prestes de Albuquerque nasceu em Itapetininga (SP) no dia 15 de março de 1882, filho do coronel Fernando Prestes de Albuquerque, presidente do estado de São Paulo de 1898 a 1900 e vice-presidente de 1908 a 1912 e de 1924 a 1927, e de Olímpia de Santana Prestes. Foi o décimo terceiro presidente eleito do estado de São Paulo (1927–1930), eleito durante o período conhecido como República Velha, mas, impedido pela Revolução de 1930, não assumiu o cargo. Júlio Prestes foi o único político eleito presidente da República do Brasil pelo voto popular a ser impedido de tomar posse. Faleceu em São Paulo no dia 9 de fevereiro de 1946. MAYER, Jorge Miguel. Júlio Prestes In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/julio-prestes-de-albuquerque>>. Acesso em: 12 jan. 2022.

<sup>18</sup> O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro conjuntamente com a Faculdade Getúlio Vargas, realizaram uma exposição virtual sobre a trajetória de vida e política de Getúlio Vargas. Disponível em <<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/governo-vargas>>. Acesso em 02 jan. 2022.

<sup>19</sup> A 9 de julho de 1932 eclodiu na capital paulista a Revolução Constitucionalista, liderada pelo general Isidoro Dias Lopes, o mesmo do levante de 1924. Contando com a participação de vários remanescentes do movimento de 1930, como os militares Bertoldo Klinger e Euclides Figueiredo, a revolução contou com amplo apoio dos mais diversos segmentos das camadas médias paulistas. Foi o movimento armado ocorrido nos estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, entre julho e outubro de 1932, que tinha por objetivo derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e convocar uma Assembleia Nacional Constituinte. Disponível em <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1932-1>> Acesso em 02 jan. 2022.

<sup>20</sup> A Constituição Brasileira de 1934 promulgada em 16 de julho pela Assembleia Nacional Constituinte, firmada pelo Decreto Legislativo nº 6 de 1935 (Poder Legislativo) - (Norma Complementar), foi redigida "para organizar um regime democrático, que assegure à Nação, a unidade, a liberdade, a justiça e o bem-

1891<sup>21</sup>. O que se sucedeu foi a convocação de novas eleições, indiretas, e que culminaram na eleição de Getúlio Vargas, em 1934, com 175 votos dos representantes políticos da Assembléia<sup>22</sup>. Tendo como justificativa o suposto avanço do comunismo, devido à tentativa de Revolta Comunista de 1935<sup>23</sup>, e um crescente descontentamento com a política e a economia brasileiras, após três anos como presidente eleito, em 1937, Getúlio Vargas deu início ao Estado Novo<sup>24</sup>.

Este período ditatorial encabeçado por Getúlio Vargas é reconhecido por sua forte repressão à imprensa, com punições severas à liberdade de expressão, que poderiam até levar à falência da empresa. Em 1939, foi criado o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda -, um dos aparatos de repressão do governo, que tinha como objetivo “difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares” (SANTOS, 2020, p. 07). Essa difusão era realizada através da uniformização de notícias difundidas, unificando o que deveria e como deveria ser compartilhado, para manipular a opinião pública. O discurso então, torna-se moldado para interesses do poder ditatorial, e coloca os jornais do período em uma situação de absoluto controle, com as informações censuradas para poder circular e ser nacionalista, oprimindo ainda mais lido por “uma gama enorme de pessoas letradas, dentre elas muitos participantes de classes sociais menos abastadas e marginalizadas pela sociedade” (SANTOS, 2020, p. 07).

---

estar social e econômico". Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-norma-pl.html>> Acesso em 02 jan. 2022.

<sup>21</sup> A Constituição de 1891 foi a primeira a ser elaborada na república brasileira e vigorou até a Revolução de 1930. Os constituintes se inspiraram na Constituição norte-americana para elaborá-la. Durante esse período, essa Constituição assegurou maior autonomia para os estados. As principais características são a implantação da República Federativa; a atribuição de poder ao Executivo, Legislativo e Judiciário; fim do voto censitário; Estado laico, entre outros.<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao91.htm)> Acesso em 02. jan. 2022.

<sup>22</sup> O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro conjuntamente com a Faculdade Getúlio Vargas, realizaram uma exposição virtual sobre a trajetória de vida e política de Getúlio Vargas. Disponível em <<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/governo-vargas>>. Acesso em 02 jan. 2022.

<sup>23</sup> Movimento armado, também conhecido como Intentona Comunista. Esta última designação foi cunhada pelos meios oficiais com uma intenção depreciativa, já que o termo intentona significa “intento louco, plano insensato”. O movimento foi deflagrado a 23 de novembro de 1935 em Natal pelos sargentos, cabos e soldados do 21º Batalhão de Caçadores. No dia 24 de novembro, sublevou-se o 29º Batalhão de Caçadores, sediado na Vila Militar de Socorro, a 18km de Recife. No dia 27, a revolta eclodiu no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, no 3º Regimento de Infantaria, da Praia Vermelha, e na Escola de Aviação Militar do Campo dos Afonsos. Todos esses levantes foram promovidos em nome de uma revolução popular e da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolta-comunista-de-1935>> Acesso em: 15 jan. 2022.

<sup>24</sup> O Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro conjuntamente com a Faculdade Getúlio Vargas, realizaram uma exposição virtual sobre a trajetória de vida e política de Getúlio Vargas. Disponível em: <<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/governo-vargas>>. Acesso em 02 jan. 2022.

Em 10 de novembro de 1937, foi implantado o Estado Novo, retirando completamente a autonomia dos estados e municípios. No ano seguinte, em 01 de maio de 1938, Prestes Maia voltou à vida pública como prefeito da capital paulista, nomeado pelo Interventor Federal no Estado, Adhemar de Barros, permanecendo no cargo até 1945. Estes dois marcos históricos são necessários de serem contextualizados para prosseguirmos.

### **1.3. Adhemar de Barros**

Adhemar de Barros<sup>25</sup> foi um importante político brasileiro. Em uma breve introdução, foi prefeito da capital paulista, governador do Estado por dois mandatos (1945-1951 e 1963-1966), e também concorreu à Presidência da República em 1955 e em 1960. Filho de herdeiros da oligarquia cafeeira, já estava desde pequeno direcionado para a carreira política. Em 1923, se formou médico na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, no então Distrito Federal. Fixando-se no Rio de Janeiro, trabalhou no Instituto Oswaldo Cruz até o pico da Revolução Constitucionalista de São Paulo em julho de 1932, quando se tornou médico das fileiras revolucionárias.

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, enquanto estava exilado no Paraguai e, depois, na Argentina, formou conexões com o grupo do coronel Euclides Figueiredo<sup>26</sup>, que procurava, sem sucesso, rearticular o movimento armado contra o Governo Provisório chefiado por Getúlio Vargas. Na volta ao Brasil, Adhemar de Barros se engajou cada vez mais em sua carreira política: ingressou no Partido Republicano Paulista (PRP)<sup>27</sup>, foi eleito, em 1935 e participou da elaboração da Constituição de São

---

<sup>25</sup> Ademar Pereira de Barros nasceu em Piracicaba (SP) no dia 22 de abril de 1901, filho de Antônio Emídio de Barros, grande proprietário de terras em São Manuel (SP), e de Elisa Pereira de Barros, também pertencente à oligarquia cafeeira. Durante o Estado Novo foi nomeado interventor federal no estado de São Paulo pelo então presidente Getúlio Vargas, recomendado por Benedito Valadares e Filinto Müller. Governou São Paulo, como interventor, de 27 de abril de 1938 a 4 de junho de 1941. Em 1945 foi permitida novamente a existência de partidos políticos, os quais haviam sido extintos em 1937. Ademar se filiou à UDN e apoiou o brigadeiro Eduardo Gomes para presidente da república nas eleições de 2 de dezembro de 1945. Em 1954, Ademar foi candidato derrotado ao governo do estado de São Paulo. Jânio Quadros foi o eleito, com dezoito mil votos a mais que Ademar. Em 24 de março de 1957, Ademar foi eleito prefeito da cidade de São Paulo, derrotando Francisco Prestes Maia. Foi eleito para o mandato de 1957 a 1961, sucedendo ao prefeito Vladimir de Toledo Piza. Faleceu em Paris, 12 de março de 1969. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Ademar\\_de\\_Barros](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ademar_de_Barros)>

<sup>26</sup> Euclides de Oliveira Figueiredo foi um general do Exército, comandante na Revolução Constitucionalista de 1932 e político brasileiro.

<sup>27</sup> Partido político paulista fundado em 3 de julho de 1873. Foi o principal partido da República Velha. Foi extinto por decreto de dezembro de 1937 junto com os demais partidos do país, logo após a decretação do Estado Novo. RAMOS, Abreu de Plínio. Partido Republicano Paulista (PRP). Dicionário Histórico-

Paulo e permaneceu na Câmara Estadual durante a legislatura ordinária subsequente. O seu posicionamento político era estritamente contra Getúlio Vargas e também contra Armando de Sales Oliveira<sup>28</sup>.

Nesta corrida eleitoral, Adhemar de Barros, apoiava a candidatura de José Américo de Almeida<sup>29</sup>, que contava com apoio do PRP. Entretanto, em 10 de novembro de 1937, um golpe militar chefiado pelo próprio Vargas implantou o Estado Novo, cancelando as eleições e suprimindo os partidos políticos e os órgãos legislativos do país. Adhemar perde, então, seu mandato de Deputado Estadual<sup>30</sup>.

Com o novo cenário, como discutido previamente, os estados voltaram a ser governados por interventores federais nomeados pelo presidente da República, Getúlio Vargas. Prisões e exílios de líderes de diversos partidos foram encurralando Vargas a nomear interventores. O PRP, mesmo neste momento extinto, e em adesão ao novo governo, teve seus antigos membros pressionando Vargas para nomear um interventor saído de seus quadros paramerais. O que nos leva a Adhemar de Barros, escolhido interventor sob pressão feita a Getúlio Vargas, mas que acabou sendo cooptada pelo dirigente, visto que Getúlio Vargas “buscou um nome capaz de impedir o fortalecimento da corrente perrepista, de modo a facilitar o controle federal sobre o estado e neutralizar

---

Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-paulista-prp>. Acesso em 02. jan. 2022.

<sup>28</sup> Armando de Sales Oliveira nasceu em São Paulo, em 1887. Foi um engenheiro e político brasileiro, graduado pela Escola Politécnica de São Paulo, interventor Federal em São Paulo entre 21 de agosto de 1933 a 11 de abril de 1935 e governador de 11 de abril de 1935 a 29 de dezembro de 1936. No final de 1936, comunicou a Vargas sua intenção de candidatar-se então como Presidente Vargas, contudo, tinha projetos continuístas e, apoiado pelos generais Eurico Gaspar Dutra, ministro da Guerra, e Góes Monteiro, chefe do Estado-Maior do Exército, em novembro de 1937 fechou o Congresso Nacional e cancelou as eleições, instituindo a ditadura do Estado Novo. ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando\\_sales](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/armando_sales)>. Acesso em: 18 jan. 2022.

<sup>29</sup> Durante o ano de 1937, José Américo de Almeida, teve o seu nome lançado para concorrer à sucessão de Vargas nas eleições previstas para janeiro do ano seguinte. Recebeu, então, o apoio de quase todos os governadores e de membros do governo federal, procurando apresentar-se como o candidato situacionista. Os opositores do governo federal, por sua vez, lançaram o nome do governador paulista Armando de Sales de Oliveira, enquanto a Ação Integralista Brasileira (AIB) lançou Plínio Salgado. José Américo realizou intensa campanha, na qual assumiu um discurso “esquerdizante e realizou manifestações em favelas e locais populares”. Vargas, porém, em novembro de 1937, impôs o golpe com o fechamento do Congresso e o cancelamento das eleições presidenciais, dando início à ditadura do Estado Novo. Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <[https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose\\_americo\\_almeida](https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/jose_americo_almeida)> Acesso em: 15 jan. 2022.

<sup>30</sup> MAYER, JORGE. Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros)>. Acesso 02 jan. 2022.



a força das correntes políticas tradicionais<sup>31</sup>. Assim, em 27 de abril de 1938, Adhemar de Barros tomou posse.

É interessante, aqui, discutir brevemente os que compunham o novo governo paulista, com expressivos nomes do mesmo partido do PRP, no qual, dentre deles, estavam César Lacerda de Vergueiro (Justiça), Antônio Sales Júnior (Fazenda), Mariano Wendel (Agricultura), etc., e também a prefeitura da capital, encabeçada por Francisco Prestes Maia. São curiosos os tipos de conflitos que surgiram entre as lideranças tradicionais do PRP e o novo Interventor, que construiu seu mandato político de maneira inovadora, o que passou a ser uma questão aos métodos já previamente estabelecidos pelos membros do partido. Com esse objetivo, Adhemar de Barros demitiu todos os prefeitos do estado de São Paulo, admitindo novos nomes para os cargos, e impôs um estilo dinâmico de administração, realizando obras públicas de grande porte, como a eletrificação da Estrada de Ferro Sorocabana e a construção das rodovias Anhanguera e Anchieta.

Nesse sentido, seus atos de obras estavam a par da administração do prefeito Prestes Maia na capital, responsável pela execução de diversas obras de remodelação urbana no período, entre 1938 até meados de 1945, com a abertura de novas avenidas, a construção do estádio do Pacaembu e a retificação do curso do rio Tietê, que permitiu aproveitar 17 km<sup>2</sup> de terras de várzea para construir avenidas marginais e outras obras públicas, como será discutido mais adiante<sup>32</sup>.

#### **1.4 A construção de uma cidade**

Para que a cidade de São Paulo ficasse conhecida, hoje, como o território dos arranha-céus, foi necessária a ação de arquitetos e engenheiros que projetaram muitos edifícios verticais, destinando boa parte deles à habitação. Entretanto, houve também a ação de outros profissionais partidários de concepções diversas sobre a verticalização (ATIQUE, 2004, p.38). Muito se discutiu ao longo das décadas da imprensa paulistana na segunda metade do século XX sobre as transformações arrebatadoras que

---

<sup>31</sup> MAYER, JORGE. Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros)>. Acesso 02 jan. 2022.

<sup>32</sup> MAYER, JORGE. Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <[www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros](http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ademar-pereira-de-barros)>. Acesso 02 jan. 2022.

acompanhavam o nome do Prefeito Francisco Prestes Maia em sua primeira gestão. Aqui se faz interessante abordar o *Discurso Técnico e as Relações Sociais no Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo e elementos para a história das transformações espaciais na área dos ribeirões Saracura e Itororó (1937-1945)*, que configuram o atual centro expandido da cidade de São Paulo.

Para além de se aprofundar apenas em teorias e planos urbanísticos idealizados por técnicos capacitados, se faz interessante também se debruçar sobre as práticas sociais e os conflitos entre as classes que habitam as áreas urbanas em questão “na luta pelo domínio do espaço que marca a ocupação do solo” (BRESCIANI, 2013, p.107). Se tornou inevitável, nesta monografia, não compreender que em meio ao desenvolvimento acelerado de uma cidade, um de seus maiores catalisadores pode ser considerado também a segregação social entre distintas camadas da sociedade.

Esta noção, de “periferização”, apontada por Maria Stella Bresciani na obra *Cidades do novo mundo: ensaios de urbanização e história*, em diálogo com o autor e geógrafo Maurício de Abreu, discute o termo para além de seu significado especial, mas relacionando-o também com questões de mera acessibilidade, a bens, serviços, “geralmente só disponíveis nas áreas mais privilegiadas da metrópole” (BRESCIANI, 2013, p.107).

Neste trabalho, buscam-se os impasses provenientes de uma cidade em combustão e a corrida em busca da ocupação de um território - agora - cada vez mais valorizado, mas que necessita de uma remodelação. Marisa Varanda Teixeira Carpintéro analisa os discursos técnicos proferidos por urbanistas para não apenas curar uma cidade enferma, com mazelas a serem sanadas como “o congestionamento, a aglomeração, as habitações insalubres, a inexistência de obras sanitárias, de iluminação, de água e a falta de esgotos são elementos incompatíveis com o desenvolvimento da cidade”. Ele trará a solução, a partir da “técnica para afastar e prevenir os males causados pela crise do crescimento desordenado” (CARPINTÉRO, 2007, p. 02).

Os fluxos de soluções provenientes do debate urbanístico são diversos. Candido Malta Campos em *Luiz de Anhaia Mello: Um pioneiro do urbanismo paulistano*, discute como elementos do pensamento urbanístico, a cada passagem e transformação, trazia novos significados e interpretações, o que demandou uma seleção, selecionando e alterando a circulação de ideias (CAMPOS, 2020, p.303). Os portadores do pensamento urbanístico, nas palavras de Malta Campos, assumiram o papel de articuladores dos programas de transformação da cidade moderna, propondo resoluções. O remédio

colocado em ação para Francisco Prestes Maia, seria o da ampla ocupação da cidade, o que até lhe rendeu críticas de urbanistas contemporâneos. Muitas delas, proferidas, por exemplo, por Anhaia Mello<sup>33</sup>, se pautavam na falta de um plano de zoneamento para a cidade, enquanto que para Maia a plena expansão da urbe e a possibilidade de um novo sistema de transportes eram o que realmente a cidade necessitava ali entre as décadas de 1930 até meados de 1940 (CAMPOS, 2020, p.240).

O fato é que chegamos em um ponto de eclosão populacional em São Paulo, e, em meio à execução de obras públicas, um problema estava sempre à espreita, a falta de moradias acessíveis na cidade paulistana. Evitável ou não, chegou em seu ápice, ainda no primeiro mandato de Francisco Prestes Maia. Organizam-se então, duas questões: a primeira, calcada na pergunta: “como lidar com fontes jornalísticas para acessar uma questão urbana?”; e, a segunda: “como entender a cidade de São Paulo como portadora de um problema de habitação social parcialmente enunciado na historiografia?”. É importante enxergar a fonte jornalística como essencial para a análise dos parâmetros sociais e culturais da época em questão, permitindo então, a conexão entre a imprensa e sua inserção histórica. É necessário compreendê-la como um atuante ativo para a percepção e concepção da História Social (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 257).

Ao investigar o andamento das obras de melhoramentos de São Paulo colocados em execução na gestão Prestes Maia, entre 1930 até a 1940, os artigos de jornais mostram satisfação ao então Prefeito, enquanto narram as desapropriações de prédios e casas na região central, de maneira que “o público poderá ter uma ideia do que será São Paulo dentro de alguns anos, graças ao ‘Plano de Avenidas’ do atual governador da cidade” (Correio Paulistano, 30 de janeiro de 1942, p.08).

Não é só por meio de mudanças físicas sendo narradas em manchetes que se nota a modificação do espaço paulistano, percebe-se também a construção de uma mentalidade tipicamente ufanista e paulistana ao estabelecer uma nova relação com a cidade, sendo passível de usufruir das obras arquitetônicas planejadas por urbanistas. A beleza, a

---

<sup>33</sup> Luiz de Anhaia Mello – também conhecido por ser quase que um “rival” de Francisco Prestes Maia. Em junho de 1937, o Conselho Diretor da SAC aprovou a proposta de Anhaia Mello para instalação da Comissão do Plano da Cidade. Em sua atuação na SAC, Anhaia Mello não poupou críticas aos Estudos de um Plano de Avenidas para São Paulo, divulgado em 1930, que teve elaboração final de Prestes Maia. Em uma palestra realizada em 1935, referiu-se à ‘nossa época’ como a ‘era dos planos, e não apenas dos desenhos’, e ‘não apenas teórico, de projetos e aquarelas’, habilidades conhecidas de Prestes Maia. Anhaia Mello foi um dos fundadores do SAC, e elaborou a inserção do urbanismo e dos urbanistas no governo da cidade de forma abrangente: contemplou os vários aspectos da nova arquitetura do aparelho estatal assumidos na Era Vargas, “estabelecendo um nexos entre perfil do profissional urbanista, concepção de planos, instrumentos urbanísticos e desenho institucional” (FELDMAN, 2020, p.230).

utilidade e a vivência da cidade moderna passaram a estampar as manchetes de jornais, de maneira que o verbo “urbanizar” passou a ser vinculado ao “demolir”, e demolir, passou a ser visto como sinônimo de “progredir”, portanto, incentivado em nome da Modernidade.

Isso colocou o dinamismo demolidor de Prestes Maia, apontado como um dos maiores agravadores, se não o principal catalisador, da crise das moradias na capital paulista pela imprensa (Correio Paulistano, 23 de agosto de 1946, p.01). As críticas mais expressivas em relação ao Plano de Avenidas e suas consequências, essencialmente relacionadas ao então prefeito, surgiram com mais intensidade em artigos de jornais a partir de sua saída do cargo, em 1945, como veremos adiante. Entretanto, antes de adentrar a fundo na questão da falta de moradias e também a população mais afetada por este incidente, há outros fatores preponderantes até alcançar o termo “crise”.

Em *Os Arquitetos da Poli: Ensino e Profissão em São Paulo*, Sylvia Ficher aponta o jornalista Leo Ribeiro de Moraes, escritor para os jornais: Hoje, Diário da Noite e Folha da Noite, como um grande crítico de Prestes Maia. Ficher diz que Prestes Maia, embora celebrado pela imprensa durante os primeiros anos de seu mandato, “teve um crítico implacável em Leo Ribeiro de Moraes, que sistematicamente o censurava através da coluna que o mantinha nos jornais Diário da Noite, Hoje e Folha da Noite”. Ficher ainda aponta que a crítica era em partes sobre a “sua pouca preocupação com a execução de um plano geral para a cidade até detalhes administrativos, os seus mais variados atos eram objetos dos descritos de Ribeiro de Moraes” (FICHER, 2005, p.162.). A partir desta constatação, adicionei o Diário da Noite<sup>34</sup> e a Folha da Noite<sup>35</sup>, e, mais O Estado de S.

---

<sup>34</sup> Diário da Noite foi fundado em 1929 como parte do grupo de jornais que começava a constituir, à época, o conglomerado de Assis Chateaubriand. Sua criação foi fundada com o patrocínio da Aliança Liberal. Após a Revolução de 1930. O jornal teve idas e vindas de apoio a Getúlio Vargas e sofreu com a repressão entre as questões presentes na Revolução de 1930 e a Revolução Constitucionalista. A partir de 1937, com o transcorrer do Estado Novo, o Diário da Noite, assim como o conjunto dos Diários Associados, voltou a apoiar o governo de Getúlio Vargas. No fim da década de 1950, a crise financeira do grupo dos Diários Associados tornou-se insustentável. O jornal passou por momentos de crise, e em 1980, cerca de duzentos funcionários do jornal fizeram uma greve reivindicando salários atrasados junto com funcionários do Diário de S. Paulo. Essa greve acabaria por decretar o fim do Diário da Noite em 1961. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/diario-da-noite> >

<sup>35</sup>Folha da Noite foi criado em 19 de fevereiro de 1921. Era um jornal vespertino, com um projeto que pregava textos mais curtos e mais claros, enfoque mais noticioso que opinativo, agilidade e proximidade com os assuntos que afetavam o dia a dia da população paulistana, principalmente os trabalhadores urbanos. Foi criada em oposição ao principal jornal da cidade, O Estado de S. Paulo, que representava as elites rurais e assumia uma posição mais conservadora, tradicional e rígida. As principais críticas das “Folhas” eram dirigidas aos partidos republicanos que monopolizavam os governos da época. A empresa chegou a apoiar a criação do Partido Democrático, de oposição. Em 1929, no entanto, Olival Costa, então o único dono das “Folhas”, passou a se aproximar dos republicanos paulistas e a repudiar opositores da Aliança Liberal, ligados a Getúlio Vargas. Em outubro de 1930, com a vitória da Revolução de 1930 varguista, jornais que haviam se contraposto a Getúlio Vargas foram depredados por partidários da Aliança Liberal. As

Paulo<sup>36</sup>, jornais de grande circulação do período – e também com acervos acessíveis e digitalizados, para contrapor com o que eu havia encontrado previamente no Correio Paulistano, que discutiam, de maneira geral as demolições generalizadas, a exaltação da figura de Prestes Maia, a posterior escassez de moradias de habitação popular, e enfim, a crise de moradias, tendo assim, novas perspectivas para consolidar esta narrativa por meio de tensões urbanas presentes na imprensa.

A figura do engenheiro-arquiteto Francisco Prestes Maia é de extrema importância para a compreensão da dinâmica urbana e das marginalizações espaciais que foram potencializadas nesse período. A grande maioria dos periódicos tomou para si, naquele momento, a responsabilidade de promover e compartilhar as remodelações por ele formuladas. Essa narrativa deixou de lado discussões de cunho sociopolítico, se alinhando a discursos higienistas e elitistas, e contribuindo no desenvolvimento de um discurso de aceitação e assimilação da população em relação às obras de urbanização (SANTOS, 2020, p.01).

Sabemos que lidamos com um período histórico de repressão, e, mesmo com a censura e as limitações da liberdade textual da imprensa, ainda assim, esse veículo se faz de suma importância, pois reflete realidades que fazem parte da sociedade paulistana, e mais do que isso, é contemporânea a sucessão de eventos que narra. Em *Imprensa Paulistana nas décadas de 1930 e 1940: Prestes Maia e a divulgação midiática do Plano de Avenidas*, Patrícia Costa dos Santos discute as manipulações discursivas que estavam articuladas em artigos jornalísticos, mas que, embora haja essa “pincelada” sobre a realidade, possibilita uma visão sobre os agentes históricos envolvidos, e, como geralmente responde às necessidades de quem as controla, ou seja, permite-nos reconhecer os mecanismos os quais são usados para a persuasão (SANTOS, 2020, p.04).

Além disso, a autora discute a importância dos posicionamentos nos artigos da imprensa nos campos da política, economia, cultura, arte, e também no que concerne à

---

instalações da Folha foram destruídas e Costa vendeu a empresa a Octaviano Alves de Lima, empresário ligado à produção e, principalmente, ao comércio de café. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Folha\\_de\\_S.Paulo](https://pt.wikipedia.org/wiki/Folha_de_S.Paulo)>

<sup>36</sup> O Estado de S. Paulo, também conhecido como Estadão, é um jornal brasileiro publicado na cidade de São Paulo desde 1875. Ao final do século XIX, o Estado já era o maior jornal de São Paulo, superando o Correio Paulistano. Anos depois, com a eclosão do Estado Novo, o jornal manteve a oposição ao regime e, em março de 1940, foi invadido pelo Dops por supostamente armazenar armas. O jornal foi inicialmente fechado e logo depois confiscado pela ditadura, sendo administrado pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) até 6 de dezembro de 1945, quando foi devolvido pelo Supremo Tribunal Federal a seus legítimos proprietários após a deposição de Getúlio Vargas. Logo após o fim da Segunda Guerra Mundial, o jornal passava por uma fase promissora, com o aumento da tiragem e de seu prestígio nacional. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/O\\_Estado\\_de\\_S.\\_Paulo](https://pt.wikipedia.org/wiki/O_Estado_de_S._Paulo)>

relevância da imprensa e o seu poder de convencimento. Entretanto, reitera também as posições de poder que nela são retratadas, ao dizer que “as tensões e articulações entre a cultura letrada [...] e a oralidade constituem dimensão fundamental da formação das culturas urbanas e das relações de poder na cidade moderna. “ (SANTOS, 2020, p.02 apud CRUZ, 2013, p.30).

Algo interessante que será retomado no Capítulo 2 desta monografia, é como as narrativas contrárias às "narrativas elitistas" (SANTOS, 2020, p.04) cotidianas, eram mais comuns em jornais de pequeno porte, com posicionamentos políticos anarquistas e marxistas, com discursos que contemplassem em particular a massa de proletariados que crescia ao decorrer dos processos de urbanização e industrialização na urbe. Outro caso válido de se pontuar, são também os jornais de bairro e escritos por populações imigrantes, “em suma italianos, que flertavam com o fascismo, mas com apelo de classe – que sofriam com as más condições do trabalho industrial brasileiro” (SANTOS, 2020, p.04).

Em minha trajetória de pesquisa, entre 3 distintos nomes da imprensa paulistana concordo com as posições colocadas aqui. Primeiro, nem tão distintos assim, todos compõem aquilo o que o seu provedor, ou, o dono da empresa gostaria de emitir, muitas vezes este, sendo dono de diversos outros veículos, como o caso dos conglomerados de “Diários” Assis Chateaubriand. Veremos adiante diversos nomes de equipes jornalísticas que potencialmente redigiram muitos dos artigos aqui colocados. Um outro sinal de limitação jornalística, talvez, na passagem da trajetória da imprensa artesanal para a empresarial seja a de instaurar neutralidade, de certa forma, a partir de um posicionamento que refletisse o jornal como uma empresa, e não como um espaço essencialmente carregador de nomes, autores, vertentes explícitas políticas, enfim, discursos associados a algo, ou alguém.

Mesmo após esses esclarecimentos estruturais por trás do funcionamento de um veículo da imprensa, de acordo com as pesquisas realizadas, delinee um “arco”, no qual cresce o entusiasmo por Prestes Maia nos anos de implantação e execução iniciais presentes no Plano de Avenidas. Se exaltam as obras de melhoramentos implantados pela cidade, surge um período de medo do grande contingente de demolições em excesso na cidade versus a falta de construção em retorno, especialmente, de casas voltadas para uma população não pertencente a elite, e, por fim, o eclodir da Crise de Habitação, em ebulição no final da década de 1940, indo ao encontro com o fim do mandato de Prestes Maia e do Estado Novo. A partir de então foram se afiando as críticas em torno a sua figura, os

termos nos quais as obras foram colocadas em execução e, o chegar, finalmente, em uma cidade extremamente encarecida, pautada pela especulação imobiliária, principalmente para salas de luxo comerciais e apartamentos, e sem locais de moradia disponíveis e acessível às camadas mais pobres paulistas, visto que o investimento nesse setor era escasso, tanto por iniciativas privadas e públicas.

Entretanto, antes de chegarmos no estopim, é necessário compreender o cerne dos projetos urbanos para a cidade de São Paulo. Na teoria, os resultados eram grandiosos para a cidade, por mais que, temos ciência de seus efeitos colaterais tardiamente. Um dos principais autores de propostas urbanas na Prefeitura de São Paulo, ao longo dos anos de 1920, foi o engenheiro João Florence Ulhôa Cintra. Muitos dos esquemas para a cidade produzidos no período envolviam “demonstrar a visão do futuro da municipalidade” (CAMPOS NETO, 2002, p.264). Um destes, seria o do Perímetro de Irradiação, do próprio Ulhôa Cintra, redigido em 1922, cuja proposta, em linhas gerais, seria de construir um anel viário em torno do centro da cidade. Posteriormente, entre 1924 e 1926, Prestes Maia passou a fazer parte da comissão técnica criada para acompanhar o desenvolvimento do projeto do Perímetro de Irradiação (LUCCHESI, 2016, p.100).

Conjuntamente, em 1924, elaboraram o “Projeto de Avenida Circular Constituindo Perímetro de Irradiação”, posteriormente, em 1930, sistematizado como Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo. Um dos maiores nomes do planejamento urbano neste período foi Prestes Maia, que merece ser contextualizado.

### **1.5. Francisco Prestes Maia**

É inevitável não associar mídia à figura política de Prestes Maia. Curiosamente, ele não se autodenominava como um político. Prestes Maia era alinhado ao governo ditatorial de Vargas, principalmente se analisarmos sua indicação e não eleição como prefeito da cidade de São Paulo, sendo assim, uma figura emblemática e de autoridade. A construção de sua figura pública não era pautada em ser o prefeito, mas em ser técnico forjado na discussão urbanística, o que lhe daria um respaldo para a forma como os discursos sobre ele seriam pautados pela imprensa. Mas ele mesmo sabia que era considerado ‘pouco amigo da imprensa’ (O Correio Paulistano, 12 de março de 1939, p.02), não dando entrevistas frequentes.

Para saber mais de Francisco Prestes Maia, importante saber de sua trajetória. Ele nasceu em 1896, na cidade de Amparo, em São Paulo. Em 1917, se formou

Engenheiro-Arquiteto, na Escola Politécnica de São Paulo. No ano seguinte, já trabalhava no Setor de Obras da Prefeitura Municipal de São Paulo. Ali, interagiu com grandes figuras do pensamento urbano e futuros colegas, como Victor da Silva Freire (1869-1951) e João Florence de Ulhôa Cintra (c.1887-1944), que seriam fundamentais para posteriores projetos para a cidade de São Paulo, que serão abordados mais adiante.

Ocupou cargos na Diretoria de Obras Públicas (D.O.P), na Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo do Estado. Entre 1924 e 1926, tornou-se membro da comissão técnica criada para acompanhar o desenvolvimento da proposta do Perímetro de Irradiação concebido por Ulhôa Cintra em 1922. A partir de então, os dois firmariam uma parceria, cujos resultados podem ser medidos, entre outros, pela profícua produção de artigos produzidos para o Boletim de Engenharia de São Paulo (LUCCHESI, 2016, p.100).

A trajetória política de Prestes Maia iniciou-se, de fato, em 1937, ao ser indicado como Prefeito. Em 1929, Prestes Maia assumiu a chefia da Secretaria de Viação e Obras Públicas da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de José Pires do Rio (1926-1930), elaborando um plano de reestruturação da cidade divulgado em 1929 e muito elogiado, inclusive por Alfred Agache e outros urbanistas de renome internacional. No ano seguinte, depois da Revolução de 1930, Prestes Maia passou a se dedicar exclusivamente a atividades privadas.

Naqueles anos pós-revolução constitucionalista de 1932, São Paulo vivia uma conturbada relação política com Vargas, e a nomeação de Prestes Maia, um técnico do pensamento urbano e paulista, pelo presidente, mostrou-se como uma valorização do cenário tecnocrático e burocratizante que o Estado Novo praticava (ARAVECCHIA-BOTAS, 2016). Um outro fato importante a ser delimitado na década de 1930, enquanto era ainda professor da Escola Politécnica, Prestes Maia apresentou um projeto de reforma urbana para São Paulo, como já dito anteriormente. Seria a inédita proposta denominada “Estudos de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo”, ficando mais conhecido, como “Plano de Avenidas”. Em 1930, por estes estudos, Prestes Maia recebeu o Prêmio de Honra, Medalha de Ouro e o Grande Diploma do 4º Congresso Pan-Americano de Arquitetos, no Rio de Janeiro.





**Figura 1.** Retrato de Francisco Prestes Maia para o jornal O Correio Paulistano, 31 de janeiro de 1939, p.09. Acervo Hemeroteca Digital.

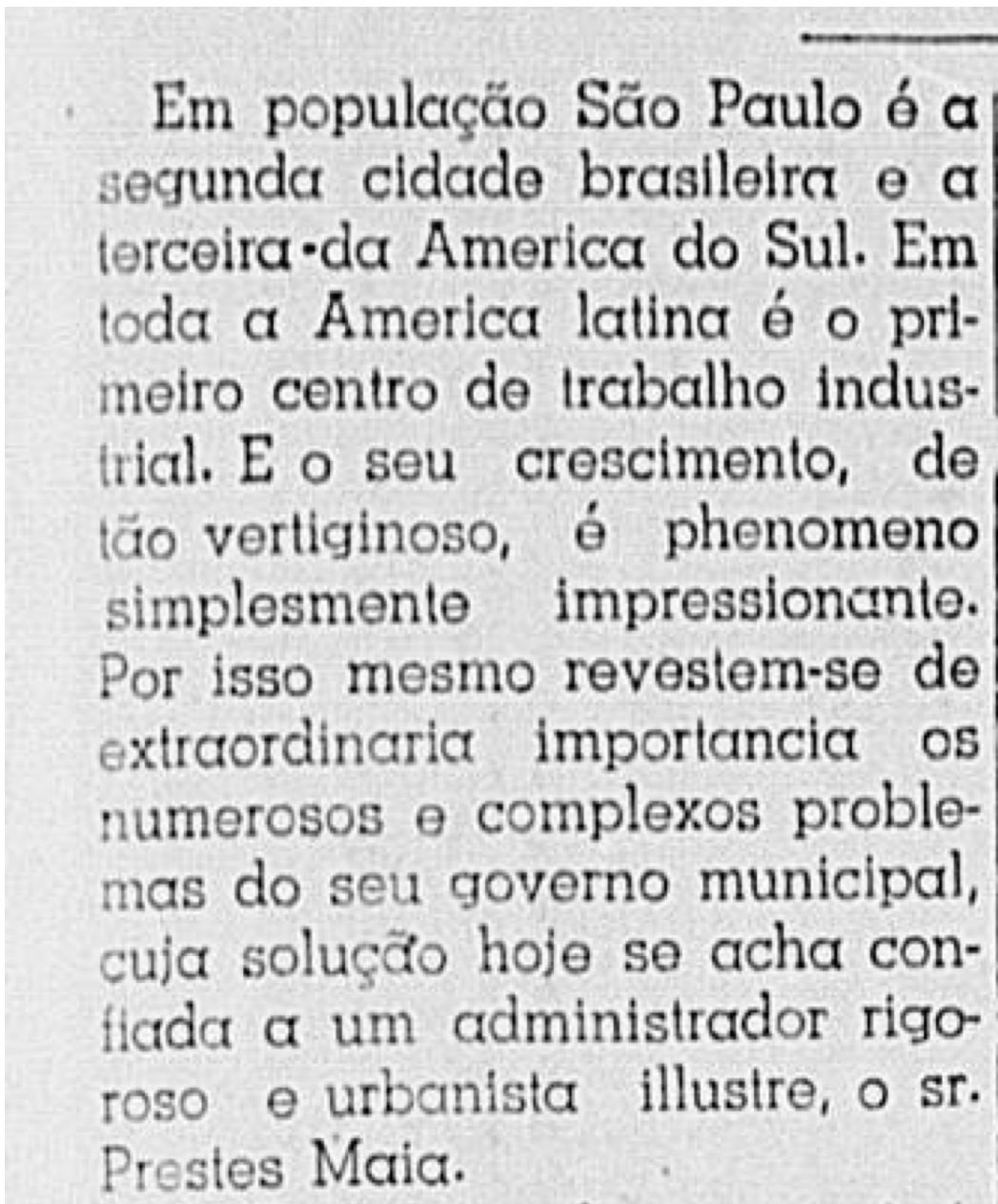
Em 27 de abril de 1938, Prestes Maia voltou à vida pública como prefeito da capital paulista, nomeado pelo interventor federal do estado, Adhemar de Barros (1938-1941). Assumindo assim, a este cargo a partir de uma indicação e não uma eleição de voto popular. É importante compreender a correlação entre o Estado Novo e a atuação de Francisco Prestes Maia no poder. Alçado à categoria de prefeito “biônico” por meio de uma indicação de Getúlio Vargas ao interventor do Estado, Adhemar de Barros, Prestes Maia desenvolveu, de fato, uma das maiores transformações físicas que a cidade conheceu.

**Completa-se, hoje, exactamente, o primeiro semestre da administração do illustre dr. Prestes Maia á frente do governo municipal da cidade. O que tem sido a sua actuação, o interesse sem par que vem revelando na defesa dos interesses da população citadina, o zelo e atenção com que estuda e resolve os problemas submettidos ao seu julgamento, são sobejamente do conhecimento de todos para que pretendessemos, aqui, resaltar os altos proveitos advindos para a collectividade de sua presença no Executivo paulistano.**

**Figura 2.** Fragmento de artigo do Correio Paulistano, de 09 de novembro de 1938, p.03. Acervo: Hemeroteca Digital.

O evento foi celebrado por diversas vezes. A vida noturna da capital estava a todo vapor, com vários restaurantes, cabarés e teatros lotados e prestigiados, com a presença de grupos de artistas nacionais e europeus. Para celebrar o prêmio, Francisco Prestes Maia foi prestigiar Chico de Pegas, uma comédia de costumes, encenada por uma companhia portuguesa. Nesta ocasião o engenheiro, já com 34 anos e solteiro cobiçado, se encantou pela intérprete e cantora soprano-lírica, a portuguesa Maria de Lourdes, que se tornaria, posteriormente, a primeira-dama (MATOS, 2018, p.191).

Entre 1937 até o início da década de 1940, Prestes Maia era associado a construção da mentalidade paulistana do estabelecer de uma nova relação com a cidade, sendo passível de usufruir das obras arquitetônicas planejadas por urbanistas, viver na cidade era desfrutar das pontes, dos viadutos, das ruas pavimentadas e iluminadas.



Em população São Paulo é a segunda cidade brasileira e a terceira da América do Sul. Em toda a América latina é o primeiro centro de trabalho industrial. E o seu crescimento, de tão vertiginoso, é phenomeno simplesmente impressionante. Por isso mesmo revestem-se de extraordinaria importancia os numerosos e complexos problemas do seu governo municipal, cuja solução hoje se acha confiada a um administrador rigoroso e urbanista illustre, o sr. Prestes Maia.

**Figura 3.** Trecho de uma notícia elogiosa de Prestes Maia publicado pelo jornal *O Correio Paulistano*, 27 de junho de 1939, p.05. Acervo: Hemeroteca Digital.

A beleza, a utilidade e a vivência da cidade moderna passaram a estampar as manchetes de jornais. O entusiasmo pela construção da chamada “Cidade dos Viadutos” no governo Prestes Maia, celebrava através de artigos de jornais a execução de grandes obras, como dos Viadutos Jacareí, Nove de Julho e Dona Paulina, entre outros, em meio a abertura de grandes avenidas.

As críticas e apontamentos das graves consequências do Plano de Avenidas e as demolições desenfreadas, se tornaram mais patentes na imprensa ao decorrer da década

de 1940, principalmente após a sua saída do poder – 2 dias antes do final do Estado Novo – em 1945, como veremos mais adiante.

### **1.6. Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia**

É importante ressaltar que Prestes Maia fez parte da primeira geração de urbanistas paulistanos, sendo integrante do grupo denominado de ‘pioneiros do urbanismo no Brasil’, compartilhando este espaço com grandes outros nomes como Anhaia Mello e, como já citado anteriormente, João Florence de Ulhôa Cintra. Esta geração contribuiu de forma relevante para formar o ideário urbanístico brasileiro nas primeiras décadas do século XX (JUNIOR; ANGOTTI-SALGUEIRO, 2020). Por meio de seus escritos, planos e projetos, realizados ou não, constituíram aquilo que definiria a ciência do urbanismo e tudo o que a abrange: saneamento básico, infraestrutura, transporte, moradia, controle da expansão urbana, assim como no debate público com a grande imprensa e a comunidade profissional” (JUNIOR; ANGOTTI-SALGUEIRO, 2020, p.17).

Dentro do escopo de desenvolvimento do projeto “Pauliceia Esfacelada”, previamente mencionado, entrevistamos Adriana Prestes Maia Fernandes, filha de Francisco Prestes Maia e de Maria Lourdes Prestes Maia. Esta troca foi interessante porque além de acessarmos informações mais íntimas a respeito da família e da história do ex-prefeito, também nos debruçamos sobre uma outra personagem, que tanto foi crucial para construir um imaginário sobre o técnico-urbanista. Essa personagem seria sua esposa, Maria de Lourdes.

Na entrevista, Adriana Prestes Maia disse que:

Minha mãe é uma figura muito conhecida em São Paulo. Ela era muito inteligente, ela era política, e não meu pai. Aliás tem um comentário que está aqui no livro que vocês veem o que ele fala de política, que ele era apertadário, mas não apolítico. E toda vez que houve campanhas políticas, etc., quem ficava na frente era minha mãe. Meu pai participava, mas com um empurrãozinho dela. Ela era muito viva, muito inteligente, ela era cantora lírica, gostava de artes, protegeu muitos artistas. Tinha muitos artistas rodeando minha mãe, minha casa<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Entrevista concedida por Adriana Prestes Maia Fernandes a Fernando Atique, Sabrina Fontenele Costa, Bianca Vicente, Jaíne Diniz e Georgia Proença, em 16 de outubro de 2019, em São Paulo.

Em *Maria Prestes Maia: Trajetória de Vida e Lutas*, Maria Izilda Santos de Matos argumenta como na ampla bibliografia sobre Prestes Maia, muito se é falado da cidade de São Paulo/SP/Brasil e seu traçado urbano marcado pelo denominado “Plano Avenidas”, que foi idealizado e implementado pelo urbanista e prefeito Francisco Prestes Maia. Entretanto, sobre suas ações são raras as referências à sua esposa, a portuguesa, Maria de Lourdes Costa Cabral Prestes Maia. O artigo busca, então, dar visibilidade a Maria Prestes Maia, rastreando a trajetória biográfica destacando suas atividades políticas, as ações no setor cultural e na assistência social (MATOS, 2018, p.197).

Maria de Lourdes nasceu em Alenquer, em 1901. Sua formação foi pautada na vida artística e cultural, em um internato, próximo a Paris, no qual aprendeu teorias literárias e humanísticas, além de artes de espetáculo, aprendendo piano, canto e dicção, e também as boas etiquetas que estavam atreladas à figura feminina, como bordado, crochê, costura e tricô. Com apenas 20 anos, passou por um casamento arranjado como um primo, que acabou brevemente por incompatibilidades irreversíveis. Isso foi um grande acontecimento em sua família, de rejeição, o que a levou a se isolar e a embarcar na construção de sua carreira artística, como cantora e atriz (MATOS, 2018, p.191).

No início de 1930, apresentou-se no Rio de Janeiro, como cantora soprano-lírica, na peça *Chico das Pega*<sup>38</sup>. Neste evento, conheceu o engenheiro Prestes Maia, que havia saído para comemorar o recebimento da Grande Medalha de Ouro com seu Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo, recebido, naquele dia de junho de 1930, no encerramento do *IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos*, na capital federal (ATIQUÉ, 2021). Os dois se envolveram. Enamorada de Prestes Maia, ela se mudou para São Paulo, passando a residir no luxuoso Hotel Esplanada. O romance se iniciou, com resistências por parte de D. Carolina, mãe do prefeito biônico e católica fervorosa, que não aceitava o fato da artista ter se divorciado em Portugal, e professar crenças da Igreja presbiteriana.

Somente em 1935, após o falecimento da matriarca da família, o casal se uniu efetivamente. Dez anos depois, em 1945, nasceu a filha Adriana. O casamento só ocorreu

---

<sup>38</sup> Chico das Pega é uma comédia de costume. A comédia de costumes, um dos gêneros característicos brasileiros, é caracterizada pela criação de tipos e situações de época, com uma sutil sátira social. Proporciona uma análise dos comportamentos humanos e dos costumes num determinado contexto social, tratando frequentemente de amores ilícitos, da violação de certas normas de conduta, ou de qualquer outro assunto, sempre subordinados a uma atmosfera cômica. A trama desenvolve-se a partir dos códigos sociais existentes, ou da sua ausência, na sociedade retratada. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%A9dia\\_de\\_costumes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%A9dia_de_costumes)>.

no leito de morte do engenheiro, em abril de 1965 e de forma nuncupativa (MATOS, 2018, p.191).

É impreterivelmente necessário discutir a figura emblemática de Maria de Lourdes Prestes Maia. Esta longa relação foi marcada por um convívio complementar: ela extrovertida e impetuosa, ele, reservado e conservador (MATOS, 2018, p.191). Estas diferenças formavam uma boa dupla, visto que, como dito anteriormente, nas palavras da própria filha do casal, a mãe dava seu “empurrãozinho” na trajetória política, social, e até cultural, de Francisco Prestes Maia, como veremos adiante.

São Paulo já estava, naquele período de efervescência cultural, tornando-se um polo modernizador do teatro. O processo de metropolização pelo qual passava a cidade, e em razão da II Guerra Mundial que gerou a vinda de professores e atores estrangeiros, levou a cidade a ser um relevante polo artístico (MATOS, 1993, p.182, apud HAAG, 2010, p.87). A casa da família Costa Cabral Prestes Maia era um centro de referência para artistas de passagem pela cidade. O Salão da D. Maria era famoso por seus encontros densos e diversificados, que misturavam o teatro, a arte, a política e a efervescente vida sociocultural na capital paulistana.

A grande figura pública ali era, de fato, D. Maria. Maria Portuguesa, como era chamada, atuou como professora de dicção, oratória, presença cênica, postura e representação, no Teatro Municipal e no Instituto Brasil- Rússia, mantendo uma ampla rede de contatos teatrais, contando com nomes como Ziembinsky, Sérgio Cardoso, Nydia Lícia, Bibi e Procópio Ferreira, Paulo Autran, Tônia Carrero, Madalena Nicol, Cacilda Becker, entre outros (MATOS, 2018, p.193). Mas ali também ocorriam, para além das personalidades da vida cultural e artística, também elementos da vida empresarial e política, com a presença de jornalistas, escritores, artistas, médicos e cientistas, empresários e políticos de diversos partidos, particularmente durante as campanhas políticas do engenheiro (MATOS, 2018, p.193).

De fato, havia contatos de todas as vertentes possíveis tanto do lado dele, quanto do lado dela. Dona Maria era considerada uma excelente anfitriã e capitaneava as atividades, que consistiam em encontros políticos e de negócios, em um ambiente alegre e descontraído, que envolvia várias atividades: música, poesia, discussões artísticas e políticas (MATOS, 2018, p.193).

Particularmente, esses encontros contavam com a presença de uma variedade de personagens do campo político, como os governadores Jânio da Silva Quadros e Carvalho Pinto, e o ministro San Tiago Dantas. Havia também representantes do legislativo e de

diversos partidos políticos, alguns que deram apoio político ao engenheiro Prestes Maia em momentos variados de sua trajetória, como da União Democrática Nacional (UDN) e do Partido Trabalhista Brasileiro, (PTB), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido de Representação Popular (PRP), Partido Social Democrático (PSD), Partido Republicano (PR), e outros, pelos quais Maria Prestes Maia tinha certa inclinação, como o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB) (MATOS, 2018, p.193).

Diversas outras categorias de artistas também conviviam ali, literatos e intelectuais, poetas e escritores, como Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia, Ian de Almeida Prado, Antônio Soares Amora, Augusto de Souza, Fidelino Figueiredo; as pianistas Antonieta Rudge e Helena Rudge, os maestros Edoardo Guarniere e Armando Bellardi; artistas plásticos como os pintores Waldemar da Costa, Reboló, Di Cavalcanti e Germana de Angelis, os escultores Galileu Emendábile, Ricardo Picchia e Victor Brecheret, que fez várias obras para a cidade durante a gestão de Prestes Maia (MATOS, 2018, p.194). Além disso, conviviam também ali diversos jornalistas importantes, como Júlio de Mesquita Filho, de *O Estado de S. Paulo*; Galeão Coutinho, escritor e redator-chefe de *A Gazeta*; Alzira Godói, Francisco Martins, Helena Silveira e Cristina Motta, dentre outros.

É interessante pensar como Maria Lourdes era o elo de articulação, entre tantas diferentes áreas, e até entre distintos partidos políticos. Ainda sobre a entrevista com a Adriana Prestes Maia, sua filha considera que ela:

Tinha uma personalidade forte; era considerada uma mulher avançada também para a época, poderia-se dizer que ela era uma pessoa de esquerda, mas não comunista. De esquerda pra ficar mais dentro do seu tempo. (...) É mais justiça social. Digamos que ela acompanharia Fernando Henrique, o Serra, que aliás conhecia muito ela e estavam sempre em casa. Então, era mais uma coisa assim do que uma comunista mesmo<sup>39</sup>.

Maria Izilda Santos de Matos discute em seu artigo como Maria de Lourdes era uma figura “determinada e sedutora”, sendo habilidosa no “no trato com as pessoas, e não media esforços para conseguir seus desígnios”. Ela gostava da política e ajudou ativamente o marido nas campanhas, pois ele era mais introvertido e contava com a ação envolvente da esposa, com sua eloquência, convencimento e articulações partidárias (MATOS, 2018, p.194).

---

<sup>39</sup> Entrevista concedida por Adriana Prestes Maia Fernandes a Fernando Atique, Sabrina Fontenele Costa, Bianca Vicente, Jaíne Diniz e Georgia Proença, em 16 de outubro de 2019, em São Paulo.

Com a morte de Prestes Maia, em abril de 1965, diminuiu gradativamente a presença pública de Maria Prestes Maia, mas não sua ação política. A análise da trajetória de vida e lutas de Maria Prestes Maia tornou-se emblemática para a compreensão e o conhecimento da experiência histórica de uma imigrante portuguesa e sua participação nos circuitos culturais e políticos de São Paulo. Era atriz, professora de teatro e também esteve à frente do panorama de lutas políticas na capital.



**Capítulo 2:**  
**Prestes Maia e a Imprensa Paulistana:**  
**das Matérias de um Sucesso Urbano às Críticas Sobre uma Crise Evitável**

Quais são os elementos necessários para se fazer uma metrópole? A desconstrução da chamada cidade velha até o erguer da cidade tecnológica e industrial, foi um caminho longo a ser percorrido. Por mais de dois séculos, as teorias urbanísticas, entre sonhos utópicos e planos grandiosos, desafiavam as possibilidades para versões futuras de grandes cidades. O progresso era o ponto final a ser atingido, obstáculos estavam fadados à ressignificação ou até ao desaparecimento. Discursos tecnocráticos foram proferidos para mobilizar a população mediante o “espetáculo” de reurbanização bem a frente de seus olhos (LEME, 1990, p.09). Figuras públicas garantiam a concretização de promessas e resultados imprescindíveis para usufruto de toda a sociedade, na teoria.

Prestes Maia e Ulhôa Cintra, em 1924, elaboraram conjuntamente o “*Projeto de Avenida Circular Constituindo Perímetro de Irradiação*”, posteriormente, em 1930, sistematizado como “*Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*”. O Perímetro de Irradiação, pertencente ao projeto, tinha como um de seus intuitos a execução de um esquema viário circular, com avenidas radiais e perimetrais. A grande questão que permeava esta primeira versão e o Plano de Avenidas, efetivamente publicado, em 1930, era o de auxiliar na expansão e na instauração da cidade moderna presente no cerne do projeto, propondo também soluções para ocupação, integração e mobilidade viária da urbe. Um dos melhoramentos colocados em execução para a primeira parte da “Avenida de Irradiação”, foi a construção de viadutos, na zona sudoeste do Perímetro, no intuito de minimizar o tráfego intenso da cidade (PROENÇA, 2019, p.03), como discutiremos adiante.

O Plano de Avenidas, embora só tenha conseguido ser implantado, em pequenas partes, nos anos finais da administração do prefeito Fábio Prado<sup>40</sup> (1934-1938), que

---

<sup>40</sup> Fábio da Silva Prado nasceu na cidade de São Paulo no dia 25 de junho de 1887. Iniciou sua vida política ao eleger-se vereador à Câmara Municipal de São Paulo. Em 1934, durante a interventoria de Armando Sales, foi nomeado prefeito da capital paulista em substituição a Antônio Carlos de Assunção (1933-1934). Deu início também à construção do estádio do Pacaembu e do túnel Nove de Julho, além disso, muitos de seus projetos de remodelação urbanística foram aproveitados por seus sucessores. Após o advento do Estado Novo em novembro de 1937, em abril do ano seguinte, com a interventoria passada a Ademar de Barros, deixou a prefeitura de São Paulo. Faleceu em São Paulo no dia 3 de março de 1963. Cf. Alzira Alves de ABREU et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro:

reconfigurou logradouros como o Viaduto do Chá, e deu início à instalação de edifícios públicos como o Estádio Municipal, no Pacaembu, induziu - e até auxiliou a construir - na mentalidade paulistana, uma ideia de Modernidade, como se uma marcha sem retorno estivesse passando por sobre a localidade (MEHRTENS, 2010; SAMPAIO, 1999; ATIQUÉ, 2004).

Seria com o próprio Prestes Maia, sucessor de Fábio Prado na prefeitura, que o Plano seria instaurado, quase na sua totalidade. É possível notar, lendo os pesquisadores que se debruçaram sobre o Plano de Avenidas que, embora não implementado de uma única vez, ele se constituiu num documento que pautou as ações urbanísticas da cidade por décadas, principiando no governo Fábio Prado, prosseguindo na primeira gestão de Prestes Maia (1938-1945), e persistindo, de maneira intermitente, até a gestão Faria Lima (1965-1969), que sucedeu a Prestes Maia em sua segunda administração (1961-1965) (COSTA, 2010; CAMPOS NETO, 2002; LEME, 1990).

É importante delinear que o objetivo deste trabalho é discutir os dilemas e contradições entre aquilo que estava proposto no Plano de Avenidas, publicado em 1930 por Francisco Prestes Maia, e os resultados e consequências efetivamente colocados em execução na cidade de São Paulo, criticados na imprensa paulistana mais deliberadamente a partir da década de 1940 em diante.

## **2.2. O Plano de Avenidas em Execução**

Os artigos de jornais aqui utilizados são uma fonte fundamental para compreender como se desenhou a Crise de Moradias em São Paulo, agravada durante toda a década de 1940 ratificando, assim, o papel da imprensa paulistana como um agente ativo no contexto histórico em que está inserida, que agrega em seus posicionamentos determinados valores ideológicos políticos, culturais, sociais e econômicos em cada manchete, fotografia e material presente em um artigo jornalístico.

A construção do discurso encontrado nos jornais e obras sobre o processo de demolição do Plano de Avenidas do período, possuía uma preocupação maior de expansão e integração, em detrimento da moradia de uma população mais pobre que já habitava as áreas de interesses localizadas no centro da cidade. Grande parte da população e seu paradeiro, em especial a que habitava nos cortiços ao redor de onde implantaram as

---

CPDOC, 2010. In: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/prado-fabio-da-silva>> Acesso em: 19 de jan. 2022.

obras planejadas, foi omitida dos discursos sobre Maia e seus feitos em prol da enunciação do aformoseamento progressista na segunda metade do século XX em São Paulo.

Na imprensa, a cobertura do Plano de Avenidas foi elogiada em seus primórdios. Porém, simultaneamente, entre outros urbanistas, Prestes Maia sofreu críticas pertinentes. Em 1934, foi formada em São Paulo, a *Sociedade de Amigos da Cidade (SAC)*<sup>41</sup>, com o objetivo principal de obter a elaboração do Plano Geral da Cidade, para “contribuir para o seu bom êxito e zelar pela sua fiel execução” (JUNIOR; ANGOTTI-SALGUEIRO, 2020,p.237). Essa comissão permitiria a execução de debates para o âmbito urbanístico de 1930 e até 1940 e discutia as diferentes vertentes intrínsecas ao urbanismo, de modo que para pensar o plano para a nova realidade urbano-industrial, viam o urbanismo como uma ciência multidisciplinar tanto para discussões, quanto para elaborações de planos. Em sua equipe, havia profissionais ligados ao municipalismo e que receberam apoio dos prefeitos, que no contexto de centralização política e financeira da Era Vargas, estavam totalmente submetidos ao Interventor Federal.

As Comissões assumiram, além do caráter técnico, uma campanha pelo urbanismo e pelo plano, em prol do município (FELDMAN, 2012). Anhaia Mello foi um dos fundadores do SAC, e elaborou a inserção do urbanismo e dos urbanistas no governo da cidade de forma abrangente: contemplou os vários aspectos da nova arquitetura do aparelho estatal assumidos na Era Vargas, “estabelecendo um nexo entre perfil do profissional urbanista, concepção de planos, instrumentos urbanísticos e desenho institucional” (JUNIOR; ANGOTTI-SALGUEIRO, 2020, p.230).

Em *História Econômica e Social do Estado de São Paulo (1850-1950)*, discute-se a consolidação da potência industrial de São Paulo, iniciando-se desde as primeiras décadas do século XX, como já discutido anteriormente. Essa industrialização, assim como o crescimento da cidade, se deu de maneira desenfreada e rápida, visto que “no caso brasileiro, estava claro que a industrialização começou antes que se estabelecesse a proteção formal. O estado brasileiro não teve nenhum programa pró-industrialização coerente até o começo dos anos 1940, muito depois das indústrias terem se estabelecido

---

<sup>41</sup> Em 1934, foi criada a Sociedade de Amigos da Cidade, com o objetivo principal de obter a elaboração do Plano Geral da Cidade, contribuir para seu êxito e zelar pela sua execução pautada nas diretrizes ali elaboradas. Foi criada em um período de multiplicação das Comissões de Planos urbanísticos pelas principais capitais no Brasil. (SIMÕES JUNIOR; ANGOTTI-SALGUEIRO, 2020,p.237).

no país” (LUNA; KLEIN, p. 288, 2019). A indústria paulistana foi a que mais cresceu de depressa do que qualquer outro estado brasileiro (LUNA; KLEIN, p.325, 2019).

As razões da supremacia alcançada por São Paulo já foram discutidas inúmeras vezes na historiografia, muitas vezes relacionadas a ascensão da economia cafeeira e o seu impacto sobre a economia do Estado. E justamente por esses fatores, importantes setores foram desenvolvidos e impulsionados, como o do transporte, da indústria e dos serviços. Três grupos, em particular, foram fundamentais para dar estofa a esta eufórica industrialização em São Paulo, sendo eles, de acordo com Francisco Vidal Luna e Herbert S. Klein, “os primeiros foram os importadores, que abasteceram o mercado local com bens importados não produzidos na região”, o segundo, “os cafeicultores foram outro grupo importante para a industrialização no Brasil” e, por fim, os imigrantes. Estes últimos seriam divididos em dois contingentes: um deles compostos pelo grupo que viera trabalhar em áreas rurais, como colonos, e que enriqueceram, tornando-se agricultores ou proprietários de pequenas fábricas, o outro grupo, seria o de estrangeiros com determinado prestígio no estrangeiro, que vieram ao Brasil como trabalhadores especializados ou com capital necessário para se estabelecer no país (LUNA; KLEIN, p.337, 2019).

Esta breve discussão, se faz necessária para esmiuçar o cenário caótico na cidade de São Paulo. Além da guerra, o êxodo rural, a constante migração para a cidade em busca as alternativas de vida provenientes da industrialização, desde o início da década de 1940:

De lá pra cá, tudo piorou. O pauperismo, na verdade, atingiu um nível de asfixia; o êxodo da população rural alcançou, entremontes, o extremo limite, e a crise de habitações, logicamente, fez brotar favelas em todos os recantos da Paulicéia, deixado morrer uma criança debaixo do Viaduto, sob o olhar indiferente, dos arranha-céus (Diário da Noite, 5 de abril de 1945, p.03).

E mais:

O deputado Mario Beni, falando em seguida, começou por examinar o problema da falta de habitação em nossa capital e em várias outras cidades brasileiras. Depois de referir-se as consequências da guerra, com o abandono dos campos e a miragem da industrialização acelerada, o orador declarou que a primeira resultante dessa situação foi o afluxo de pessoas as grandes cidades, fato que criou o problema da habitação (O Estado de S. Paulo, 23 de setembro de 1947, p.05).

A cidade de São Paulo não era capaz de suprir a demanda por casas populares. Isso já era um problema antigo, visto que “a população crescia continuamente, de dia para a dia, e o número de casas continuava praticamente o mesmo. Os altos índices de 1940 e 1941 não se tinham mais repetidos na Paulicéia” (Diário da Noite, 11 de novembro de

1946, p.03.). O déficit de população já era uma questão na cidade, e “enquanto isso, as populações rurais (...) vinham procurar trabalho nas fábricas, queixando-se das dificuldades do campo. Conseqüentemente, tornava-se cada vez mais aguda a crise de moradias” (Diário da Noite, 11 de novembro de 1946, p.03.).

Vale salientar então, uma outra questão. Entre 1940 e 1941, o prefeito de São Paulo era Francisco Prestes Maia, que colocava em execução na cidade os chamados melhoramentos – como alargamentos de vias, construções de praças, abertura de avenidas, que em longo prazo acabaram criando valas de expulsão pela cidade. Os melhoramentos de São Paulo viriam na perspectiva do urbanista, resolver tudo aquilo que destoasse dos males e do degradante, como “o congestionamento, a aglomeração, as habitações insalubres, a inexistência de obras sanitárias, de iluminação, de água e a falta de esgotos, em suma, tudo aquilo que fosse elementos incompatíveis com o desenvolvimento da cidade” (CARPINTERO, 2007, p.02).

Isto também foi discutido em grandes jornais de circulação, como no *Folha da Noite*, no qual se atribui o agravamento da crise aos planos de urbanização, em especial a abertura da Avenida de Irradiação, entre a Avenida Anhangabaú e Tiradentes, cuja demolição de casas foi muito expressiva, mas discute que é um problema universal, em especial na América Latina (Folha da Noite, 25 de setembro de 1946, p.02).

O fato de o centro da urbe ser o grande ponto de partida para as obras de remodelação e o epicentro do processo de expansão da cidade, não se faz apenas pela mobilidade, visto também como passível de ser remodelado e modificado pelas propostas de embelezamento. Essas intervenções de remodelamento relacionavam-se com propostas de reestruturação do centro de modo que visassem posteriormente a possibilidade de garantir a especulação imobiliária. Os projetos urbanos seguiam a lógica de redesenhar o centro, demolindo e reformando construções vistas como precárias e indesejadas, para permitir a valorização e uma nova caracterização de locais que previamente continham a “presença indesejada de pobres encortçados, mendigos, vadios, bêbados e prostitutas, alocando em seu lugar luxuosos edifícios, para um público consumidor rico e europeizado” (DOMINGUES, 2019, p.26).

Fez parte então, do projeto do Plano de Avenidas, a grande quantidade de casas de habitação popular desapropriadas e demolidas a fim de seguir com as obras de diversos melhoramentos urbanos. O excesso de demolições, principalmente de moradias populares, generalizadas como “casebres já condenados” (Correio Paulistano, 26 de setembro de 1944, p.04), chegou em um ponto crítico na década de 1940. A remodelação

de bairros como o Bexiga, a República, entre outros, e também, de certa maneira, de suas vizinhanças, impulsionou o processo que a partir dos anos 1970 passou a ser chamado de **gentrification (em português, enobrecimento)**<sup>42</sup> da cidade, de modo que expulsasse grande parte da população, em sua maioria, de camadas mais baixas, para fora da zona central e a caminho de áreas periféricas. Estas desapropriações e demolições de habitações populares não foram apenas consequências ligadas às obras públicas do Plano de Avenidas. Outros fatores também impulsionaram para que a diminuição de moradias fosse cada vez mais significativa, como a promulgação da Lei do Inquilinato de 1942, que será discutida adiante; a valorização da construção de prédios de apartamento; a escassez de material de mão de obras e aumento do preço de novas habitações.

### **2.3. O papel da imprensa**

Artigos de jornais, revistas e as mais diversas formas dos meios de comunicação contemporâneos, passaram a ser um artefato corriqueiro na vida cotidiana humana. Transformar um artigo de jornal em uma fonte histórica é buscar “compreender a Imprensa como linguagem constitutiva do social, que detém uma historicidade e peculiaridades próprias” (CRUZ, 2007, p.258). Isto é, requer ser trabalhada levando em consideração as relações entre imprensa e sociedade, movimentos sociais, as instituições de poder, entre outros elementos que compõem este panorama por completo.

A imprensa além de abranger temas e projetos referentes a distintos grupos sociais, muitas vezes, “é, ela mesma, espaço privilegiado da articulação desses projetos” (CRUZ, 2007, p.259). Isto é, a imprensa, desde sua criação até a atualidade, é majoritariamente operada por grupos da elite nacional (SANTOS, 2020, p.04), portanto, é importante pensá-la levando em consideração suas articulações ao movimento geral, mas também a cada uma das conjunturas específicas do longo processo de constituição, de construção, consolidação e reinvenção do poder burguês nas sociedades modernas, e das lutas por hegemonia nos diferentes momentos históricos do capitalismo (CRUZ, 2007, p.257).

---

<sup>42</sup> Gentrificação (do inglês *gentrification*) é o fenômeno que afeta uma região ou bairro pela alteração das dinâmicas da composição do local, como novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local. Isto acarreta o aumento de custos de bens e serviços, dificultando a permanência de antigos moradores de renda insuficiente para sua manutenção no local cuja realidade foi alterada. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gentrifica%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 07/03/2022, às 17:14.

Sendo assim, procuro aqui, pensar a imprensa não como um mero repositório de informações, mas uma força ativa da história do capitalismo e nos diversos processos e conjunturas sociopolíticas, de maneira que atua como circular informações – e quais informações devem ser circuladas, como e qual modo de vida deve vir a ser seguido, qual perspectiva é vista como ideal, o que deve ou não ser eliminado, etc.

A Imprensa passou por inúmeras revoluções, entretanto, não pretendo me estender em relação a cada uma delas, mas sim apontar significativas mudanças que compelem para discutir a questão da técnica urbanística e a crise de moradias e sua abordagem nos jornais da grande imprensa paulistana mais adiante. Uma delas viria com a profissionalização dos jornais no século XIX, no qual mudaria também o seu padrão editorial, dando lugar a denúncias e reportagens “que pretendiam falar diretamente ao coração do leitor” (CARVALHO, 2013, p.47). Mais adiante, o processo de constituição do moderno jornalismo no Brasil se deu em um contexto de sobressaltos e de redefinições político-institucionais (CARVALHO, 2013, p.43), inclusive no ambiente profissional da imprensa, sendo uma delas a progressiva transformação dos jornais em empresas, com um quadro de redatores e de colaboradores cada vez mais especializados, com apostas de vendas de espaços para anunciantes, cada vez mais frequentes, logo após a República, e a superação de um jornalismo visto como amador, tornando-se, de fato, uma carreira (CARVALHO, 2013, p.47.)

Sabemos que Prestes Maia, em 1938, período do Estado Novo (1935-1945) de Getúlio Vargas, foi nomeado prefeito da cidade de São Paulo através de uma indicação pelo Interventor Federal, Ademar de Barros, permanecendo no cargo até 1945. Este período ditatorial encabeçado por Getúlio Vargas, é reconhecido por sua forte repressão na imprensa. Em 1939, foi criado o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, um dos aparatos de repressão do governo, que tinha como objetivo “difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares”. Essa difusão era realizada através da uniformização de notícias difundidas, unificando o que deveria e como deveria ser compartilhado, e assim, assimilado pela população. O discurso então, torna-se moldado, e coloca os jornais do período em uma situação delicada, na qual as informações passadas devem seguir protocolos para poder circular, mas também a de ser um formador de opinião, lido por “uma gama enorme de pessoas letradas, dentre elas muitas participantes de classes sociais menos abastadas e marginalizadas pela sociedade” (SANTOS, 2020, p.07).

Analisando a persona de Prestes Maia e sua gestão, como objetos de matérias, é possível perceber um tipo de “arco” na construção dos discursos da imprensa, primeiramente, pautado nos elogios, no agradecimento pelas transformações urbanas, na exaltação das demolições constantes, até que, ao longo dos anos, tornam-se um problema na cidade de São Paulo estes mesmo temas. Isto pode ser elucidado a partir dos dois seguintes fragmentos:

O Governador da capital, dr. Francisco Prestes Maia, dentro de um grandioso plano de urbanismo, que elaborou com extremos cuidados, procede às reformas de caráter urgente que trarão à urbe o descongestionamento do tráfego assim como o embelezamento dos principais logradouros públicos. Desapropriando, rasgando novas avenidas, adquirindo parques e grandes áreas de terrenos, espera, em breve, o Prefeito de São Paulo, realizar o desejado, trazendo à coletividade, aquele conforto que há muito vinha sendo esperado (Correio Paulistano, 31 de janeiro de 1939, p. 09)

E depois:

Acontece, porém, que a abertura de avenidas e praças em substituição de pardieiros desapropriados sempre agravou, tornou mais aguda, a crise inevitável. Este fenômeno geral por certo não irrompeu invisivelmente, pois foi logo percebido. Não seria o caso, pois, de poupar as residências existentes, ainda que precárias, mas utilizáveis? As questões do trânsito e embelezamento foram adiadas. Acima delas se alçava uma questão mais ponderável, porque dizia respeito ao abrigo de milhares de pessoas. O sr. Prestes Maia, talvez sacrificasse, aos olhos da massa míope seus créditos urbanistas, (...), porém, entendeu que era preferível prosseguir seu plano realmente grandioso. No entanto, poderá o ilustre ex-prefeito negar que as suas demolições havidas durante sua administração, se não determinaram propriamente a crise predial, pelo menos contribuíram para agravar-lhe os efeitos? (O Correio Paulistano, 06 de abril de 1946, p.04)

Uma curiosidade interessante de ser retomada do primeiro Capítulo deste trabalho, é a existência de críticas a Prestes Maia, não necessariamente apenas no período de final do seu primeiro mandato, presentes em pequenos jornais, de cunho anarquistas e socialistas, e, também, de imigrantes. Um que vale ser pontuado é o Seminário italiano fundado em 1925 pelo jornalista e escritor Vicente Ragnetti. Este jornal, denominado de II Moscone, durante o ano de 1929 intensificou a propaganda facista, inclusive realizando uma campanha à favor a este regime no Brasil, publicando uma série de artigos sob o título “*Perchè il fascismo è mal visto in Brasile*”. Além disso, trouxe críticas sobre Prestes Maia, principalmente sobre sua atuação enquanto prefeito da Capital, que segundo o jornal, negligenciava os trabalhadores (SANTOS, 2020, p.14).

Voltando aos periódicos da esfera paulistana, de maneira geral, o discurso encontrado nos jornais e obras que abordam o processo de demolição e construção do Plano de Avenidas do período, possuía uma preocupação maior em urbanizar e expandir,



em detrimento da já consolidada vizinhança que habitava as áreas de interesses localizadas no centro da cidade. Grande parte da população e seu paradeiro, em especial a que habitava nos cortiços ao redor de onde implantariam as obras planejadas, foi omitida dos discursos sobre Prestes Maia e seus feitos em prol de um embelezamento progressista na primeira metade do século XX em São Paulo, até o final dos anos 1940, com a saída do então prefeito do cargo, no qual as críticas na grande imprensa foram mais recorrentes e diretas.

Identifiquei, então, os autores por trás de artigos do jornal *Correio Paulistano* que eu havia catalogado anteriormente, em uma tabela previamente realizada via pesquisas anteriores, sobre os possíveis elogios e críticas direcionadas à figura do Prestes Maia. A questão aqui, ainda, não é assentir que não há neutralidade por trás de cada palavra de uma página de jornal e nem também identificar a censura como um instrumento de repressão à imprensa – mesmo que lidemos com um período no qual o Estado Novo de Getúlio Vargas está em voga.

A questão é que a imparcialidade se faz presente, de uma maneira ou outra, quando raramente encontrei artigos que exaltassem ou criticassem Prestes Maia ou que discutissem a fundo a crise de moradias assinados por seus respectivos autores. A grande maioria não é assinada por um indivíduo/autor, mas em nome do Jornal/Empresa. O veículo de imprensa então, cumpria o papel de formador de opinião, ao revelar qual era a sua opinião.

O motivo da não assinatura de seus respectivos autores, sejam em possíveis elogios ou críticas, não tem a ver com a questão da censura ditatorial de Vargas essencialmente. Mas sim pelo processo de transição do jornal artesanal para a imprensa empresarial que se difundia nas primeiras décadas do século XX. Em “*Qual é o jornalista mais crápula, mais mistificador do Rio de Janeiro? – História, Jornalismo e Literatura em Lima Barreto*”, Denilson Botelho discute como nos jornais modernos os textos publicados são progressivamente deixando de ser assinados e “no esforço de tornarem-se modernos, tentando adquirir credibilidade junto aos leitores, vários jornais deixam de identificar a autoria dos textos impressos em suas páginas” (BOTELHO, 2018, p.87). Este fenômeno da despersonalização, carregava a intenção de atribuir ao jornal uma atmosfera de confiança, de uma entidade isenta, neutra e imparcial. Não é mais o autor ou jornalista quem escreve, mas sim a empresa e o discurso ali compartilhado passa a ser “destituído de sua autoria, procurando se negar ou ocultar o seu processo de construção e tudo o mais que envolve o seu autor” (BOTELHO, 2018, p.88).

O que se torna curioso, é que alguns dos artigos que encontrei com assinaturas de seus respectivos autores, eram dos próprios donos dos jornais, que assinavam colunas. Como no caso de Assis Chateaubriand, dono do conglomerado dos Diários, sendo um deles o Diário da Noite, como podemos ver na imagem a seguir:



Figura 4: Artigo do jornal Diário da Noite, página 3, 05 de janeiro de 1928. Acervo: Hemeroteca Digital.

Apesar de parecer instaurar neutralidade, os jornais que investiguei, entre eles, o *Correio Paulistano*, *O Estado de S. Paulo*, *Diário da Noite* e *Folha da Noite* mostraram posicionamentos distintos em relação a Prestes Maia e à Crise de Moradias.

O processo investigativo se deu primeiramente acessando a *Hemeroteca Digital* – único meio viável de pesquisa durante a pandemia de COVID-19. Para o jornal *Correio Paulistano* usei as seguintes palavras-chaves: “demolições”, de 1930-1939 e 1940-1949; “alargamentos” de 1930-1939; e “melhoramentos prestes maia” de 1930-1939 e 1940-1949. Para “demolições”, entre 1930 até 1939, foram encontradas 13 ocorrências,

enquanto, entre 1940 até 1949, 31. Para “alargamentos” foram encontradas 6 ocorrências. E, por fim, para “melhoramentos prestes maia” foram encontradas 48 ocorrências, entre 1930 até 1939, e 80 ocorrências, entre 1940 até 1949. Isso me permitiu compreender e delimitar os artigos que falassem essencialmente da Crise de Moradias. O resultado foi a criação de uma tabela com 178 notícias no total, organizada por categorias divididas em teor noticiado, período, assunto, título e informações sobre a edição do periódico. Abaixo, um fragmento da mencionada tabela:

QUADRO 1 - IMPRENSA: Melhoramentos, alargamentos e demolições (1930-1939;1940-1949)				
ACERVO DO JORNAL CORREIO PAULISTANO				
JORNAL	INFORMAÇÕES	TÍTULO	CATEGORIA	EQUIPE
Correio Paulistano – Palavra-chave: “demolições” – 1930-1939	Edição 23881, 05/06/1930; Ocorrência 2; Página 1; <a href="http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_08&amp;pagfis=2347">http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=090972_08&amp;pagfis=2347</a>	“A remodelação da Capital Paulista”	Crítica	Diretor Geral: Abner Mourão Gerente: Edgard Nobre de Campos
Correio Paulistano – “demolições” – 1930-1939	Edição 24837; 04/03/1937; Ocorrência 10; Página 4; <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/090972_08/17100">http://memoria.bn.br/DocReader/090972_08/17100</a>	“Alargamento da rua 7 de Abril”	Informativo - Assinatura do ato de alargamento da Rua 7 de Abril.	Redator-Chefe: José Carlos Pereira de Sousa Superintendente: <u>Antonio Herman Dias Meneses</u>
Correio Paulistano – “demolições” – 1930-1939	Edição 25038; 26/10/1937; Ocorrência 18; Página 7; <a href="http://memoria.bn.br/DocReader/090972_08/17100">http://memoria.bn.br/DocReader/090972_08/17100</a>	“As porteiras da Inglesa: O assunto foi debatido pela Sociedade dos ‘Amigos da Cidade’ – Ofício enviado ao governador da cidade”	Informativo - Rumores do Perimetro de Irradiação, como de excluir totalmente o jardim da Praça da República. O Prefeito esclarece que o plano é alargar as ruas e diminuir o	Redator-Chefe: Abner Mourão Superintendente: <u>Antonio M de Oliveira Cesar</u>

**Figura 5.** Tabela denominada "Quadro de Imprensa 1 - A crise de moradias - Correio Paulistano".

Para os outros periódicos, procurei de 1930 até 1950. Como meu objetivo era investigar como se sucedeu e como foi relatada a Crise de Moradias na Imprensa, coloquei palavras-chaves mais objetivas: “crise de moradias” e “crise de habitações” para pesquisar nos jornais Diário da Noite, Estadão e Folha da Noite. Para o jornal Diário da Noite, encontrei 123 ocorrências; para O Estado de S. Paulo 38 ocorrências; e para o Folha da Noite 2 ocorrências. Diante disso, procurei a partir dos cabeçalhos dos jornais os possíveis nomes constituintes da “equipe principal”. Um exemplo, a partir do jornal Diário da Noite:



Figura 6. Cabeçalho do jornal Diário da Noite, de 20 de fevereiro de 1947. Acervo: Hemeroteca Digital.

Tabela 1: Equipes jornalísticas, 1930 até 1950.

EQUIPES DE JORNAIS		
JORNAL	ANO	EQUIPE
Correio Paulistano	1930-1939	<p><b>Diretor Geral:</b> Abner Mourão;</p> <p><b>Diretor:</b> Raul da Rocha Medeiros;</p> <p><b>Gerente:</b> Edgard Nobre de Campos;</p> <p><b>Redator-Chefe:</b> José Carlos Pereira de Sousa;</p> <p><b>Superintendentes:</b> Antonio Herman Dias; Antonio M de Oliveira; Cesar Galeão Coutinho.</p>

<b>Correio Paulistano</b>	<b>1940-1949</b>	<p><b>Diretor:</b> João Sampaio; Cyrillo Junior; João Sampaio; Raul da Rocha.</p> <p><b>Subdiretor:</b> Péricles E. S. Ramos; Honório de Sylos;</p> <p><b>Redator-chefe Interino:</b> José Rubião.</p> <p><b>Redator-chefe:</b> Ayres Martins Torres; Luís Antônio Da Gama e Silva.</p> <p><b>Superintendente:</b> Antonio M de Oliveira Cesar; José Fernandes.</p> <p>Gerente: José Fernandes.</p>
<b>Diário da Noite</b>	<b>1927-1980</b>	<p><b>Diretor:</b> Plinio Barreto; Rubens do Amaral; Edmundo Monteiro; Raul da Rocha Medeiros</p> <p><b>Gerente:</b> Oswaldo Chateaubriand;</p> <p><b>Diretor-Gerente:</b> Edmundo Monteiro; Armando Oliveira.</p> <p><b>Diretor-Presidente:</b> Edmundo Monteiro.</p> <p><b>Gerente:</b> Oswaldo Chateaubriand.</p> <p><b>Redator-chefe:</b> Galeão Coutinho.</p>
<b>Folha da Noite</b>	<b>1940-1950</b>	<p><b>Diretor Presidente:</b> Alcides Ribeiro Meirelles.</p> <p><b>Diretor Superintendente:</b> José Nabatino Rásios.</p> <p><b>Diretor Tesoureiro:</b> Clovis M. de Queiros.</p>
<b>O Estado de S. Paulo</b>	<b>1930-1950</b>	<p><b>Diretor:</b> Julio Mesquita (de 1891-1927).</p> <p><b>Diretor-Presidente:</b> Pelagio Lobo.</p> <p><b>Diretor da redação:</b> Abner Mourão;</p>

		<p><b>Redator Chefe:</b> Plinio Barreto;</p> <p><b>Diretor:</b> Julio de Mesquita Filho; Leo Vaz; Plinio Barreto;</p> <p><b>Gerente:</b> Ricardo Figueiredo;</p> <p><b>Diretor designado pelo conselho nacional de imprensa:</b> Abner Mourão.</p> <p><b>Diretor da redação:</b> Abner Mourão;</p> <p><b>Diretor Gerente:</b> Francisco de Castro Ramos;</p> <p><b>Colunistas:</b> Edmundo Rossi Diretor.</p> <p><b>Redatores-chefes:</b> Leo Vaz; Paulo Duarte.</p>
--	--	--

A seguir, discutirei de maneira mais aprofundada como os mencionados periódicos abordaram a crise de moradias, a invalidável necessidade das transformações urbanas propostas por Prestes Maia na urbe, a parcela de agravamento do Plano de Avenidas no déficit de casas de aluguel em São Paulo e outros fatores que contribuíram na questão da habitação social paulistana.

#### 2.4. A cidade dos Viadutos

A importância por trás da construção destas estruturas viárias, denominadas pelos engenheiros civis como “obras de arte” é o fato de que:

São Paulo cresceu na cabeça de um morro. Tendo crescido mais depressa do que imaginavam os seus fundadores, desceu aos vales de entorno. Os vales acabaram sendo pequenos para a sua febre de expansão (...) e os morros começaram a ser ligados uns aos outros por meio de pontes (O Correio Paulistano, 16 de julho de 1941, p.04).

A paisagem natural da capital paulistana tornou-se um obstáculo para o *Plano de Avenidas*, de maneira que os vales e os desembocar dos rios necessitavam ser corrigidos. Era necessário se desvincular dos vestígios do passado e adentrar em um cenário bem diferente do anterior, de estilos arquitetônicos que exibissem “o poderio econômico de seus habitantes” (CARPITERO,2007, p.04.). Para que se pudesse concretizar a transformação de apagamento do passado colonial para uma metrópole

capitalista (TOPALOV,2014, p.288), era necessário ir contra a própria geografia da capital paulistana que, deveria ser remodelada para que se fosse atingido o ideal de uma cidade plana, passível de ser caminhada por pedestres, em ruas iluminadas, pavimentadas e com vias para automóveis, seguindo exemplos estrangeiros.

Seriam, então, colocados os planejamentos do Plano de Avenidas em execução pela cidade.

A *Avenida de Irradiação*<sup>43</sup> é formada, de um lado, pelas ruas Ipiranga, Senador Queiroz, Mercúrio, Santa Rosa e Parque Pedro II, e de outro, a rua Maria Paula, praça João Mendes, juntamente com os respectivos viadutos: Dona Paulina, Nove de Julho e Jacareí, compondo o anel viário suspenso da primeira etapa do projeto. Os processos de execução destas obras públicas faziam parte de um planejamento de remodelação urbana, já em desenvolvimento antes mesmo da indicação de Prestes Maia como Prefeito de São Paulo, assumindo o cargo de 1937 até 1945, em seu primeiro mandato<sup>44</sup>.

A partir da década de 1940, iniciaram-se as obras dos elevados. O viaduto Dona Paulina (1944-1947) viria para facilitar a ligação da avenida Brigadeiro Luiz Antônio com a Praça João Mendes; o Nove de Julho (1944-1948), a Avenida São Luiz com a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio; e o Viaduto Jacareí (1941-1947), a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, a rua Maria Paula e a rua Santo Antônio. Toda essa imensa faixa da cidade, da qual abrange três grandes vias públicas, como a Consolação, a Augusta e a Brigadeiro Luiz Antônio, e até ao largo São Francisco, a partir dessas obras de melhoramentos, teria como objetivo viabilizar o tráfego de veículos simplificado e dinamizado (O Correio Paulistano, 11 de julho de 1943, p.05).

---

<sup>43</sup> Com o Perímetro de Irradiação, em sua última versão, processou-se uma modificação no arco sudoeste da avenida. Especificamente, na ligação da Praça da República à Área da Praça da Sé. Prestes Maia abandonou o traçado que havia sugerido no Plano de Avenidas, publicado em 1930, que passaria em bissetriz pela quadra onde se construiu o Edifício Esther (inaugurado em 1939) e incorporou a Avenida São Luiz no trajeto. Isso forçou a criação de viadutos: um sobre o Ribeirão Saracura (naquela altura já tamponado e convertido em Avenida Nove de Julho) batizado de Viaduto Nove de Julho, e Itororó, que recebeu o nome de Maria Paula. Este trecho aéreo, conectou-se com a área de dois “bairros” da cidade, Bixiga, nas imediações da Rua Santo Antônio e Brigadeiro Luiz Antônio, e Liberdade, nas barrancas do Itororó. Um terceiro Viaduto foi construído, chamado de Jacareí, permitindo, assim, que, nos planos originais de Prestes Maia, o Palácio do Governo ali se instalasse. Desta maneira, o trecho sudoeste do Perímetro de Irradiação constituiu-se numa grande via anelar, que corre em cota única, por sobre três viadutos, e que reconfigurou dois bairros da cidade.

<sup>44</sup> Entre os espaços que se reconfiguraram, contando com desmaterializações significativas, figura a antiga área situada nos vales dos ribeirões Saracura e Itororó, que seriam aproveitadas por Prestes Maia para a construção das Avenidas Nove de Julho – Iniciada ainda no governo de Pires do Rio (1926-1930), mas tocada como peça fundamental da gestão de Fábio Prado (1934-1938) - e terminada por ele (1938-1945).



**Figura 7.** Artigo cobrindo as obras do Viaduto Dona Paulina. Fonte: Correio Paulistano, 1947.



**Figura 8.** Fotografia registra a construção do Viaduto: Dona Paulina, ao fundo, vê-se a Catedral da Sé. FERREIRA, Sebastião de Assis. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, 1940-1950.





**Figura 9.** Fotografia registra a construção de Viaduto: Dona Paulina, esquina mais próxima: Maria Paula. DUARTE, Benedito Junqueira (BJ Duarte). Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, 1941.

O material reunido através da pesquisa de “Demolições e Viadutos”, indica que esse projeto matriz dos quais os viadutos fizeram parte, tinha como objetivo a realização de outras obras viárias, das quais, no conjunto total, a partir de uma ampliação do espaço do centro histórico, permitiriam a ocupação extensiva e integrada do solo. A pesquisa buscou compreender como se desenhou a construção do arco sudoeste do Perímetro de Irradiação que fazia parte do projeto de remodelação da cidade de São Paulo proposto por Prestes Maia, e colocado em execução a partir do final da década de 30, almejando também compreender suas repercussões sociais e na imprensa.

A execução dos viadutos foi como um espetáculo coberto pela imprensa do período. As estruturas de concreto esbanjaram elementos de grandeza, formando grandes arcos avassaladores, que demoliram lotes por entre bairros da região central, unindo os anseios de conectar ruas e promover a rapidez de ir e vir, requerente de uma metrópole moderna. Materiais foram importados para que se pudesse iniciar as obras, visto que por esse motivo, até houve escassez de matéria-prima, aumento de preços e atraso de entrega, por conta da Segunda Guerra Mundial (O Correio Paulistano, 14 de setembro de 1947, p.06). A ideia era não apenas oferecer uma passagem alternativa ao tráfego, mas permitir

postos de serviços, garagens para ônibus, e, principalmente, túneis que permitissem inovar com a chegada do metrô na cidade de São Paulo<sup>45</sup>.

É importante ressaltar que, a arquitetura expressa no Plano de Avenidas procurava dialogar com outras construções na cidade, como o Mercado Municipal (1925-1933), o Palácio da Justiça (1920-1933) e a Catedral da Sé. Estas edificações, nas palavras de Marisa Varanda Teixeira Carpintéro, em “*Tempo e História no Plano de Avenidas*”, representavam os conceitos e valores que predominavam na época, sendo “a monumentalidade como forma de expressar o crescimento, a riqueza e o poder da sociedade industrial” (CARPINTÉRO, 2007, p.08).

Em “*Introdução Ao Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*”, Prestes Maia dedica dois capítulos inteiros apenas para o sistema de transportes. Em relação ao metropolitano, estuda mecânica a partir de exemplos europeus e norte-americanos, de maneira que discute o tipo ideal, para grandes ou pequenos centros. No caso de São Paulo, uma grande metrópole em expansão, foi pensado no sistema rápido, aplicável aos centros congestionados, “tendo um serviço (...) dominado pela preocupação da velocidade e da vasão” (MAIA, 1930, p. 171).

Para Prestes Maia:

A via pode ser área (sobre aterro ou viaducto) em trincheira a céu aberto, ou subterrânea. Cada tipo tem sua indicação de acordo com as circunstâncias. O métro subterrâneo custa o duplo ou triplo da área (viaducto) e é o principal motivo da preferência concedida a este (MAIA, 1930, p. 171).

O metropolitano subterrâneo, ainda que parte do projeto dos viadutos, não era intencional de se tornar o modelo predominante de transporte público e de substituir o papel do transporte superficial na cidade (MAIA, 1930, p.173). As vantagens por trás dessa instalação, eram que a construção seria mais breve do que a de um elevado, e ainda assim iria nos conformes do sistema rápido, mesmo tendo um custo mais alto. O objetivo deste sistema era que se pudesse viabilizar a instalação de alternativas viárias diretas e descongestionantes; de construir e estendê-las progressivamente caso necessário; de reduzir os subterrâneos ao mínimo, e "tirar o máximo proveito do sistema superficial e completá-los nos arrabaldes por extensões superficiais de alta velocidade, nos largos,

---

<sup>45</sup> A partir de artigos levantados previamente do jornal o Correio Paulistano, foi se discutido que nas dependências do Viaduto Dona Paulina funcionaria um restaurante popular e nas do Jacaré garagens para ônibus. Além disso, através de croquis obtidos pela Secretaria de Obras de São Paulo, foi possível compreender a disposição da estrutura das obras.

*boulevards* ou em faixas próprias". (MAIA, 1930, p.173), era anseio de transformar a Paulicéia em uma *garden city* (CARPINTÉRO, 2007, p.02).

Ainda assim, a questão do metropolitano foi divulgada como um grande convidativo através da imprensa em veículos como *Correio Paulistano*, *O Estado de S. Paulo* e o *Grupo Folha*, sendo um fator crucial na execução dos viadutos. Esse fator aumentou o orçamento anteriormente previsto pela administração, e, além disso, demandou burlar as dificuldades técnicas, estéticas e de urbanismo, mudando o aspecto da estrutura em relação a viadutos e pontes comuns (*Correio Paulistano*, 09 de novembro de 1944, p.03). O metrô estava previsto para o projeto das 3 construções, na intenção de cumprir com os principais requisitos: aformoseamento estético e tecnológico da cidade, descongestionamento do tráfego, principalmente na região central, e reconfiguração do sistema de transporte público na capital paulista. A grande inauguração do metropolitano, seria a partir do início da abertura do Segundo Anel de Irradiação, em 1947, que daria continuidade ao alargamento de vias e abertura de avenidas.



**Figura 10.** Artigo de Jornal que mostra o traçado da Avenida de Irradiação e suas ramificações, incluindo o segundo anel, que incluiria as ruas Duque de Caxias e Maria Teresa. Sob as ramificações, passariam as linhas do metropolitano. Fonte: Correio Paulistano, 1947.

De fato, prosseguiram as obras da abertura do Segundo Anel de Irradiação, mesmo com atraso do prazo de entrega; os Viadutos foram abertos ao público já próximo

a década de 1950, anos após a saída do Prefeito Prestes Maia do poder. Controvérsias foram discutidas nos jornais, visto que além do longo período de construção, o orçamento foi alterado para valores maiores por algumas vezes, e, principalmente, o metrô não foi entregue e nem colocado em execução neste período.

Além disso, houve outros pormenores, visto que o entusiasmo da construção da chamada “Cidade dos Viadutos” no governo Prestes Maia, celebrava através de artigos de jornais a execução das obras dos Viadutos Jacareí, Nove de Julho e Dona Paulina, entre outros, em meio a abertura de grandes avenidas. Entretanto, o tráfego que passava por essas vias, trouxe à tona os cortiços de São Paulo, colocando em voga as discussões a respeito dos cortiços na capital paulista e como esses destoavam em relação ao processo de embelezamento na cidade, sendo vistos como “celas anti-higiênicas, [que] são um campo aberto aos contágios, são os negros autores de uma estranha promiscuidade que só o extremo pauperismo justifica” (O Correio Paulistano, 19 de novembro de 1944, p 04).

Isso abre a discussão para os próprios ribeirões dos quais os Viadutos foram construídos em cima, previamente mencionados: o Saracura e o Itororó.

O Itororó fica entre as ruas da Liberdade e a Santo Amaro, e o Saracura, nas proximidades da região do Bexiga. Estes, antes do processo de urbanização, eram vistos como lugares inabitáveis e desvalorizados, pela alta capacidade de inundação por conta dos córregos dos rios aos arredores, e, após o processo de canalização dos rios, que só ocorreria na primeira década do século XX, passaram a se tornar áreas de interesse (SCHNECK, 2010, p.63).

Entretanto, necessitavam ser remodelados duplamente: por um lado, pelas alterações espaciais, por conta do Plano de Avenidas, e por outro, pela população marginalizada que morava na região, que, posteriormente, foi obrigada a se retirar para áreas periféricas. Ao dizer periféricas, menciono aqui as franjas da cidade, que se afastavam do centro urbanizado. Este mesmo centro passava por um processo de reestruturação, que causou a valorização da área, por conta dos melhoramentos urbanos, abriria posteriormente possibilidades para a especulação imobiliária da região. Sendo crucial, para compreender o processo de construção dos viadutos também, suas consequências, das quais é inevitável não associar os projetos de avenidas de décadas passadas com o deslocamento forçado de uma parte da população mais pobre para áreas afastadas da região central (BRITT, 2018, p.305).



**Figura 11.** Vale do Saracura, região atual da Praça 14 Bis. PASTORE, Vincenzo. Acervo: Instituto Moreira Salles, 1900 circa.



**Figura 12.** Vale do Itororó, Avenida 23 de Maio. LÉVI-STRAUSS, Claude. Acervo: Instituto Moreira Salles, 1937.

Podemos então compreender como São Paulo se tornou a “Cidade dos Viadutos”, a partir do anseio de unir espaços e viabilizar a rapidez de uma máquina a combustão, a própria cidade. Apesar de às vezes ser lido como um luxo arquitetônico, os viadutos conectam e desafiam os morros e vales paulistas, vistos como ultrapassados, com as avenidas retilíneas e modernas. Por fim, “o viaduto em S. Paulo não serve só para enfeitar a paisagem: serve principalmente para ajudar o paulistano a viver e trabalhar” (O Correio Paulistano, 11 de julho de 1943, p.05).

## 2.5. Os viadutos

A cidade de São Paulo, diferentemente do Rio de Janeiro, foi construída em cima de um conjunto de colinas. O caminhar pela cidade era um desafio. Essa questão ficou no imaginário de engenheiros e urbanistas, visto que “os paulistas têm procurado corrigir tais e tantos inconvenientes construindo viadutos” (Estado de S. Paulo, 16 de julho de 1941, p.04).

Viria então, a proposta de construir viadutos na paisagem paulistana. A exigência se fazia tão imediata que figuras políticas eram cobradas: “é em grande pena que em virtude da incapacidade de previsão de certos Prefeitos já não seja possível ligar, por meio de uma nova e suntuosa ponte, o centro da cidade à rua da Consolação, por cima dos Piques” (O Estado de S. Paulo, 16 de julho de 1941, p.04). Era necessária uma revolução urbanística na cidade, depois de tantos projetos e estudos, o viaduto seria, nas palavras da imprensa da década de 1941, o que “completaria o plano de urbanismo atualmente em execução” (O Estado de S. Paulo, 16 de julho de 1941, p.04).

Na década de 1930, grandes veículos da imprensa já discutiam a importância do Perímetro de Irradiação elaborado por Ulhôa Cintra. Viria deste projeto a solução para uma cidade em crescimento desenfreado, através da construção de uma ampla avenida circular, dilatando o centro e desviando o núcleo interno que sofria com grande tráfego. O modelo era pautado em exemplos estrangeiros, criando assim, um perímetro com cerca de 40 metros, largura que conciliaria “as necessidades do tráfego central moderno e a economia” (Correio Paulistano, 05 de junho de 1930, p.05).

As manchetes continuaram em tom crescente ao longo das seguintes décadas, exaltando agora aquele que estaria encarregado de colocar as obras em ação, Francisco Prestes Maia. O título de “*Novos Melhoramentos em São Paulo*”, no jornal *O Estado S. Paulo*, relatava o andamento das obras dos Viadutos Jacaré e Dona Paulina. Era mais do

que apenas melhorar o congestionamento, visto que a política ali instaurada também tinha como objetivo solucionar mazelas provenientes das consequências de uma cidade urbana em expansão, como a pobreza, ao dizer: “a gestão do Sr. Prestes Maia (...) é uma constante preocupação com os problemas municipais, sendo de destacar-se o que o prefeito vem realizando com o intuito de embelezar a nossa cidade, sem se esquecer das questões que se prendem ao urbanismo e a higiene” (Estado de S. Paulo, 12 de julho de 1941, p.08).

Um parênteses sobre a solução de mazelas da expansão urbana, é o reconhecimento e na assimilação de cortiços, de casebres, e até de algumas favelas. A solução não era pautada em resolver essa questão, mas como estes destoavam daquilo que a metrópole almejava ser mediante os planos de transformação urbana em execução. Esses espaços, até como as favelas - muitas surgidas pela década de 1940 -, eram lidos como espaços transitórios dentro “da metrópole, algo que seria absorvido e tenderia a desaparecer, frente ao intenso desenvolvimento urbano da metrópole e da própria sociedade brasileira - isto é, a modernização das cidades ‘daria conta do recado’”. (FLOCK, 2020, p.03). Isso tornava-se um problema, quando a partir dos viadutos, se via na paisagem urbana esses espaços de segregação, como já vimos (Diário da Noite, 5 de abril de 1945, p.03).

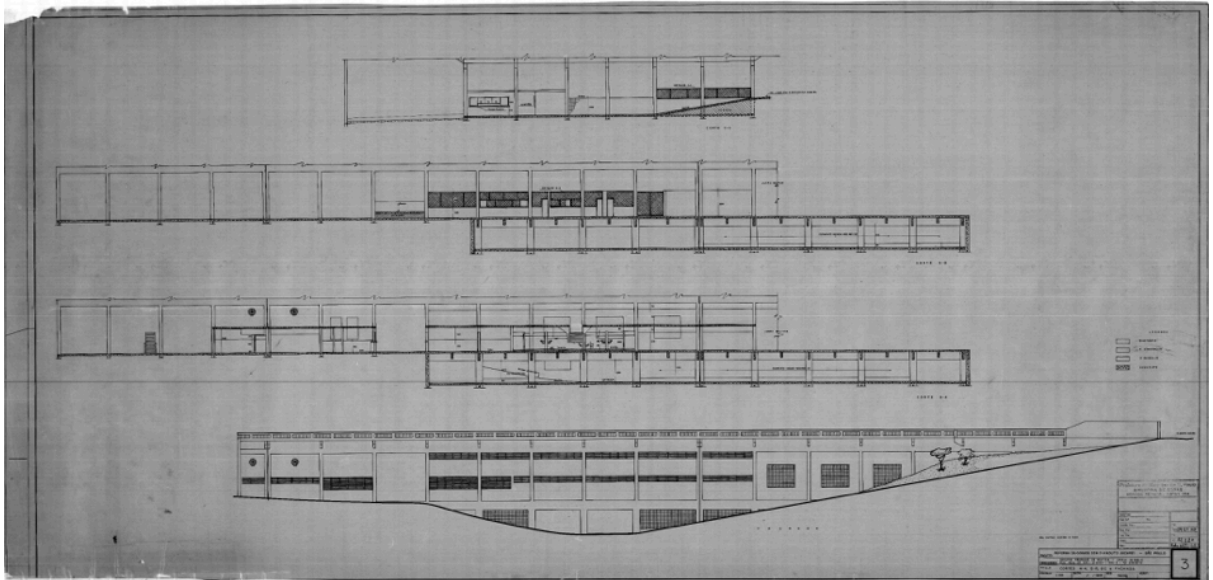
Como discutido anteriormente, o processo de urbanização da cidade não era meramente material, mas estava incutindo também sua imaterialidade na “mudança de mentalidade do nosso povo”, como: “Os paulistanos (...) aprenderão a caminhar nas ruas sem outra preocupação a não ser a própria caminhada apreciando a beleza dos panoramas traçados pela mão do homem” (O Correio Paulistano, 16 de julho de 1947, p.04).

Mais do que isso, este mesmo artigo reforçava que “os paulistanos, que não são borralheiros da República”, e, enfim, aprenderiam a usufruir de uma metrópole digna, bem diferente de uma cidade colonial. Eis então a grande responsabilidade dirigida por Francisco Prestes Maia, que se iniciou pelo sancionamento da Lei 3.785 dando nova redação ao artigo 1 do decreto-lei 92, de 02 de maio de 1941, relativo à demarcação do novo perímetro central da cidade. Esse novo perímetro passaria pelos futuros Viadutos Jacaréí, Dona Paulina e Nove de Julho.

O primeiro viaduto que deu início às obras foi o Viaduto Jacaréí. A funcionalidade, o embelezamento, como esses são fundamentais para São Paulo que possui muitas áreas não planas, estamparam centenas de notícias. O processo de construção da Avenida de Irradiação era narrado com entusiasmo, assistindo aos primeiros feitos de melhorias dos trechos entre a rua da Consolação e da Conceição. O



Viaduto Jacareí estaria ainda em suas fundações, mas já era possível através de sua magnitude “adivinhar o prolongamento daquela avenida até a praça João Mendes, através das obras e principalmente através das demolições entre a rua Santo Amaro e Brigadeiro Luiz Antônio” (O Correio Paulistano, 15 de setembro de 1941, p. 05).



**Figura 13.** Croquis Viaduto Jacareí - Reforma da garagem. Acervo: Secretaria de Obras de São Paulo.



**Figura 14.** Fotografia registra a construção do Viaduto Jacareí, nas proximidades da rua de Santo Amaro. DUARTE, Benedito Junqueira (BJ Duarte). Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, 1942.



**Figura 15.** Fotografia registra a construção do Viaduto Jacaré, Esquina mais próxima: Rua Jacaré. Vide a planta de localização 3074-A. Revestimento de via carroçável do Viaduto Jacaré. DUARTE, Benedito Junqueira (BJ Duarte). Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, 1942.

Não foram pequenas as dificuldades ao vencer no projeto do Plano de Avenidas, tanto técnicas, como estéticas e de urbanismo. O Viaduto Jacaré foi construído entre 1941 e 1947, interligando a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio, a rua Maria Paula e a rua Santo Antônio. Em seu interior, há túneis que permitiriam a passagem do metropolitano de São Paulo, porém, ainda que construídos, estes túneis de metrô nunca foram abertos ao público. O projeto, que desenvolvia as mesmas estruturas para os três - Viaduto Jacaré, Dona Paulina e Nove de Julho - tinha com efeito a passagem das linhas interiores, que demandam o espessamento dos arcos e vigas, “que alteram totalmente o aspecto da estrutura comportadamente aos viadutos e pontes comuns (Correio Paulistano, 09 de novembro, de 1944, p.03). Teria também um estrado inferior com espaço reservado para 4 linhas metropolitanas, além de linhas subterrâneas no sentido Este-Oeste, aumentando relativamente o custo das obras.

Nos primeiros anos da construção a imprensa foi positiva e elogiosa, como podemos ver neste trecho, que empecilhos foram naturalizados em prol da reestruturação da urbe, ao dizer: “contado só com recursos orçamentários regulares, sem o menor aumento de impostos e sem auxílios de qualquer natureza, o Prefeito paulista tem

conseguido executar planos gigantescos de obras e melhoramentos públicos” (O Correio Paulistano, 22 de maio de 1943, p.02).

Apesar do entusiasmo e otimismo, o cenário mundial se via em uma situação crítica, com crise econômica internacional, guerras mundiais, que acabaram afetando atividades produtoras ao redor do globo, e, naturalmente, a execução de partes do plano de remodelação. Entretanto, como ainda estávamos no início da década de 1940, a imprensa ainda exaltava a figura do prefeito, ao sensibilizar os obstáculos justificando que “não são elementos que se possam considerar como propícios à execução de um programa administrativo semelhante ao que se impôs o sr. Dr. Prestes Maia” (O Correio Paulistano, 22 de maio de 1943, p.02).

Em meio a crises, o trabalho do prefeito não passava despercebido, sendo exaltado “numa época em que pareceriam impossíveis realizações dessa relevância e magnitude. Citando os feitos até agora” (O Correio Paulistano, 22 de maio de 1943, p.02). Ao longo do tempo, o discurso foi se modificando, visto que as obras atrasaram, demorando ao menos 8 anos para serem entregues e não cumprindo todo o prometido. Os diversos atrasos pelos quais as obras passaram demandaram breves retratos de Prestes Maia: “as mudanças não se fazem aos “pedacinhos” (O Correio Paulistano, 22 de maio de 1943, p.02).

A execução da obra deste Viaduto seria complementar aos traçados formados pelos Viadutos Nove de Julho e Dona Paulina, que comporiam um trecho aéreo. Desta maneira, o trecho sudoeste do Perímetro de Irradiação constituiu-se numa grande via anelar, que corre em cota única, por sobre estes três viadutos, e que reconfigurou dois bairros da cidade, o Bixiga, e, nas imediações da Rua Santo Antônio e Brigadeiro Luiz Antônio, a Liberdade, nas barrancas do Itororó.

Nos planos originais de Prestes Maia, o Palácio do Governo viria ali a ser instalado nas proximidades do Viaduto Jacareí, algo que não ocorreu, mas deu lugar à Câmara Municipal nos anos 1960 e 1970. Embora não sejam os primeiros viadutos da cidade, foi por meio deles que a mutação da cidade pôde se efetivar, desvelando memórias de várias categorias: do urbanismo, da arquitetura, do planejamento, e também dos removidos, já que esta área da cidade abrigava encortiçados, descendentes de escravizados e uma população operária que não se coadunava aos planos de metrópole de São Paulo naquelas décadas.

Como já citado, o projeto se modificou diversas vezes, inclusive em seu orçamento inicial. Em 1946, Francisco Prestes Maia abriu um pedido de abertura de

crédito para cobrir as despesas com grandes obras e melhoramentos urbanos. Essas ações ocorreram algumas outras vezes. Depois, o prefeito da cidade queria aprovação de um projeto de decreto-lei que disporia crédito até 31 de dezembro de 1946 para os melhoramentos, as obras, desapropriações, instalações e outros serviços municipais. Essas modificações eram justificadas em declarações com relatos do que já estava realizado, como, por exemplo, a “remodelação da praça João Mendes e Sete de Setembro”; “primeiro trecho da rua da Liberdade; “início do viaduto Nove de Julho, o maior da cidade” e “em andamento o viaduto Dona Paulina” (O Correio Paulistano, 26 de julho de 1947, p.02).

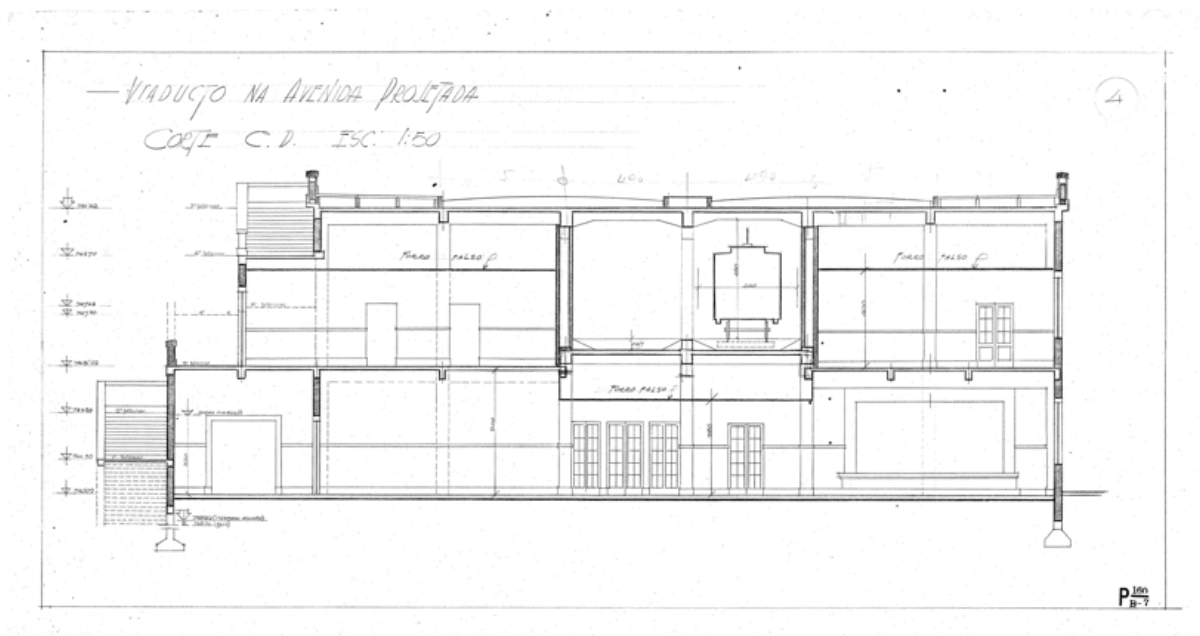
Essa era uma maneira de burlar talvez os olhos críticos em relação aos atrasos ou aumentos orçamentários, contudo, outros percalços iriam ocorrer que não seriam facilmente justificados. Com as expropriações realizadas para obras na Avenida Anhangabaú, o possível local para a consolidação do Paço Municipal e alguns trechos da Avenida Itororó muitas vezes também foram interrompidas as demolições para obras “por motivo de crise de habitação” (O Correio Paulistano, 26 de julho de 1947, p.02), somando-se então, mais um empecilho para a finalização do grandíssimo projeto de remodelação.

A imprensa passou a narrar também o prosseguimento das desapropriações dos prédios situados dentro do traçado proposto por Prestes Maia para a nova grande Avenida entre a Avenida São João (em frente a Av. 9 de Julho) e Santana. As demolições começaram por volta de setembro de 1941, dentro de algumas semanas, de acordo com o Plano de Avenidas (O Correio Paulistano, 15 de setembro de 1941, p.05). Isso foi noticiado no *Estado de S. Paulo*: “O sr. Dr. Prestes Maia, o prefeito da capital, assinou ontem o decreto n. 324, declarando de utilidade pública, para o fim de serem desapropriados, os imóveis necessários ao alargamento parcial da av. 9 de Julho, junto ao projeto viaduto da av. de Irradiação e as ligações, escadarias e obras anexas. “ (O Estado de S. Paulo, 17 de maio de 1942, p.03).

Prosseguindo nos Planos de remodelação da cidade, os elos da execução da Avenida de Irradiação e sua continuidade era um dos pontos mais importantes do projeto, das realizações iniciadas e em execução destaca-se o Viaduto Jacareí, como elo da Avenida de Irradiação. Esse projeto de execução permitiu o desencadear de iniciar outras novas obras, o que levou a Prefeitura a abrir concorrência para a construção do viaduto D. Paulina. Essa nova obra seria construída entre a rua Asdrúbal Nascimento e a Praça João Mendes, com seu orçamento inicial em 4 mil contos de réis, e seria feita no máximo

em 480 dias (Estado de S. Paulo, 08 de julho de 1941, p.03). As propostas de execução se dariam logo após o encerramento da concorrência entre construtoras, e assim, a decisão final seria dada pelo Prefeito no prazo de 20 dias (O Estado de S. Paulo, 08 de julho de 1941, p.03).

Em 1941, foi dada a largada das especulações de obras do Viaduto Dona Paulina. Entretanto, o batimento da primeira estaca do Viaduto Dona Paulina foi realizado em maio de 1944 (Estado de S. Paulo, 03 de maio de 1944, p.05). Esse momento, foi um evento de prestígio, assim como foi também na colocação da primeira pedra do Viaduto Nove de Julho, contando com a presença de Getúlio Vargas na cerimônia, não poupando elogios à figura de Prestes Maia, sua cooperação com as autoridades estaduais e administrativas, e, ainda, acrescentou que todos os trabalhos de construção da futura Avenida Circular tinham sido levados a efeito na gestão do Presidente Vargas. O espetáculo do urbanismo era aplaudido até pelo Presidente da República, ao discursar que: “para mim [é] um espetáculo sempre novo e agradável tomar parte numa festa destas” (O Estado de S. Paulo, 03 de maio de 1944, p.05).



**Figura 16.** Viaduto Maria Paula. Acervo: Secretaria de Obras de São Paulo.

A importância de discutir o Viaduto Dona Paulina em questão é que talvez, de acordo com o levantamento de artigo de jornais realizado para este trabalho, foi a partir desta obra que a imprensa realmente se debruçou sobre o espanto de ver a cidade tomando forma, nos moldes desse novo urbanismo. Viria posteriormente ao Viaduto Dona Paulina, sua conexão com o Viaduto Jacareí, estabelecendo uma ligação entre a Avenida

Brigadeiro Luiz Antônio e a nova rua derivada das obras, a Maria Paula, “uma suntuosa e esplêndida perspectiva entre dois viadutos” (O Correio Paulistano, 31 de março de 1943, p.05). Esse novo Viaduto passaria por cima da Avenida Itoororó.



**Figura 17.** Fotografia registra a construção de Viaduto: Dona Paulina, esquina mais próxima: Maria Paula. DUARTE, Benedito Junqueira (BJ Duarte). Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo, 1941.

Um artigo do *Correio Paulistano* relatava que, após a manchete de “*Novos Horizontes*”: “quem viaja para o centro da cidade num bonde que desemboca no largo de S. Francisco, sente o olhar atingido pelos novos horizontes que se lhe descortinam junto à esquina da rua Asdrúbal Nascimento com a Avenida Brigadeiro Luiz Antônio.” Ali, de um lado, à esquerda, no trecho denominado como “Maria Paula”, “abriu-se entre a rua de Santo Amaro e aquela Avenida uma enorme clareira”. Essa clareira foi resultado da demolição de um quarteirão inteiro de casas. E, do outro lado, à direita, “(...) o observador percebe os primeiros delineamentos do futuro viaduto de Dona Paulina. Tanto as obras da direita como as da esquerda se relacionam com as da Avenida de Irradiação já em meio do caminho” (O Correio Paulistano, 29 de agosto de 1941, p.04).

E mais, ao dizer que:

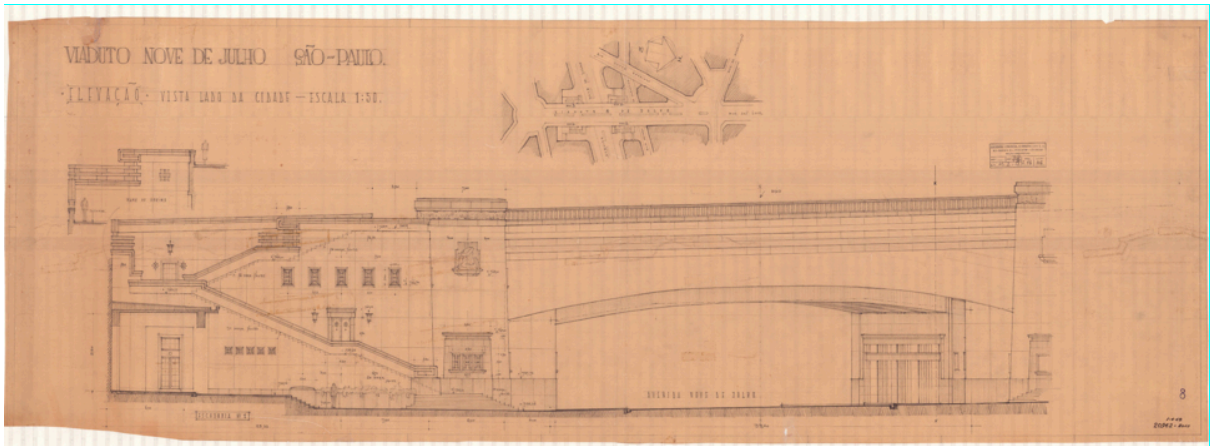
A avenida Maria Paula é outro lindo resultado da cirurgia plástica executada pelo sr. Prestes Maia na fisionomia da velha Paulicéia. Era até há pouco tempo, uma rua secundaríssima e apesar de situada aos pés do planalto central, junto a uma artéria de intenso movimento como é a Avenida Luiz Antônio a sua

existência passava despercebida. Hoje como trecho principal da Avenida de Irradiação, é a Avenida Maria Paula um verdadeiro passe de mágica. No dia em que o Viaduto Dona Paulina for entregue ao trânsito público, - nesse dia estará completamente fechada a cinta em torno da colina – a nova avenida Maria Paula prestará a S. Paulo serviços que ela nunca imaginou prestar ao mesmo tempo em que ainda era uma simples rua de bairro (Correio Paulistano, 22 de maio de 1943, p.02).

O Viaduto Dona Paulina faria então, a ligação da rua Maria Paula com a Praça João Mendes, projetando-se sobre o leito da futura avenida Anhangabaú que, “partindo inicialmente sob um viaduto a ser construído na avenida Brigadeiro Luiz Antônio, depois sob o Viaduto Dona Paulina para alcançar o vale do Itororó e passar sob um túnel, a rua Paraíso e desembocar, finalmente, nas imediações da rua Tomás Carvalhal” (Correio Paulistano, 14 de setembro de 1947, p.06). Sua função, se assemelha aos outros do projeto, de embelezar, descongestionar o tráfego, principalmente no centro, além de oferecer o metropolitano. Dali em diante, da Avenida Brigadeiro até a Praça João Mendes, facilitaria a circulação de automóveis. E estaria faltando então, apenas o Nove de Julho ser terminado para fechar o primeiro elo do perímetro de Irradiação (Correio Paulistano, 14 de setembro de 1947, p.06).

Contudo apesar dos elogios, a fluidez das obras não foi linear. Em contrapartida a tantos elogios, o jornal *Correio Paulistano* revela também o cenário dúbio por trás da construção do Viaduto Dona Paulina, “já devia estar concluído há vários anos, juntamente com as demais obras realizadas pelo sr. Prestes Maia. “(Correio Paulistano, 14 de setembro de 1947, p.06). Em 1947, as obras foram encaminhadas, quase em seu fim. A totalidade da obra monumental, contava com 32 metros de largura, duas faixas de trânsito e uma faixa de pedestres. Este viaduto em particular, teve problemas com a empreiteira contratada por falta de materiais ocasionada pela Segunda Guerra Mundial. Os demais trechos do perímetro ocorriam bem e iam sendo entregues. Para finalizar a obra, o restante foi assumido pela Companhia Construtora Nacional (Correio Paulistano, 14 de setembro de 1947, p.06).

O último Viaduto entregue foi o Nove de Julho, o maior da cidade. Com estas três obras grandes concluídas, no final de 1947 e início de 1948, São Paulo passa então a ser vista como a cidade dos viadutos. Com esse viaduto fica virtualmente concluído o Perímetro de Irradiação, contando com o andamento das obras faltantes. Teria ainda extremidades provisórias para se ligar futuramente a outras artérias e ser passível de se alargar. (Correio Paulistano, 09 de novembro de 1944, p.03). do “metrô” proporcionando condições adequadas para as suas estações e propostas” .



**Figura 18.** Planta do Viaduto Nove de Julho - Vista lado da cidade. Acervo: Secretaria de Obras de São Paulo.

## 2.6. As promessas por trás do Plano de Avenidas: Habitações Populares

O Plano de Avenidas é o resultado de um processo de concretização de propostas que vinham sendo desenvolvidas por urbanistas e engenheiros da Prefeitura de São Paulo desde meados de 1910 (LEME, 1990, p.09). O grande protagonista por trás do sonho da urbe moderna, Prestes Maia, se mostrou favorável às intensas modificações do Plano de Avenidas, ao permitir o aumento da intervenção direta e indireta do Estado para a realização de obras, de maneira que concilia a gestão de serviços urbanos que atingem interesses públicos e privados, em um momento no qual ocupar, predominantemente, a área central, e explorar seu potencial, carregava componentes tecnológicos, operacionais e institucionais que visavam uma concepção sobre a cidade, sua estrutura e seu desenvolvimento futuro.

O discurso utilizado pelo prefeito Prestes Maia dialoga com aspectos da política de gestão pública do espaço urbano adotada desde a Primeira República, do desejo de transformar a cidade em uma futura metrópole. Os melhoramentos de São Paulo viriam na perspectiva do urbanista, resolver tudo aquilo que destoasse dos males e do degradante, como “o congestionamento, a aglomeração, as habitações insalubres, a inexistência de obras sanitárias, de iluminação, de água e a falta de esgotos, em suma, tudo aquilo que fosse elementos incompatíveis com o desenvolvimento da cidade” (CARPINTERO, 2007, p.02).

Maria Cristina da Silva Leme, em *ReVisão Do Plano de Avenidas*, traz à tona o conceito de que o Plano era um reflexo do pensamento de urbanistas da época, mas mais



do que isso, tratava também do papel do Estado e os limites entre planejamento e discurso, e o que realmente foi colocado em prática na urbe. Um exemplo entre o limite do que se foi prometido, e o que foi realmente executado, é a questão das Moradias Populares na capital paulista.

Em “*Introdução ao estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo*”, de 1930, Prestes Maia discute como as habitações populares estavam incluídas entre as execuções futuras, de maneira que havia até uma comissão de planejamento e estudos. O então prefeito delineou que as habitações populares não estavam ligadas a “belas e espaçosas residências”, mas sim a regulamentações sanitárias e de utilidade.

Para além disso, já estabelecia parte do discurso tecnocrático, ao dizer que não há para tal uma valorização de uma classe social em detrimento de outras, sendo que “no extremo há a questão dos miseráveis, (...), mas essa [questão] é antes de filantropia e formação, que de habitações populares”, e continua “o poder público não pode alterar radicalmente a situação” (MAIA, 1930, p.306), ratificando que para esse projeto também teria capital de iniciativas privadas, complementadas por iniciativas públicas.

Prosseguindo, Prestes Maia traçou um paralelo com habitações populares e suas características e questões, de exemplos estrangeiros, como a França, Alemanha, Inglaterra, entre outros, para depois chegar em terras paulistanas. Defendia que “a nossa situação é bem diferente e menos grave” visto que a legislação sobre a habitação popular ainda estava sendo criada, e ainda prosseguiu dizendo que seria “inútil e perigoso reproduzir a alheia”. Mais do que isso, o autor defendia como o problema da habitação econômica, deveria ser visto primeiramente como uma questão do “nível geral da vida” e depois de urbanismo, não sendo solucionável com meras construções, era algo maior: intrinsecamente ligado ao transporte, ao zoning<sup>46</sup>, a questões de auxílios populacionais e também de “papel importante da iniciativa privada” (MAIA, 1930, p.316).

Prosseguindo, Prestes Maia traçou um paralelo com habitações populares e suas características e questões, de exemplos estrangeiros, como a França, Alemanha, Inglaterra, entre outros, para depois chegar em terras paulistanas. Defendia que “a nossa situação é bem diferente e menos grave” visto que a legislação sobre a habitação popular ainda estava sendo criada, e ainda prosseguiu dizendo que seria “inútil e perigoso

---

<sup>46</sup> A palavra zoning, vem de “zoneamento” uma espécie de ferramenta de planejamento do uso da terra usado pelos governos locais para deter certo controle de ocupação e funcionalidade de determinado espaço. A palavra é derivada da prática de designar usos específicos e permitidos da terra com base em zonas mapeadas que separam um conjunto de usos do solo de outros.

reproduzir a alheia”. Mais do que isso, o autor defendia como o problema da habitação econômica, deveria ser visto primeiramente como uma questão do “nível geral da vida” e depois de urbanismo, não sendo solucionável com meras construções, era algo maior: intrinsecamente ligado ao transporte, ao *zoning*, a questões de auxílios populacionais e também de “papel importante da iniciativa privada” (MAIA, 1930, p.316).

Com o prosseguir das obras de canalização do Rio Tietê, está escrito no Plano de Avenidas, que as Habitações Populares no governo estariam instauradas por ali, onde a Municipalidade possuía uma área regularizada e disponível, e seria uma possibilidade do exemplo oficial das habitações populares. Ironicamente ou não, o Prefeito ao comentar a execução de moradias francesas, diz que "as promessas da municipalização frequentemente produzem desilusões" (MAIA, 1930, p.313), o que curiosamente, tornou a construção de habitações de moradia popular uma desilusão para a realidade paulista, nunca sendo executadas no primeiro mandato de Prestes Maia.

Um dilema então começa aqui a ser delineado mais expressivamente, o processo de demolições de casas de moradias populares em prol dos chamados melhoramentos urbanos. Dentre esses melhoramentos, haveriam decisões a ser tomadas benéficas ou não, para gerir o crescimento de São Paulo, como podemos ver neste fragmento:

O crescimento desenfreado de São Paulo, atribuiu um certo caráter de urgência para alguns melhoramentos urbanos em detrimento a outros. A cidade “cresceu na cabeça de um morro”, de maneira tão expressiva “que desceu aos vales de entorno”. “Os vales acabaram sendo pequenos para a sua febre de expansão”, demandando a construção de estruturas para interligar as regiões da cidade. (O Correio Paulistano, 16 de julho de 1941, p.04).

Se houvesse uma diminuição de casas de moradia e de aluguel em prol do crescimento e urbanização da cidade, de certa forma, seria permitido, visando algo maior. Estes emblemáticos melhoramentos eram descritos como as obras arquitetônicas mencionadas, as pontes, as ruas pavimentadas, as praças, saneamento básico, postes de luz elétrica, enfim, tudo aquilo que coubesse em uma metrópole moderna.

Não só mudanças físicas, mas no início da década de 1920, já se percebe uma construção da mentalidade paulistana do estabelecer de uma nova relação com a cidade, sendo passível de usufruir das obras arquitetônicas planejadas por urbanistas. A beleza, a utilidade e a vivência da cidade moderna passaram a estampar as manchetes de jornais. O que destoasse disso, era reportado, de maneira que devesse ser consertado pela municipalidade, ao dizer:

O sr. Prefeito Prestes Maia construiu, como se sabe, entre a rua da Abolição e a rua de Santo Amaro, o Viaduto Jacaré. Este importante e útil pontilhão atravessa uma das zonas mais infestadas de ‘habitações coletivas’ da nossa

cidade. No dia em que for entregue ao trânsito público, (...) a urbanização daquele trecho central (...) será obrigado a ver (...) uma porção de residências do tipo das que estamos analisando. (O Correio Paulistano, 03 de fevereiro de 1943, p.05)

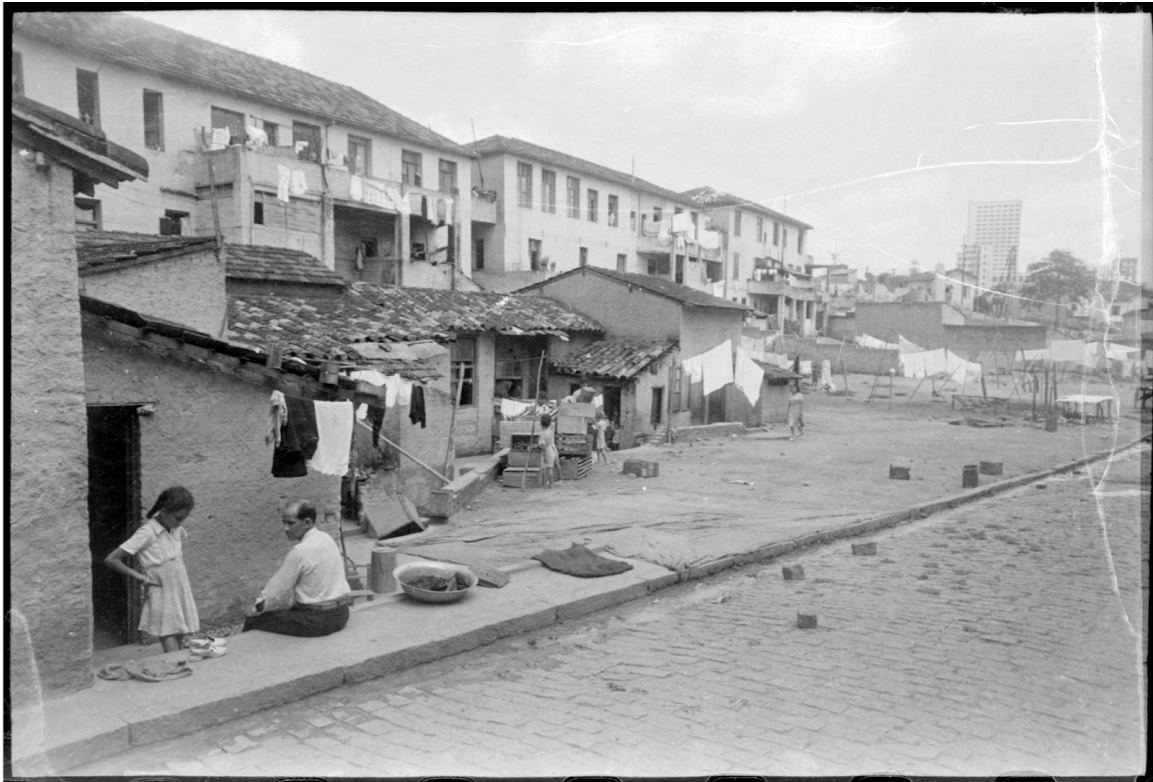
Os artigos de jornais da grande imprensa do período, como o Correio Paulistano, entre 1930 até a 1940, mostram satisfação ao então Prefeito, enquanto narram as desapropriações de prédios e casas na região central, de maneira que “o público poderá ter uma ideia do que será São Paulo dentro de alguns anos, graças ao ‘Plano de Avenidas’ do atual governador da cidade” (O Correio Paulistano, 30 de janeiro de 1942, p.08).

O urbanismo deixa de ser algo intrínseco apenas a profissionais da área, mobilizando parte da população a se unir diante esse momento importante para a cidade, de maneira que “a colaboração dos habitantes de uma cidade entregue a imaginação e a técnica dos Agaches e dos Prestes Maia é indispensável (O Correio Paulistano, 01 de julho de 1943, p.05). Urbanizar passa a ser vinculado a demolir, e demolir, era visto como progredir, portanto, incentivado até então. Isso gerou a expulsão de grande parte da população, em especial a que habitava nos cortiços ao redor de onde implantaram as obras planejadas, para as margens da zona central. Outra expulsão, ou melhor, omissão, foi como este processo violento de expulsão foi apagado dos discursos sobre Maia e seus feitos em prol da enunciação do aformoseamento progressista na segunda metade do século XX em São Paulo.



**Figura 19.** Fotografia da Rua Japurá, mostrando partes do cortiço Navio Parado, em sua extremidade para a Rua Jacareí. Em cima, aos fundos das casas da Rua Sto. Antônio e atravessando o Vale do Bexiga, as obras do Viaduto Jacareí – DUARTE, Benedito Junqueira, 1942. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

O fato de o centro da urbe ser o grande ponto de partida para as obras de remodelação e o epicentro do processo de expansão da cidade, não se faz apenas pela mobilidade, visto também como passível de ser remodelado e modificado pelas propostas de embelezamento. Essas intervenções de remodelamento relacionavam-se com propostas de reestruturação do centro de modo que visassem posteriormente a possibilidade de garantir a especulação imobiliária. Os projetos urbanos seguiam a lógica de redesenhar o centro, demolindo e reformando construções vistas como precárias e indesejadas, para permitir a valorização e uma nova caracterização de locais que previamente continham a “presença indesejada de pobres encortiçados, mendigos, vadios, bêbados e prostitutas, alocando em seu lugar luxuosos edifícios, para um público consumidor rico e europeizado” (DOMINGUES, 2019, p.26).



**Figura 20.** Começo da rua da Vila Buarque, mostrando a parte traseira dos cortiços do início da Rua Japurá e habitações no pátio do fundo, com pequenos puxados. No lado direito, em último plano, obras do Viaduto Jacareí. DUARTE, Bendito Junqueira, 1942. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.



**Figura 21.** Obras do Viaduto Jacareí, próximo a rua Santo Antônio, ao lado do complexo de cortiços Navio Parado - DUARTE, Benedito Junqueira, 1941. Acervo Fotográfico do Museu da Cidade de São Paulo.

Fez parte então, do projeto do Plano de Avenidas a grande quantidade de casas de habitação popular desapropriadas e demolidas a fim de seguir com as obras de diversos melhoramentos urbanos, sendo um deles também a construção dos próprios viadutos. Os arredores dos Viadutos Jacareí e Dona Paulina, localizados no centro da cidade, era um dos locais principais por onde o Perímetro passaria, porém, não apenas isso, também era visto como um local decadente, habitados majoritariamente por moradores de grandes complexos de cortiços da região, como o Navio Parado, nas encostas do Viaduto Jacareí, próximo ao Vale do Bexiga e da Rua Japurá.

O excesso de demolições, principalmente de moradias populares, generalizadas chegou em um ponto crítico na década de 1940. A remodelação de bairros como o Bexiga, a República, entre outros, e também, de certa maneira, de suas vizinhanças, impulsionou o processo de gentrificação da cidade, de modo que expulsasse grande parte da população, em sua maioria, de camadas mais baixas, para fora da zona central e a caminho de áreas afastadas.

Estas desapropriações e demolições de habitações populares não foram apenas consequências ligadas às obras públicas do Plano de Avenidas. Outros fatores também impulsionaram para que a diminuição de moradias fosse cada vez mais significativa, como a promulgação da Lei do Inquilinato de 1942, que será discutida adiante, a valorização da construção de prédios de apartamento, a escassez de material de mão de obras e aumento do preço de novas habitações.

## **2.7. A Crise de Habitações de 1940**

É fundamental discutir o cenário para além da capital paulista. O momento histórico identificado nesta pesquisa, é intenso. A década de 1940 foi marcada por diversos elementos que acarretariam ou sucumbiriam em uma crise de moradias na cidade de São Paulo.

Controvérsias passaram a ser discutidas nos jornais, para além do excesso de atraso para a entrega das obras públicas, o orçamento alterado para valores maiores por algumas vezes e a falta de entrega do metropolitano proposto por Prestes Maia. Se iniciavam as queixas sobre o excesso de demolições de moradias, não apenas cortiços, mas casas de aluguel e de moradia popular no geral. Visto que:

Em verdade, porém, já não estamos desejando demolições em São Paulo, nem de dia, nem de noite. Andamos por aqui com falta de prédios devido ao crescente volume de nossa população. Demolir uma casa, hoje, é demolir um abrigo (O Correio Paulistano, 18 de abril de 1944, p. 05).

Em *Memórias do apagamento: os vestígios das primeiras favelas paulistanas*, Julia Flock discute o crescimento da população metropolitana com a chegada diária de novas camadas de baixo nível social, atraídas pela perspectiva de trabalho, culminando na formação de um subproduto da urbanização, pautado na desigualdade social. Entretanto, reitera que assim com a chegada desse contingente populacional, imediatamente este é marginalizado, não se inserindo diretamente no processo de urbanização retirando-se para locais acessíveis para seu estabelecimento, à busca de moradia, empregos, subempregos, (FLOCK, 2020, p.14), afastando-se dos bairros reformulados. Esse ciclo vicioso de uma cidade urbana, de chegada, a expansão através da ocupação de zonas periféricas não se desacelera, mas prossegue com o contingente populacional crescendo, e, como vimos no trecho acima, os abrigos para suprir uma porcentagem que não cessa estavam desaparecidos.

Essa situação é teorizada no seguinte artigo:

Esta corrente migratória, desprovida totalmente de recursos e de oportunidade de trabalho regular, instalam-se precariamente nas áreas desocupadas que podem encontrar e dão origem a formação de favelas. A falta de instrução, de qualificação e, de experiência e de vida anterior em metrópoles conduzem-nas à utilização de formas precárias de acomodação (FLOCK, 2020, p.14 apud SÃO PAULO, 1971, p.04).<sup>47</sup>

Essa escassez de moradias e de investimentos em abrigos acessíveis, demonstram um processo já estabelecido de construção de habitações precárias característico de cidades (FLOCK, 2020, p.14). Afinal, se não há onde se morar, se constrói em algum lugar com terrenos minimamente acessíveis, partindo para as zonas periféricas. A cidade não oferecia, cada vez mais, ao longo da década de 1940, infraestrutura adequada para fixar a totalidade populacional em espaços formais, levando-os a abrigarem-se em espaços residuais deixados à margem pela própria “marcha modernizante” (FLOCK, 2020, p.14).

As primeiras favelas foram surgindo em São Paulo na década de 1940, como discutiremos adiante. Aos olhos da sociedade paulistana elitista e segregacionista, esse tipo de moradia era um choque frente à modernização vivida pela cidade – era o oposto do que se desejava para a São Paulo que “se embelezava” (FLOCK, 2020, p.15). Era o

---

<sup>47</sup> São Paulo (cidade). Projeto de Desfavelamento. Secretaria do Bem-Estar Social. Departamento de Habitação e trabalho. Divisão de Habitação da PMSP, 1971.

contrário da cidade ordenada: era caótica, empobrecida. Esse choque evidencia como a favela é uma questão da São Paulo moderna, é uma consequência de seu processo de urbanização, e não um fenômeno isolado (FLOCK, 2020, p.15).

Os primeiros artigos jornalísticos que abordavam o termo ‘favelas’ que identifiquei apareceram a partir de 1945, com a seguinte manchete: “*Crianças morrendo à míngua em plena cidade*”, já citado anteriormente (Diário da Noite, 05 de abril de 1945, p.03).

Apenas uma questão aqui que merece ser elencada, é o processo de favelização de São Paulo. Essa pauta entrou definitivamente na historiografia da cidade a partir da década de 1970, quando passou a ser associada a paisagem urbana de maneira incontornável. Algo que é muito curioso e pode ser aprofundado por Júlia Flock (2020), é como estes espaços caracterizados como “favelas” já faziam parte da cidade desde a década de 1940. O processo de apagamento pode ser mais uma vez identificado aqui, visto que muitas destas favelas, este agrupamento de casas construídas a partir de materiais disponíveis em áreas urbanas, foram apagados da história de São Paulo, justamente durante o processo de urbanização, com a industrialização e construção de grandes obras e avenidas, em benefício da consolidação e construção de uma imagem de desenvolvimento e modernização. Estas primeiras favelas ocupavam espaços deixados para trás, como as várzeas, grotas e barrancos. Sua presença no tecido urbano foi registrada de maneira fragmentada em documentos da época como jornais, atas da câmara municipal e relatórios de assistentes sociais (FLOCK, 2020, p.01).

Algo interessante de colocar aqui é como a primeira favela de São Paulo foi constituída por barracões improvisados habitados pelas centenas de desabrigados, entre as décadas de 1942 e 1945, no ápice das demolições e execuções dos melhoramentos encabeçados por Prestes Maia, se instalou na região do Parque Changai, batizada ironicamente, de “Favela Prestes Maia”, a primeira favela de São Paulo localizada na Avenida do Estado (FLOCK, 2020, p.05 apud GODINHO, 1955, p.09-10).

Prosseguindo, outro artigo de jornal do *Diário da Noite*, discutia a questão da falta de moradias pela cidade que se alastrava, o que culminou também no aparecimento de favelas. Esse aparecimento não era dissociado à crise de habitações, já explícito no título da manchete “*Faltam moradias para todos*” (Diário da Noite, 29 de janeiro de 1949, p.02). Essa notícia, em particular, traz elementos interessantes sobre a crise de habitações que se instaura, elencando possíveis culpados como “inquéritos diversos demonstraram, nos últimos dias, em mais de um órgão de nossa imprensa, que há um



fator primordial na composição do custo da vida, esse fator é o preço da moradia”, e, “enquanto se arrasta morosamente, de discussão em discussão, de emenda em emenda, o projeto da Lei do Inquilinato, eis que se declara a crise da Indústria da construção civil”, principalmente em S. Paulo, e prossegue, ao dizer que:

Essa crise deriva, em primeiro lugar, do excesso de ofertas que já existe, das salas comerciais e dos apartamentos de luxo, mas que de maneira alguma do excesso de residências para a população menos favorecida da fortuna, sabendo-se que, como o sabe toda a gente que é impossível encontrar-se uma casa de dois a três dormitórios e dependências, em ponto onde haja transporte, água, e luz, por menos de 1.800 a 2.000 cruzeiros. A crise que existe, prende-se muito mais, por outro lado, ao problema do financiamento, não sendo, portanto, uma crise na construção civil, mas na disponibilidade de recursos financeiros que a sirvam. E, neste caso, os construtores parece que estão vendo muito mais o seu próprio interesse do que o interesse público, que continua instando crise, mais de moradias do que da construção independente da boa situação financeira em que se encontrarem os construtores, eis que estes, quando havia financiamento, muito mais cuidaram de prédios de apartamentos luxuosos e de salas comerciais, que foram negociadas a alto preço, até sobrarem, como está acontecendo nesta Capital. (Diário da Noite, 29 de janeiro de 1949, p.02)

A narrativa por trás desse trecho se faz até agonizante, explicitando a recusa por parte de particulares e até de poder público no investimento de casas de moradia popular, casas operárias, casas térreas, enfim, habitações acessíveis. Ainda, mais uma parte desse artigo jornalístico que parece costurar muito do que discutimos até agora é a expulsão da população, em particular das áreas centrais, ao dizer que esperam possíveis resultados da Lei do Inquilinato e como essa também crise econômica, ocorria enquanto haviam duas iniciativas propostas pelos poderes municipais, sendo: “uma delas é a lei louvável que manda empregar-se a Prefeitura em construções populares, destinadas à venda em longo prazo de até trinta anos. A outra é a ordem do prefeito para a extinção das favelas e sua substituição por pequenas casas, construídas de bom material, para o povo das favelas. “ (Diário da Noite, 29 de janeiro de 1949, p.02)

Essa solução, se revestiria, nas palavras do próprio artigo, de um aspecto estético mais social do que “econômico”, ao justificar que essa mesma solução apenas pretende alojar quem [já] está alojado”.

No entanto, o problema ainda existiria, agravado pela falta de materiais disponíveis de construção, como tijolo, cimento, etc., dos quais, já escassos, seriam “indisponibilizados” e revertidos para essas novas construções da Prefeitura. O problema ainda estava aparente e a solução não era acabar de fato com a falta de moradias, visto que “aí que a situação fica completamente na mesma, porque o deslocamento – possível – da gente das favelas que circundam S. Paulo, torna-se mais uma solução aleatória que

não ferirá o problema, algo daquilo que o povo diz ser ‘apenas movimento’ (Diário da Noite, 29 de janeiro de 1949, p.02).

O mesmo termo ‘favela’ foi encontrado mais algumas vezes, deixando evidente, que conforme a crise se agravava mais casas construídas a partir de materiais diversos, foram aparecendo em meio São Paulo nos próprios terrenos da Prefeitura (FLOCK, 2020, p.05).

Inevitavelmente, elas eram comparadas às favelas do Rio de Janeiro, ao dizer: “sim, as ‘favelas’, essas mesmas que fizeram famosos de uma fama triste os morros cariocas, cheios de malandros, sambas e facadas. Provavelmente, não existem malandros nas “favelas” paulistas” (Diário da Noite, 20 de fevereiro de 1947, p.08). Além disso, muitas vezes, estas habitações eram vistas através de termos maniqueístas, associando a possível “índole” de um indivíduo que ali morava, de acordo com sua condição socioeconômica, como: “a gente boa e simples que habita nelas, gente vinda dos despejos, vítimas dos senhorios gananciosos, gente vinda de outros Estados a procura de trabalho, gente vinda sabe Deus de onde – é de paz” (Diário da Noite, 20 de fevereiro de 1947, p.08). E continua, ao demonstrar que o problema maior nem sempre estava associado a calamidade pública que alastrava a cidade, mas sim, como isso a afetaria em um sentido estético e em particular, a seus outros habitantes com questões de ‘saúde pública’:

Não exclui, de modo algum, a ocorrência de perigosos males que a promiscuidade infecta e insocial das residências coletivas acarreta. Não há por onde apontar a gravidade desses casos. Não se trata mais de solucionar apenas a crise de residências, por isso que, consequência dela, a proliferação dos “cortiços” e “favelas”, caracterizando uma séria e grave ameaça a saúde de numerosas coletividades aí está a exigir medidas urgentes e definitivas que liquidem tão sombria quão revoltante situação”. (Diário da Noite, 20 de fevereiro de 1947, p. 08).

Julia Flock ainda discute como a transformação da cidade de São Paulo de uma vida provinciana para uma vida cosmopolita foi marcada pela “grandeza e a miséria que lhe são próprias” (FLOCK, 2020 apud SEABRA, 2019, p.15). As marcas da modernização da cidade, desde a primeira metade do século vinte, abria margens para um crescimento periférico cada vez maior, na qual as bordas de São Paulo seriam ocupadas pela população de baixa-renda, associada à sua expulsão das áreas centrais, implicando na expansão contínua da mancha urbana.

Com a valorização da área central e o aumento dos valores de terrenos, a classe popular compraria lotes onde seria viável, e mais do que isso, onde houvesse possibilidade de moradias acessíveis, que se encontravam apenas nas zonas periféricas da cidade. Ao prosseguir da crise, as favelas continuaram a ser frequentes em São Paulo,

noticiadas, e muitas vezes vistas como um problema, e não como uma solução dos próprios paulistanos para terem onde morar em meio ao déficit de casas de aluguel.

Em 1949, as favelas ainda apareciam em artigos de jornais, às vezes como um problema erradicado, resolvido na capital. Nas palavras do então prefeito do período, Paulo Lauro, estas haviam sido finalizadas e não “brotariam mais como cogumelos nas (...) várzeas abandonadas na capital, criando sérios problemas sociais para o governo”. A solução viria por conta de ‘casas higiênicas’ que estariam sendo construídas na região do Tietê, depois das obras de retificação.

Percebe-se, então, como a Crise de Moradias é vista pela imprensa: é verbalizada a falta de incentivo por partes públicas e privadas para a construção de casas, a cidade cresce desordenadamente com um contingente de habitantes cada vez maior, a construção de casas econômicas é escassa, enquanto a construção de prédios de luxo, cresce. A falta de oferta e procura difundiu a construção de casas construídas pelas ‘próprias mãos’, categorizadas como anti-higiênicas. Há, então, um dilema e já se une um vasto compilado de mazelas que inevitavelmente sucumbiriam em uma crise em São Paulo.

A crise de habitações foi justificada por diversas maneiras, para muito além do dinamismo demolidor de Prestes Maia, como apresentado pelo Correio Paulistano (23 de agosto de 1946, p.01). No Diário da Noite, um dos fatores mais apontados e frequentes era pelo ‘câmbio negro’, constituído pelo aumento de negócios de empresas imobiliárias na capital e no país (Diário da Noite, 08 de abril de 1946, p. 05). Nesse sentido, as empresas imobiliárias comprariam casas disponíveis, tirando-as do alcance de pessoas que poderiam alugá-las, o que se tornava muito lucrativo para o ramo, mas fomentava o déficit de casas disponíveis.

Há, também, a questão do alto custo de vida na cidade de São Paulo, vinculado à crise da indústria e à crise da construção civil, que era também justificada pelo excesso de ofertas de salas comerciais e dos apartamentos de luxo, e cada vez menos possibilidades de residências de moradias populares e aluguéis para a população menos afortunada (Diário da Noite, 29 de janeiro de 1949, p.02). A falta de casas de moradias também era um problema de falta de financiamento, na qual não havia tantos incentivos, nem por parte da prefeitura, nem por particulares, para construções de casas para suprir o superpovoamento da capital. As construtoras detinham o interesse particular que se sobressaía ao interesse público, investindo em apartamentos, salas comerciais e as negociando em altos preços, o que as faziam “sobrar” na gama de alternativas de

moradias, mas não de serem acessíveis a ponto de resolver o problema (Diário da Noite, 29 de janeiro de 1949, p.02).

Entretanto, se juntarmos essa informação conjuntamente com a cobertura nos jornais de um aumento expressivo de empresas imobiliárias no país, podemos afirmar, que, de certa forma, Francisco Prestes Maia escolheu um lado, ao investir na construção de prédios de apartamento ao invés de casas de moradias populares. A falta de financiamento, talvez, na verdade, estivesse investida realmente no âmbito imobiliário e na valorização de áreas da cidade de São Paulo. Boa parte da população não poderia comprar ou alugar um apartamento, o que já indica a criação de um público elitizado para habitar estes novos complexos que se proliferaram pela cidade. E, ainda assim, a demolição de casas e cortiços era frequente, e as que voltavam a existir habitadas por despejados ou pela população mais pobre, eram vistas como um problema a ser dizimado.

Mencionado os despejos, não foi apenas o ex-prefeito que abriu a possibilidade do aumento das construções de apartamentos e o correlato aumento de despejos na cidade. A própria Lei do Inquilinato permitiu que houvesse um crescimento de despejos e também de aumento de prédios de apartamento. A promulgação da Lei do Inquilinato, de 1942, foi muito discutida nos jornais. Esta foi, na verdade, um decreto-lei promulgado por Getúlio Vargas que reestabelecia a dinâmica da relação entre proprietário-inquilino, congelando o valor dos aluguéis, de modo que se evitassem aumentos esporádicos, permanecendo o valor datado desde dezembro de 1941 até dois anos adiante. Este decreto, entretanto, culminou em um aumento de despejos pela cidade de São Paulo em meio à grande febre demolidora, visto que o proprietário poderia pedir o imóvel de volta ao inquilino caso quisesse habitá-lo, caso houvesse atraso no pagamento de aluguéis, e também, caso quisesse desapropriá-lo. Demolir poderia ser benéfico ao proprietário vista a possibilidade de indenização provenientes das obras de melhoramentos, o que permitia ao proprietário estar em uma situação mais segura e confortável. Porém, os milhares de inquilinos ficavam à deriva. O fato de permitir o não aumento do valor de aluguel deixou muitos proprietários que atendiam pessoas de camadas menos abastadas insatisfeitas, o que culminou em uma série de desapropriações de casas, e assim, demolições.

A grande questão é que, de certa forma, os despejos passaram também a ser vistos como necessários: “o despejo é necessário e de benefício coletivo”, estampava uma matéria do jornal Diário da Noite. Abrir espaços, valas de expulsão e possibilidades de execução de melhoramentos urbanos na cidade fez parte da mentalidade deste momento.

E mais, mesmo lugares ocupados previamente, estavam passíveis de serem transformados:

Haja vista os casos de pessoas que ocupam casas situadas em terrenos onde se projeta construir edifícios capazes de comportar não uma, mas dez, vinte famílias ou mais. Sua permanência ali atrasa, em certos casos, de dois até quatro anos a construção de prédios mais importantes para a coletividade que o caso pessoal do cidadão em questão (Diário da Noite, 03 de janeiro de 1946. p.10).

Em 1946, uma nova Lei do Inquilinato foi lançada. Esta versão deveria se adaptar à nova realidade acentuada da crise de moradias, de maneira que estipulava um prazo para a saída do antigo inquilino e a entrada do próximo e/ou para a locação do imóvel, evitando assim o despejo inesperado. A realidade das grandes ofertas de vendas de prédios, e falta de oportunidade para locação ainda existia. Os apartamentos eram preferência e havia até uma questão da diferença de tratamento entre comprar e alugar, mesmo estes sendo acessíveis para poucos, sendo isso contestado na grande imprensa, como nesse trecho do Folha da Noite: “afinal, não estamos [falando] da casa própria. Os prédios são naturalmente mais caros que as casas, e mesmo em “condições de vendas mais favoráveis” não atenderiam a todas as parcelas da população” (Folha da Noite, 01 de setembro de 1946, p.02). Era consenso, de certa forma, que os despejos para a demolição de casas térreas e acessíveis, não eram resolvidos pela construção de prédios de apartamentos. Essas desapropriações e despejos constantes muitas vezes eram justificadas por Prestes Maia na imprensa:

A substituição de casas de residência individual por prédios de apartamentos foi uma das defesas do sr. Prestes Maia, quando o acusaram de ter concorrido, mercê da fúria de demolições, para aumentar a crise de habitações em S. Paulo. Se não nos falha a memória, declarou o ex-prefeito que um prédio de apartamento no local onde havia outrora uma casa de residência equivalia a substituir um por mil! Derrubava-se uma casa e em seu lugar eram construídas muitas outras casas superpostas! A verdade, em que pese a grande autoridade do ilustre urbanista, é que o apartamento não substitui a casa de residência (Correio Paulistano, 05 de setembro de 1946, p.04).

Como visto anteriormente, o despejo e as desapropriações, estavam, de certo modo, alinhados com a possibilidade de abrir espaços e até de permitir a construção de casas de apartamento. As versões da Lei do Inquilinato apresentavam brechas, que acabaram por compactuar os problemas das habitações em São Paulo. Uma das grandes consequências que estas acarretaram, de modo geral, foi os conflitos entre proprietários e inquilinos, a evidência da diferença entre os interesses privados e públicos e seus investimentos e a iniciativa de diversos Institutos e Associações clamando por mudanças nos veículos de imprensa. Além disso, o congelamento de aluguel a longo prazo, tornou-

se um prejuízo, visto que “a lei dos aluguéis constituiu uma unilateralidade de benefícios, muito desproporcionada, que não está de acordo com as condições atuais da economia nacional”, e mais “enquanto que em todos os outros setores [evoluíram], o custo da vida triplicou, no setor aluguéis as coisas permaneceram como se nada houvesse sucedido” (Diário da Noite, 03 de janeiro de 1946, p.10).

Um artigo do jornal do O Estado de S. Paulo - robusto, mas esclarecedor - descreve plenamente a situação:

A crise de habitações foi o resultado da convergência de dois fatores: o súbito incremento das populações urbanas: é o primeiro. O outro é que os capitais disponíveis encontram remuneração mais atraentes do que a sua aplicação em casas de aluguel. Este último fator só tem sido agravado pela lei do inquilinato, que descoroços os proprietários, suprime-lhes a liberdade, restringe-lhes os direitos, para favorecer os inquilinos. Da concorrência dos dois fatores: resulta uma situação econômica em que a procura é maior do que a oferta. (...). Recapituladas essas noções elementares, podemos recordar a verdade evidente: o único processo radical de enfrentar a combater a crise de habitação consiste em provocar, favorecer, estimular, incentivar, e outros sinônimos que tenha, a construção de casas de aluguel, visto que a construção ou aquisição de casa própria como tive ensejo de lembrar no outro dia, é aspiração que só número relativamente pequeno de indivíduos pode realizar. É preciso, portanto, remover, ou pelo menos atenuar, os óbices que antepõem a iniciativa privada capaz de se aplicar aquelas construções. São numerosos e um dos maiores se encontra nos dispositivos da lei do inquilinato. (...) O incentivo a construção de residências de aluguel não depende exclusivamente da lei federal. Em grande parte depende da modesta legislação municipal. E isto só concorre para dificultar, para não dizer impossibilitar, uma solução uniforme. Há medidas, porém, que as municipalidades com vontade verdadeira de contribuir para o bem-estar das suas populações poderiam adotar. A isenção do imposto predial durante determinado número de anos para as casas cujos aluguéis mensais se mantivessem abaixo de certo limite; o abandono de uma de umas tantas exigências do código de obras para as residências construídas, também dentro do fixado prazo, em bairros novos, periféricos, de modo a baratear a construção: estes são simples exemplos corriqueiros e não é difícil de imaginar outros. O maior tropeço para tais medidas está na mentalidade dominante em nossas administrações municipais que, em qualquer iniciativa, só enxergam possivelmente fontes de renda que é preciso taxar ao máximo. (...). Atualmente essas instituições colaboram com a especulação imobiliária, pela população que constitui a massa do inquilinato. Não seria difícil descobrir incentivos poderosos para estimular os empreendimentos industriais, de capital superior a determinada importância a construir bairros residenciais para os seus operários. E com uma série de medidas deste gênero, poderíamos de fato conseguir a casa popular que não seja um barraco de favela ou quarto de cortiço. (O Estado de S. Paulo, 03 de outubro de 1946, p.10)

Cria-se então, um problema ainda maior. Muitas vezes apontada como um problema universal, a crise de moradias tornou-se calamidade pública e muito singular na cidade de São Paulo (Estado de S. Paulo, 29 de janeiro de 1947, p.04). A década de 1940 na capital paulistana foi marcada por diversos problemas: a alta dos preços dos materiais de construções; a alta das construções prediais; o déficit de casas disponíveis; o desejo de –ainda – com a baixa de moradias, acabar com os cortiços; o êxodo rural e

menos construções de moradias populares em 1942 *versus* o aumento de grandes construções de residências de luxo e prédios comerciais (Diário da Noite, 29 de janeiro de 1949, p. 02). Na imprensa, era possível identificar um aumento de anúncios cada vez maior de vendas de prédios e diminuição de casas para alugar. Falta de investimento, tanto público, quanto privado no incentivo de casas de moradias; o alto custo de vida na capital; o incentivo do mercado imobiliário, todos estes foram catalisadores para a crise.

Diversas vezes, foram noticiadas no jornal possibilidades para reverter a situação. Em 1946, o sucessor de Prestes Maia na prefeitura depois da abertura do período democrático, Abraão Ribeiro, discutiu inúmeras possibilidades de amenizar a crise na cidade de São Paulo, muitas vezes através do projeto de construção de casas de moradias provisórias, pautada em reverter o aumento de casas ‘anti-higiênicas na cidade’ (Diário da Noite, 31 de maio de 1946, p.02), e, também de isentar impostos por 20 anos para as casas populares e residenciais, a partir de uma data a ser estipulada no mesmo ano.

O Instituto de Aposentadoria e Pensões Comerciais propôs um projeto de construção de moradia popular. Na Nova Constituição da República, decretos passaram a ser da custódia do presidente Eurico Gaspar Dutra, que proibiria a demolição de prédios residências durante a crise de moradias e a construção de novos imóveis só poderia ser feita em terrenos baldios. Em 1947, na ata da Câmara Municipal, publicada no jornal Estado de S. Paulo, o deputado Campos Vergal criou um projeto que proibiria as ações de despejo por 1 ano em todo o território.

Diante disso, criei uma breve linha do tempo para ajudar a delinear esse complexo panorama na cidade de São Paulo, disponível abaixo:

### **LINHA DO TEMPO**

1896: Nascimento de Prestes Maia, em Amparo (SP), em 19/03/1896.

1901: Nascimento de Adhemar de Barros, em Piracicaba (SP), em 22/04/1901.

1917: Prestes Maia se formou engenheiro civil pela Escola Politécnica de São Paulo.

1929: Assumiu a chefia da Secretaria de Viação e Obras Públicas da Prefeitura de São Paulo durante a gestão de José Pires do Rio (1926-1930), elaborando um plano de reestruturação da cidade divulgado em 1929 e muito elogiado, inclusive por Alfred Agache e outros urbanistas de renome internacional.

1930: Revolução de 1930.

- Depois da Revolução de 1930, Prestes Maia passou a se dedicar exclusivamente a atividades privadas. O processo de centralização política, então iniciado, foi acelerado a partir do golpe militar que implantou o Estado Novo.

- Publicação do “Estudo de um plano de avenidas para a cidade de São Paulo” (1930).
- 1932: Revolução de 1932.
- 1934: Fábio Prado como Prefeito (1934-1938)
- 1937: Em 10/11/1937, foi implantado o Estado Novo, retirando completamente a autonomia dos estados e municípios.
- 1938: Em 27/04/1938, Prestes Maia voltou à vida pública como prefeito da capital paulista, nomeado pelo interventor federal no estado, Ademar de Barros.
- Em 1938, Ademar de Barros se torna interventor federal de São Paulo (1938-1941).
  - Início da Gestão Prestes Maia como Prefeito (1938-1945).
- 1939: Início da Segunda Guerra Mundial (01/09/1939)
- 1940: Intensificação da “Crise de Moradias”
- 1941: Em 1941, Ademar de Barros é substituído na interventoria em abril de 1941 por Fernando Costa. Mesmo assim, Prestes Maia foi mantido à frente da prefeitura para continuar sua obra de remodelação urbana de São Paulo, que vivia uma fase de intensa industrialização.
- Início das obras do Viaduto Dona Paulina.
  - Início das obras do Viaduto Jacareí.
  - Entre 1941 até 1942 houve o melhor ritmo de construções em São Paulo, um total de 13 mil casas.
- 1942: Promulgação da Lei do Inquilinato. Decreto-Lei nº 4.598, de 20 de Agosto de 1942.
- São Paulo, metrópole do século XX (1942).
- 1944: Fim das obras do Viaduto Jacareí
- Início das obras do Viadutos Nove de Julho
- 1945: Prestes Maia permaneceu no cargo até 27 de outubro de 1945, dois dias antes da queda do Estado Novo. Voltou a se afastar da vida pública nos anos seguintes, retornando em 1950 como candidato da União Democrática Nacional (UDN) às eleições para o governo paulista.
- Publicação de “O plano urbanístico da cidade de São Paulo” (1945).
  - Fundação da UDN. “A União Democrática Nacional, fundada a 7 de abril de 1945 como uma “associação de partidos estaduais e correntes de opinião” contra a ditadura estadonovista, caracterizou-se essencialmente pela oposição constante a Getúlio Vargas e ao getulismo”.
  - Final da Segunda Guerra Mundial (02/09/1945)
- 1946: Em 31 de janeiro de 1946 chega ao fim o Estado Novo.
- Eurico Gaspar Dutra entra no poder. Restabelecimento do governo democrático.
  - Diário da Noite: Maio de 1946 - seria prorrogada a Lei do Inquilinato que fixa os atuais aluguéis de casas de habitação e comércio; congelando determinadas taxas de aluguéis. O projeto de isenção de impostos durante 20 anos para as casas populares residenciais construídas até maio de 1946 era do sr. Eiras Garcia, chefe do Departamento de Construção Civil da Prefeitura, o projeto estava nas mãos do Prefeito Abrahão Ribeiro [ Diário da Noite - 06594].



1947: Ademar de Barros entra como governador de São Paulo em seu primeiro mandato (1947-1951).

- Abraão Ribeiro foi o 23º prefeito de São Paulo, de 11 de novembro de 1945 a 14 de março de 1947. Foi indicado para o cargo pelo interventor José Carlos de Macedo Soares, logo após a queda da ditadura Vargas, sucedendo no cargo ao engenheiro Francisco Prestes Maia.
- Projeto do Deputado Campos Vergal, em janeiro de 1947, que proíbe as ações de despejo por 1 ano. É uma crise de calamidade pública que alastrava não só São Paulo, mas todo o território.
- “Na Assembleia Legislativa Estadual: (...) O problema da falta de moradias em S. Paulo: O deputado Miguel Petrilli, 25/04/1947

1948: Fim das obras do Viaduto Nove de Julho.

- Fim das obras do Viaduto Dona Paulina.

1950: Prestes Maia retorna como candidato da UDN para as eleições.

- Publicação do “Plano regional de Santos” (1950).

1954: Nas eleições de 1954 Prestes Maia voltou a concorrer ao governo paulista com apoio de um esquema interpartidário articulado pelo próprio governador Garcez, do qual faziam parte a maioria do PTB e os partidos Social Democrático (PSD), Republicano (PR), Democrata Cristão (PDC) e de Representação Popular (PRP).

1957: Jânio Quadros indicou Prestes Maia para concorrer à prefeitura da capital e seu nome recebeu o apoio da UDN e do PTB. Os demais candidatos eram Ademar de Barros, do PSP, e Oscar Pedroso Horta, do Partido Republicano Trabalhista (PRT). Segundo Ivete Vargas e Conceição da Costa Neves, a candidatura de Prestes Maia não conseguiu empolgar as bases do PTB devido ao seu “colorido udenista”, o que acabou favorecendo o deslocamento de grandes contingentes trabalhistas para a campanha de Ademar.

- Adhemar entra como Prefeito de São Paulo em 1957.

1961: Novamente candidato à prefeitura em 1961, Prestes Maia foi vitorioso com o apoio do governador Carlos Alberto Carvalho Pinto, que fora seu assessor jurídico entre 1938 e 1945.

- Fim do primeiro mandato como prefeito de São Paulo de Ademar de Barros em 1961 (1957-1961).

1965: Falecimento de Prestes Maia. Faleceu na cidade de São Paulo no dia 24 de abril de 1965, sendo substituído por José Vicente Faria Lima.

Nota-se então, que entre o final da década de 1930 até 1949, fatores como a crise de aluguéis, de habitações e da falta de materiais de obras importados para o Brasil, por conta da Segunda Guerra Mundial, formavam um perigoso cenário para São Paulo. Um deles, a Lei do Inquilinato, de 1942, ao estreitar a relação proprietário-inquilino, também trouxe um efeito colateral, de maneira que a desapropriação – um já consolidado problema –, se tornava uma alternativa ao proprietário, caso este quisesse acionar esse recurso em relação a seus direitos contratuais. Por isso, o despejo e as desapropriações

tornaram-se frequentes, especialmente entre a relação de proprietários e inquilinos de baixa renda, sendo obrigados a se retirarem, e possivelmente ter seu antigo imóvel vendido para demolições futuras (BONDUKI, 1994, p.723). Outro ponto importante, é que este mesmo decreto-lei congelava o valor de aluguéis da cidade de São Paulo por dois anos, desde dezembro de 1941, o que pode ter sido um efeito de potencializar a crise do valor dos aluguéis, cada vez mais altos na cidade.

Ainda, como o grande aumento de despejos conforme os anos foram se passando, o controle dos aluguéis passou a ser uma situação cada vez mais incômoda para os proprietários. A especulação imobiliária e a elevação dos preços dos imóveis, principalmente nas áreas centrais, agravaram a situação. A valorização imobiliária se deu, em geral, em decorrência de altos índices de inflação, pela expansão econômica e consequência das transformações urbanas (BONDUKI, 1994, p.723).

Os melhoramentos urbanos em execução, as demolições constantes e as modificações imobiliárias provocaram uma significativa elevação nos preços dos terrenos nas áreas da cidade atingidas pelas modificações, motivadas por interesses do ramo de empreendimentos imobiliários. A Lei do Inquilinato viabilizou uma acentuada diferença entre os valores de terrenos e os valores de aluguéis, visto que, em linhas gerais, tornou-se mais rentável vender, demolir ou reformar o terreno, do que alugá-lo novamente. Esta grave disparidade entre o valor do terreno e o aluguel de casas também foi um dos fatores que incentivaram o movimento de verticalização na cidade, sendo um dos motivos que levaram proprietários de imóveis a romperem com os inquilinos, demolindo seus lotes para a construção de prédios de apartamento (BONDUKI, 1994, p.723).

Esses efeitos, conjuntos com a crise de habitações devido às excessivas demolições financiadas pela municipalidade e por iniciativas privadas, causaram consequências arrebatadoras em São Paulo, a longo e a curto prazo, de maneira que induziu a expansão da periferia, pelo grande contingente de pessoas se deslocando obrigatoriamente para fora da zona central (ROLNIK, 2017, p.39), o processo de verticalização de bairros centrais através da construção de prédios de apartamento – além da forte especulação imobiliária na área, e por fim, a formação de "polos privilegiados" na capital, almejando pela ocupação ali de um público de alta renda.

A década de 1940 mostrou-se extremamente conturbada durante os últimos anos de Francisco Prestes Maia na prefeitura, a falta de moradias, conjuntamente com a escassez de construções novas, o aumento populacional, a falta de obra-prima disponível e a elevação dos custos de vida, talvez trouxe uma das consequências de "efeito reverso"

não previstas no Plano de Avenidas: o aumento das casas de cortiços e a “da crescente difusão da casa própria autoconstruída, que foi a saída encontrada pelos trabalhadores frente ao colapso da produção rentista da habitação popular” em bairros periféricos (BONDUKI, 1994, p.724).

Por fim, é perceptível a enorme conjuntura que resultaria no agravamento da crise de moradias em São Paulo. A crise, inclusive, tornou-se mais severa após a reabertura democrática. Neste sentido, podemos construir a hipótese aqui, a partir de discussões fomentadas anteriormente nos capítulos anteriores e de artigos de jornais, como o destrinchar da crise foi pautada em falas da imprensa e também como o Plano de Avenidas e suas consequências tiveram seu papel de sim, catalisar a situação da escassez de moradias nas notícias de jornais.

Francisco Prestes Maia saiu de seu cargo como prefeito ileso do déficit de moradias que seus melhoramentos urbanos auxiliaram a agravar na cidade, muito disso foi pautado pela técnica, como veremos a seguir no último capítulo.

### Capítulo 3:

#### **Evitável ou não? Como se monta a polêmica sobre a habitação social em São Paulo mediante a disputa por espaços de ocupação urbana**

*Em Formação do Bairro do Bexiga em São Paulo: Loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários*, Scheila Schneck discute como do fim do Império aos primeiros anos da República, o Brasil passou por transformações que marcaram definitivamente as suas cidades. Como discutido previamente, era um período de transição de uma economia escravocrata para outra capitalista, baseada no trabalho livre, na qual a mão de obra imigrante era importante. O fluxo de mão de obra imigrante e de ex-escravos para a cidade acarretou grande crescimento populacional e a necessidade de novas moradias, com a consequente ocupação das áreas adjacentes ao centro da cidade (SCHNECK, 2010, p.02).

Em *História da Casa Brasileira*, Carlos Lemos em dois importantes capítulos, cruciais para este trabalho, “Ainda a Casa do Século XIX” e “As Casas do Século XX”, nos mostra como, em particular, na história da casa brasileira como “não podemos olvidar a questão da moradia popular ligada ao progresso das cidades, que cresceram principalmente devido ao surto industrial”, no qual, o paulistano, em particular, se faz “exemplar” (LEMOS, 1996, p.57).

Em retrospectiva que nos valida como morar e sua dinâmica ser antiga em São Paulo, Carlos Lemos traz o argumento de que:

podemos até dizer que a senzala foi o caminho da solução da moradia operária, sendo transportada para a cidade para dar abrigo ao italiano aqui arribado. A essa senzala urbana deu-se o nome de cortiço. Senzala na forma, agora abrigando trabalhadores assalariados na cidade de crescimento vertiginoso. Como sabemos, cortiço, originalmente significa moradia coletiva das abelhas, a colméia, cujos alvéolos se repetem à exaustão (LEMOS, 1996, p.57).

Como era, então, a casa brasileira entre os séculos XIX e XX? Quais foram as adaptações que ocorreram entre este período? Estávamos destinados já a periódicas crises e conurbação<sup>48</sup> urbana?

O século XIX, em particular, se faz importante para se atentar às consequências da Primeira Guerra Mundial no modo de construir e de investir em incentivos imobiliários em todo o globo, isto é, “significa para o Brasil um divisor de águas de

---

<sup>48</sup> Conurbação é a união de duas ou mais cidades, em consequência de seu crescimento geográfico. Geralmente esse processo origina a formação de regiões metropolitanas.

fundamental importância no que diz respeito à arquitetura, especialmente residencial, porque, de início, obstaculizou as comunicações com a Europa, e conseqüentemente, a importação de materiais de construção que o nosso ecletismo consumia de modo sôfrego” (LEMOS, 1996, p.62). Lemos discute as casas urbanas ecléticas de classe média, na qual a grande maioria delas, de aluguel, estão expressas as concepções do período de conforto e de higiene das habitações, “graças aos recentes recursos da técnica construtiva, mormente aqueles referentes às coberturas” (LEMOS, 1996, p.54).

O esquema espacial mais comum em casas mais ricas, mostrava corredores laterais descobertos e pátios internos - uma mudança em relação a tempos anteriores. Além do mais, havia janelas para o exterior, permitindo o arejar, e da segunda metade do século XIX em diante, a tendência era de aumentar o número de janelas, ficando cada vez mais próximas umas das outras (LEMOS, 1996, p.54).

Nas grandes cidades, como São Paulo e Rio, na passagem do século XIX para o XX, eram comuns casas de classes médias, “partidos residenciais em que as casas ainda estavam sobre o alinhamento do lote, porém mostrando distâncias entre si” e também com uma janela de respiração em sua base, a janela do porão, seguindo as normas que exigiam que os assoalhos ficassem afastados do solo, que tornavam estes locais “habitáveis” (LEMOS, 1996, p.55).

Esta tipologia de casa era patente nas classes mais altas da sociedade, sendo “a maioria de aluguel e destinada aos remediados da sociedade” (LEMOS, 1996, p.55). A importância aqui de fazer esta contextualização do século XIX, por mais que pareça tão distante da crise que também explodiu em 1940, após uma drástica transformação urbana, é que já nos oitocentos, se mostram os moldes que eram pré-estabelecidos para a forma de morar na cidade de São Paulo, e que esta dinâmica, reverberaria por muitos anos na oferta e procura de casas de uma cidade em constante expansão, principalmente em questões habitacionais.

Estas casas das camadas médias e altas, em particular, eram provenientes do dinheiro dos antigos cafeicultores, dos dividendos das ações das companhias das estradas de ferro, em suma, os lucros do comércio e da indústria, e, todos esses fatores unidos, culminaram em um investimento particular: a aplicação em bens de raiz, ou seja, imóveis (LEMOS, 1996, p.57).

Para as classes mais baixas, a partir dos setores médios, durante este crescimento populacional acostumou-se, ou até se adaptou a casa a determinado modo de morar. Como o aluguel de casas era o corriqueiro para tais camadas da sociedade, as casas eram

simples, e destinadas a cumprir o que o avanço da legislação salubre ia impondo. E, nas palavras de Carlos Lemos, os “capitalistas”, por sua vez, buscavam garantir a demanda crescente de habitações e, isto, era visto como algo positivo, pois havia demanda de inquilinos.

Em contrapartida, para as antigas residências que não se encaixam como “casas de setores médios”, mas sim populares e até de classes operárias, as transformações destas na região central e sua instalação desordenada, especialmente, em bairros de baixa renda, a partir também não apenas do brusco adensamento populacional, mas pela frequente pressão da ação dos agentes imobiliários, condicionou edificações precárias e baratas para locação, ampliando desta maneira a ocorrência de pandemias por conta das condições insalubres (SCHNECK, 2010, p.84).

Vale, no entanto, um adendo: esses fatores das casas “baratas”, construídas a partir de materiais mais baratos e que abrigavam centenas de pessoas, apesar de ser rentável, pois havia clientela, também demonstra suas limitações, não apenas no que diz respeito à organização espacial, com poucos cômodos e muitas pessoas habitando os mesmos espaços, mas na falta de infraestrutura, saneamento básico. Enfim, persistia a possibilidade de contágios.

As casas previamente discutidas, voltadas às classes médias em estilos arquitetônicos se adequam ao ecletismo (LEMOS, 1996, p.55). É interessante abordar rapidamente a forma dessas casas para se discutir posteriormente os agentes sociais que habitavam esses diferentes modos de morar como os imigrantes, em particular do século XX, decidiam como seriam suas casas, em termos visuais e estéticos. Como veremos adiante, muitos imigrantes, em especial os italianos, construíram residências desse perfil em São Paulo e alugaram para centenas de pessoas. Casas com áreas comuns, geminadas, com poucos cômodos, um porão arejado, foi o padrão que se repetiu na construção de casas no final do século XIX pela cidade.

Monta-se, aqui, um primeiro ponto para se considerar a polêmica sobre a habitação popular. Esse investimento imobiliário era lucrativo, mas também se tornava uma preocupação de saúde pública, podendo afetar outras camadas da sociedade, as mais abastadas. É importante pensar na agência do poder público para essas moradias. O papel da administração pública mediante a necessidade de atuar diante de um problema de saúde e qualidade de vida, demandando a criação de leis que regulamentassem onde e como construir impôs-se (SCHNECK, 2010, p.84).

Ainda no panorama do século XIX, Scheila Schneck, ao discutir o Código de Posturas de 1886, discorre como a edificação de habitações coletivas foi “tolerada” - termo este da autora que ratifica a questão do estigma presente nas residências de moradias mais pobres, sendo térreas e em particular casas de aluguel e geminadas - desde que fossem construídas em novos bairros, longe do grande centro, permitindo assim que se continuasse a construir como se quisesse ou pudesse (SCHNECK, 2010, p.85). Afinal, essas moradias não estariam no centro urbano, e dessa maneira, não causariam transtornos ao processo de remodelação urbana que começava a ser implantado.

Aqui, outra conexão entre a passagem do século XIX e XX, semelhante à dinâmica por trás da implantação do Plano de Avenidas, nas quais, as residências vistas como precárias deveriam ser retiradas das áreas centrais, para posteriormente dar espaço aos prédios residenciais, e, naturalmente, expulsas para áreas periféricas, mais baratas. Formando não apenas cortiços, mas as primeiras favelas da cidade de São Paulo - como discutimos anteriormente.

Essa dinâmica não se faz por acaso, nem apenas pelo crescimento urbano desenfreado. Alguns requerimentos foram postos de forma a disciplinar a construção de tais moradias. Scheila Schneck faz um apanhado que repito aqui: a obrigatoriedade de porão com alturas mínimas, de forma a isolar as residências da umidade do solo; altura mínima para o pé-direito dos cômodos internos; utilização da alvenaria de tijolos em substituição ao uso da taipa; a “conveniência do corredor lateral descoberto que permitisse a iluminação direta dos cômodos” (SCHNECK, 2010, p.85).

A casa brasileira média no século XX, ostentou casas com cômodos vinculados entre si, mesmo em casas assobradadas, com a residência afastada como um todo ligada ao banheiro e à área de lavar roupas externas. Nesta história da casa brasileira não podemos esquecer a questão da moradia popular ligada ao progresso das cidades, que cresceram principalmente devido ao surto industrial. Para Carlos Lemos, o caso paulistano é exemplar (LEMOS, 1996, p.57).

Ainda mantendo este diálogo entre Schneck e Lemos, que se repetirá por diversas vezes neste último capítulo, se faz importante ressaltar a atuação da legislação e do que era considerado um cortiço, em particular o cortiço urbano. Em 1894, na primeira República, foi promulgado o Código Sanitário. Como colocado por Lemos, até o Código de Posturas de 1886 não ficam claros nos documentos oficiais as definições que caracterizariam o que seria um cortiço, ao menos em sua definição mais sintética.

Somente em 1896 seria elaborada uma conceituação mais objetiva, mas nem por isso mais eficiente:

A Lei n. 286 daquele ano dizia em seu artigo 13 que ‘entende-se por cortiço o conjunto de duas ou mais habitações que se comuniquem com as ruas públicas por uma ou mais entradas comuns para servir de residências a mais de uma família’[...]‘compreende-se também como cubículos de cortiços os cômodos de casas que não sejam cortiços, mas que estejam divididos em diferentes fogões e os que lhes forem acrescidos nas mesmas condições (SCHNECK, 2010, p.85 apud LEMOS, 1985, p.69-70).

A questão da moradia em São Paulo, no fim do século XIX, foi sempre um pormenor. A partir das discussões dos capítulos anteriores, se desenha um cenário de uma cidade completamente despreparada para receber um grande contingente populacional guiado pelas possibilidades superficiais da indústria e do comércio prósperos. Esses últimos anos beirando o século XX, “mostram uma variedade de ‘habitações’, cujos programas jamais seriam imaginados no tempo da taipa” (LEMOS, 1996, p.57). Desde a instauração da República, a administração pública esteve sujeita a diversas modificações em busca de um modelo político-administrativo que satisfizesse as necessidades de cidades em franco processo de crescimento (SCHNECK, 2010, p.86).

Nesse período de expansão industrial e econômica, aos “capitalistas” Carlos Lemos (1996), foi prudente o investimento na construção de centenas de cômodos enfileirados, iguais a si, destinados cada um deles a uma determinada parcela da população. O cortiço urbano, era então “o primeiro estágio no ato de morar” (LEMOS, 1996, p.57). Existem diferentes tipologias que caracterizam um cortiço: urbanos, suburbanos, rurais, etc. Carlos Lemos faz essa diferenciação, pois o urbano antecedeu o cortiço do subúrbio, localizado quase na zona rural de uma cidade. Mesmo assim, ainda era um cortiço por conta de suas características estruturais, com áreas de uso comunitário, como as instalações sanitárias, os tanques, poços e até fornos.

O debate historiográfico sobre essa tipologia disserta que, dentre as características, são perceptíveis: a disposição de “cômodos”, ou a ausência deles, o compartilhamento de poucos banheiros instalados fora dos cômodos, a coabitação, a ausência de privacidade, as várias funções do lar exercidas no mesmo espaço, sem divisões físicas, a falta de espaço decorrente do acúmulo mobiliário, vão caracterizando determinadas condições de habitação e da qualidade de vida de seus moradores, especialmente de camadas mais pobres da população (MUNIZ, 2020, p.19).

Tendo isso em vista, Carlos Lemos discute os cortiços de subúrbios presentes em regiões como o Pari, que apresentam essas condições. Ao invés de um único aposento,



havia 3 cômodos: o quarto, a sala e a cozinha. Entretanto, isso não delimita privacidade ou limites, visto que muitas pessoas poderiam dormir, por exemplo, na sala, somando o maior número de moradores em um único espaço. Nos cortiços de periferia/subúrbios, a dinâmica se diferenciava dos da cidade, com mais possibilidade de sol e ventilação na casa e também formando eventos sociais, reunindo os moradores nos espaços em comum.

Esta “tolerância” das casas operárias discutidas por Carlos Lemos, mostra que a Lei possuía também brechas, que, de certa forma, movimentavam o investimento imobiliário em casas geminadas e até em cortiços. Trato aqui então, apesar de diferentes tipologias, o conceito de “casa popular” como aquela voltada aos setores médios e baixos da sociedade. Visto que:

ao contrário dos cortiços, essas casas, com o passar do tempo foram justificando benefícios fiscais destinados a incrementar sua construção, pois a falta de habitações não deixou de ser preocupante, apesar desses incentivos e do sempre crescente número de obras novas. Ali a expressão casa operária designava simplesmente a casa pequena. Qualquer pessoa solicitava à prefeitura licença para construir uma casa operária para, depois, alugá-la. Seria o que hoje chamamos de casa popular (LEMOS, 1996, p. 60).

O planejamento dos cortiços ocupando as áreas centrais dos quarteirões inspirou os capitalistas a construírem áreas no centro que pudessem ser funcionais, mas de lazer, configurando esse estilo de residência, como vilas (LEMOS, 1996, p. 60). Nessas vilas, na área central do conjunto poderia haver quadras de esporte, farmácia, padaria, escola e até igrejas. No início desta tipologia, as casas operárias tinham de três a quatro cômodos, como vimos.

A questão, é que se tornou vantajoso para os patrões industriais fornecerem moradias a seus operários que fossem próximas às suas fábricas, unindo o trabalho e a moradia em uma mesma região, agregando, então, em quarteirões, em grandes terrenos, conglomerados residenciais, destinados aos inquilinos e seus empregados. As vilas operárias estão intrinsecamente relacionadas à Lei do Inquilinato de 1942, que foi a “pá de cal nesses procedimentos que prendiam o operário ao patrão, pois, o inquilino, mesmo desempregado, tinha o direito de ficar ali morando” (LEMOS, 1996, p. 60).

Enquanto os cortiços multiplicavam-se entre os bairros destinados às camadas baixas da população, nos bairros nobres foram edificadas as residências destinadas às camadas mais altas da sociedade. Os cortiços configuraram o estilo de moradias baseada em um baixo custo de aluguel e próximos aos locais de trabalho. Ao contrário das residências de classes mais altas, a ocupação de bairros destinados a essa parcela da população seguiu outras questões, para além das questões de mera sobrevivência,

incluindo ali a questão da qualidade de vida. Nesse sentido, muito se relaciona com a perspectiva de usufruir de uma cidade grande, ao habitar em uma região bem localizada, com melhores condições de salubridade, a possibilidade de desfrutar dos equipamentos urbanos mais modernos, a implantação de infraestrutura mais completa, tudo a custos impensáveis para os primeiros. Esse modelo, como sintetizado por Scheila Schneck, foi determinante para a ocupação de bairros como “Higienópolis, Vila Buarque, Avenida Paulista e Morro dos Ingleses” (SCHNECK, 2010, p.87).

A discussão aqui, então, sumariza como, independentemente do alcance das medidas implementadas pelo poder público nas ações relativas ao disciplinamento do construir, morar e trabalhar, o fato é que cada vez mais ele se mostrou presente na cidade de São Paulo. Com maior ou menor grau de eficiência, as intervenções realizadas naquele momento moldaram os espaços urbanos da cidade de acordo com as necessidades de segmentação social pretendida pelas classes dominantes (SCHNECK, 2010, p.86).

Como vimos, projetos urbanísticos surgiram para modernizar a cidade, formando novas ruas, abrindo novos bairros, ocupando, inicialmente, as áreas mais próximas do Centro, e depois, outras mais afastadas. Entender os atores sociais por trás da história de formulação da cidade pode ser interessante para identificarmos quem de fato foram as pessoas que mais se beneficiam ou não dentro de um processo de expansão urbano, que mesmo palpado por planos de controle formulados por técnicos, engenheiros e figuras políticas, ainda assim, podem haver certas falhas e injustiças.

Tendo em vista o contexto acima descrito, conjuntamente com os já citados autores, Scheila Schneck e Carlos Lemos, me aprofundarei, levando como norte a formação do bairro do Bexiga em uma perspectiva mais delimitada para a compreensão posterior do processo mais amplo de transformação da cidade de São Paulo como um todo. Assim, delimitado, de maneira mais eficiente, formações preciosas tanto sobre atores sociais como sobre a infraestrutura do bairro, por exemplo, sobre os serviços de transporte, energia elétrica, água e esgoto, dando-nos pistas sobre as lógicas do seu funcionamento.

### **3.2. Os estigmas da habitação**

Discutir o que é a definição de um cortiço pode ser algo complexo, visto que esta categoria de habitação foi também transformada no decorrer do século XX. Para Nabil Bonduki, os cortiços se encaixam no grupo mais amplo de habitações coletivas buscadas

pelas camadas mais pobres e produzidas de forma rentista pela iniciativa privada, na virada dos séculos XIX e XX. As formas mais comuns dessa habitação foram “o cortiço-corredor, o cortiço-casa de cômodos, as vilas e o correr de casas geminadas” (BONDUKI, 2013, p.51). Ainda segundo Bonduki, o cortiço foi objeto de estigmatização social, pois era habitado por trabalhadores menos remunerados e qualificados na comparação com outras tipologias de habitação coletiva. Um fator importante é também como se tornou uma modalidade de habitação clandestina porque ia contra ao que era defendido pela legislação edilícia e sanitária existentes (MUNIZ, 2020, p.19).

Em São Paulo, o modelo mais comum de cortiços era caracterizado por várias habitações em série, com cômodos dispostos lado a lado ao longo de um corredor ou uma área externa, na qual se localizava também o banheiro de uso compartilhado e a área de lavagem de roupas, como já discutido. Esse tipo de habitação poderia ser muito lucrativo para os proprietários dos terrenos, visto que eram muitas pessoas habitando o local, não havia tanta intenção de reparos, o material empregado podia ser o de menor qualidade e havia necessidade de poucos pontos de hidráulica, o que barateava o empreendimento e possibilitava grandes lucros (MUNIZ, 2020, p.20).

Para compreender os cortiços do ponto de vista da habitação social, Claudia Andreoli Muniz, conjuntamente com diversos autores que contribuíram para sua pesquisa, como Nabil Bonduki, Lucio Kowarick, Maria Ruth Amaral Sampaio, Suzana Pasternak, Andrea Piccini, Luiz Kohora, Maura Bicudo Vêras, entre outros, fez um panorama da produção teórica desse campo disciplinar com a intenção de entender sua permanência como opção de moradia para as camadas pobres e suas principais características enquanto modalidade habitacional. Um ponto da pesquisa de Muniz interessante de ser ressaltado é como esta tipologia habitacional ainda é um conhecimento em construção, pois não há muitos estudos que tenham os cortiços como objeto de pesquisa em São Paulo, e, conseqüentemente, uma definição tão precisa sobre o que são (MUNIZ, 2020 p.19).

Fazendo um salto histórico, de 1940 para 1980, a definição de cortiços, utilizada por muitos autores, inclusive por Muniz, é pautada pela definição trazida pela Lei Moura, que foi resultado de pesquisas acadêmicas e políticas de entendimento dos cortiços ao longo dos anos 1970 e 1980. Nessa lei, o cortiço é definido como:

A unidade usada como moradia coletiva multifamiliar, construída por uma ou mais edificações construídas em lote urbano, subdivida [sic] em vários cômodos alugados, subalugados [sic] ou cedidos a qualquer título, nos quais é exercida mais de uma função doméstica. Nesse imóvel, existem acesso e uso comum dos espaços não edificadas e instalações sanitárias, e a circulação e

infraestrutura, no geral, são precárias. Outro traço dessa modalidade de moradia é a superlotações de moradores, que pode se apresentar tanto no interior dos cômodos quanto no imóvel em sua totalidade (MUNIZ, 2020, p.20)

Até aqui, um ponto que precisa ser reafirmado é a fala de Nabil Bonduki sobre a estigmatização social dos cortiços, habitados por pessoas de camadas mais pobres, que viviam em locais coletivos e que desafiavam as legislações sanitárias existentes.

Em *Formação do bairro do Bexiga em São Paulo: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913)*, Scheila Schneck estuda o processo de formação do Bexiga como um dos espaços ocupados entre as últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX. A partir de cartografia, realiza um desmembramento em lotes comercializáveis pela venda de terrenos e a construção dos imóveis, e, finalmente, pela ocupação destes por diferentes usuários já na República.

Além disso, busca analisar os mecanismos de produção de espaços urbanos pela iniciativa privada, os principais atores sociais envolvidos e as estratégias do poder público para disciplinar o parcelamento do solo e a construção de moradias, via legislação urbanística e sanitária (SCHNECK, 2010, p.02). O Bexiga é usualmente associado à ideia de bairro popular, ocupado por cortiços e casas “operárias”, contudo, em toda a sua extensão encontramos uma diversidade de exemplares que, como já nos referimos anteriormente, certamente serviram a outros segmentos sociais (SCHNECK, 2010, p.20).

Um ponto precisa ser reafirmado, apesar de rótulos como “bairro popular”, por muitos anos diversas camadas da sociedade moravam nas mesmas regiões, numa dinâmica muito parecida com aquela estabelecida ainda nos tempos da Colônia. Com os grandes planejamentos urbanos, foi se estabelecendo a segregação social. Os mais afortunados em regiões valorizadas, e os desafortunados, obrigados a se retirarem, seja para onde for, longe das áreas centrais.

É interessante esta abordagem para discutirmos o desenvolvimento de São Paulo, que por décadas construiu modos de moradia que talvez, já apontassem, desde seus princípios para uma futura escassez. Ainda na tese de Scheila Schneck, ao discutir o autor Nestor Goulart Reis Filho<sup>49</sup>, dialoga como o investimento no mercado imobiliário tornou-

---

<sup>49</sup> Nestor Goulart Reis Filho (1931) é um arquiteto e professor universitário brasileiro. É considerado um dos principais nomes da história da arquitetura e do urbanismo no Brasil, sendo autor de livros importantes para a área, como “Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial”, obra premiada pelo Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB/SP). Especializou-se em História e Teoria da Urbanização, do Urbanismo e da Arquitetura, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio, urbanização colonial e urbanização contemporânea, em especial no que se refere ao Brasil. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Nestor\\_Goulart\\_Reis\\_Filho](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nestor_Goulart_Reis_Filho)> . Acesso em 20 jan. 2022.

se um grande negócio a partir do último quartel do século XIX, com o adensamento populacional da cidade de São Paulo (SCHNECK, 2010, p.11).

A partir da segunda metade do século XX, a Bela Vista se tornou palco de disputas por identidades que precisavam ser discutidas, pois se relacionavam com os processos de patrimonialização do bairro. O Bexiga formou-se numa daquelas áreas próximas da cidade (SCHNECK, 2010, p.11). Reforço aqui a importância do trabalho de Schneck, que a partir de uma investigação sobre a história do bairro do Bexiga, reside no esforço em registrar a história de um bairro “comum”, ocupado por pessoas “comuns” (SCHNECK, 2010, p.16). Importante ressaltar aqui que ao tratar do bairro do Bexiga neste caso, foco no “Baixo Bexiga”.

Antes, o bairro era considerado suburbano, popular e de forte adensamento populacional. E não apenas: grande parte da população ali era constituída de uma camada menos abastada da pirâmide social brasileira, de estrangeiros, negros, nordestinos, e também caracterizada por estigmatizados como bêbados, vadios, prostitutas, etc. É curioso como a narrativa da Bela Vista como um bairro italiano sobrepunha àquela de um local que era caracterizado por muitos cortiços e habitado, majoritariamente, por uma população negra. Houve, então, uma reorganização de uma nova memória; uma nova consolidação de narrativa, de representação do bairro, e até de destaque para aqueles que ali habitavam, claramente, excluindo outros (MUNIZ, 2020 p.41).

Para além de estigmas relacionados à classe social, havia também hierarquias entre os próprios vistos como degradados. Não era só a elite com uma visão racista e elitista, mas entre os próprios grupos que formavam representações depreciativas. Como exemplo, é possível apontar como a classe média/baixa de imigrantes era reativa à presença da população negra nos mesmos espaços citadinos que ela. Inevitavelmente, a população negra, décadas depois da abolição ainda recebia discriminação em toda a cidade.

### **3.3. Os investidores do bairro**

Scheila Schneck, em seu trabalho, perpassa por diversos mapas de cartografia da cidade de São Paulo. Dentre essa varredura complexa realizada pela autora, me atentarei apenas ao mapa cartográfico de São Paulo de 1913, a “*Planta da Cidade de São*

*Paulo (1913)*<sup>50</sup>, de Alexandre Mariano Coccoci e Luiz Frutuoso F. Costa (SCHNECK, 2010, p.69). Este mapa estuda os anos finais de estabilização do bairro antes de seu adensamento populacional e investimentos imobiliários, como discutiremos adiante. Em linhas gerais, o “miolo” do bairro mostra uma ocupação mais densa, diferentemente das áreas que se aproximam dos rios, como ao leito do Saracura. Essa região apresenta dois dos maiores problemas para uma ocupação efetiva: além das várzeas do córrego, sujeitas a alagamentos, era a zona de relevo mais acidentada. Essa foi a área ocupada mais tardiamente (SCHNECK, 2010, p.69).



**Figura 22.** “Planta da Cidade de São Paulo” (1913). Alexandre M. Coccoci e L. Frutuoso F. Costa Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo, SEMPLA. Disponível em: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/> (SHNECK, 2010, p.71).

<sup>50</sup> Histórico Demográfico do Município de São Paulo – SEMPLA. Disponível em: <http://sempla.prefeitura.sp.gov.br/historico/>.



**Figura 23.** Nesta planta, os quarteirões do Bexiga estão demarcados em tom verde escuro e indicam que se trata de quadras já ocupadas por edificações. À direita da rua Santo Amaro e da Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, o núcleo original do Bexiga se expande em direção ao bairro da Liberdade, originado a Bela Vista (SCHNECK, 2010, p.71).

Entre todas as informações fornecidas por essa planta para o bairro do Bexiga, a mais significativa é a presença da linha de bondes (SCHNECK, 2010, p.69). As poucas exceções, na rua da Abolição e à esquerda da rua Treze de Maio, permitem constatar que naquele momento o loteamento original do Bexiga já estava totalmente consolidado. Com essa ocupação e espacialização, de um bairro mais concreta surgem também novas ruas, como à esquerda do antigo Bexiga, o Largo São Manoel (atual Praça 14 Bis) e a partir deste o prolongamento da rua Manoel Dutra, em direção à Bela Cintra, com o nome de rua Barata Ribeiro; do mesmo largo, em direção ao Sul, define-se a rua Rocha (SCHNECK, 2010, p.72). À direita e à esquerda desta rua se delineiam os caminhos da Saracura. Anos mais tarde eles originaram a Avenida Nove de Julho e a rua Dr. Plínio Barreto. A presença desses novos logradouros indica que a trama urbana em direção ao bairro da Consolação começava a se fechar. Entretanto, ainda havia que se transpor os limites do Saracura (SCHNECK, 2010, p.70).

À direita do antigo Bexiga, entre a rua da Abolição e a Avenida Brigadeiro Luiz Antonio (no limite com o bairro da Liberdade), definiram-se as ruas Jacaré, Asdrúbal do Nascimento, Genebra, Maria Paula, Aguiar de Barros, Francisca Miquelina, além da Travessa Jacaré (SCHNECK, 2010, p.72).

A autora também esclarece alguns dos personagens que alavancaram o loteamento, através do levantamento da propaganda imobiliária (SCHNECK, 2010, p.73). O trabalho é minucioso, então, novamente, me atentarei àquilo que agrega nesta discussão. A partir, novamente, de trabalhos realizados por Scheila Schneck, para discutir as transformações e a construção do bairro do Bexiga, chegamos, finalmente então, aos perfis de possíveis atores sociais e agentes, desde empreendedores imobiliários, imigrantes, moradores, encortiçados e toda a população que teceu a história local.

A pesquisa realizada por Schneck dos primeiros ocupantes da região foi pautada em jornais, como *A Província de São Paulo*, de 1878 até a *República*, em 1899, e *O Estado de S. Paulo*, a partir daquela data até 1891. O material recolhido no Arquivo do Estado de São Paulo apontou informações que forneceram pistas sobre a atuação dos diversos agentes imobiliários na região.

Quando a ocupação da área era pautada por chácaras, distinguiam-se propriedades como as Chácaras de Martinho Prado e do Barão de Limeira nas proximidades da Chácara do Bexiga. Vê-se, então, que os grandes proprietários que passaram a ocupar inicialmente esse lugar eram de famílias ricas. Um dos exemplos, seria de Martinho Prado (1843-1906), na qual se acredita que tenha sido contemporâneo do loteamento do bairro, a partir de 1878. A presença da família Prado marcou pelo menos duas vias nas proximidades do Bexiga: a própria rua Martinho Prado, fazendo a ligação entre o bairro e a Consolação, e a rua Caio Prado, entre a rua Frei Caneca e a rua da Consolação.

Além disso, as famílias Pais de Barros e Souza Queiroz também deixaram suas marcas. A chácara localizada à direita do Bexiga, pertenceu ao Barão de Limeira, o senhor Vicente de Souza Queiroz (1813-1872). Parte do que hoje conhecemos como o amplo bairro da Bela Vista, em direção ao bairro da Liberdade, estava sob a área de atuação dessas famílias. O que se confirma através de praticamente todas as ruas ali localizadas: Genebra, Francisco Aguiar de Barros, Maria Paula - onde estaria, anos mais tarde, o viaduto Jacaré, Francisca Miquelina e Avenida Brigadeiro Luís Antônio. Esses detalhes valem ser ressaltados porque também nos permitem compreender, de certa forma, a possibilidade destas famílias nomearem as ruas dentro dos limites dos loteamentos



originais, como o próprio Major Diogo Antonio de Barros, que veio a dar nome a uma de suas “ruas” dentro de seu terreno (SCHNECK, 2010, p.60).

Sobre os agentes imobiliários, é interessante como o processo de conseguir terrenos para habitar nessa região dependia de pessoas influentes. Um exemplo seria de realizar encomendas através dos escritórios de jornais da época, visto que os donos do estabelecimento poderiam ser donos de terras também, como Emílio Rangel Pestana<sup>51</sup> (SCHNECK, 2010, p.73). As “oficinas de Santo Antonio”, também eram citadas em anúncios de jornais, e eram de propriedade de Antonio José Leite Braga em sociedade com Domingos José Coelho da Silva, ambos portugueses (SCHNECK, 2010, p.74).

Através dos anúncios, também é possível constatar a presença de agentes que apenas intermediavam os negócios. Nesse sentido, além de Emílio Rangel Pestana, outros nomes aparecem de forma mais ou menos constante nesses anúncios: Domingos José Coelho da Silva, Antonio Proost Rodovalho, Roberto Tavares (com anúncios diretos de venda de terrenos, ou ainda no papel de leiloeiro), os escritórios comerciais Sá & Andrade e Henrique Wright & Comp., entre outros (SCHNECK, 2010, p.77). Outros nomes de peso, seriam, por exemplo, de sobrenome “Nothmann”. Em 1879, Eugenia Pires e seu sócio, Victor Nothmann, “fizeram um loteamento com o plano de uma linha de bondes e ganharam bastante dinheiro (SCHNECK, 2010, p.87). Isso explica também o aparecimento do sobrenome Nothmann constar em Planta dos Terrenos do Bexiga (SCHNECK, 2010, p.81)

Tendo em vista a ampliação das informações sobre os primeiros atores sociais a atuar na área abrangida pelo loteamento do Bexiga, a autora Scheila Schneck também busca outras fontes primárias, como as Atas da Câmara Municipal de São Paulo e os Papéis Avulsos. Um em particular, que é enriquecedor para esta discussão, foi um abaixo-assinado encaminhado à Câmara, em 1883 (SCHNECK, 2010, p. 78).

Este abaixo-assinado foi realizado por proprietários de terras da região ao Presidente da Câmara e aos demais Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo. Nesse documento, os proprietários solicitaram “a mudança do nome de Campo do Bixiga para o de Campo da Bella Vista, visto como aquelle nome nenhuma tradição nos faz recordar”, e, entre as 51 pessoas a assinar o documento, alguns sobrenomes se destacam:

---

<sup>51</sup> Emílio Rangel Pestana era membro da família de Francisco Rangel Pestana – um dos proprietários do periódico A Província de São Paulo (aproximadamente entre 1882 e 1888) e de fazenda de café no Oeste paulista, além de ter ocupado cargos públicos nos últimos anos do Império e durante o governo de Deodoro da Fonseca. Rangel Pestana assinou, além deste, mais anúncios de venda de terrenos e casas no Bexiga, outros empreendimentos na cidade (SCHNECK, 2010, p.73).

Albuquerque, Marques, Tavares, Araújo e Clark. A partir de alguns sobrenomes aqui, já se faz visível a presença de imigrantes italianos no local, como “Albuquerque” (SCHNECK, 2010, p.78).

É interessante como estes grandes atores sociais, que foram demarcando os loteamentos, foram saindo de “cena” tão logo após empreendimento estar mais alavancado, não forjando vínculos efetivamente residenciais com o bairro, mas o vendo como mera aposta de investimento imobiliário. Esta afirmação pode ser dada a partir de interpretações tanto de Scheila Schneck, como do próprio texto do documento, deixando claro as intenções dos peticionários: a mudança do nome do bairro significava revesti-lo de uma nova conotação e valor supostamente impossível de obter com o nome de “Bexiga”, fosse esse realmente o apelido de um antigo proprietário – Antonio Soares Calheiros, o Antonio Bexiga –, ou um nome dado à área em razão da varíola ou das “bexigas de boi” encontradas no Matadouro Municipal.

Com a mudança do nome, partindo do pressuposto de que as pessoas que assinaram o documento eram proprietárias de terras na região, interessadas investir nesse marco inicial imobiliário nesta região da cidade, que apesar de seus terrenos peculiares, era próxima ao “centro”, é possível interpretar que esta mudança seria para, de certa forma, “agregar valor” ao empreendimento. Após a mudança, o processo de comercialização continuou, e dez anos depois não encontramos mais aqueles investidores - podemos nos questionar se realmente, sua intenção não era habitar ali (SCHNECK, 2010, p.80).

É possível traçar o seguinte perfil, a partir deste “novo” bairro do Bexiga:

Área de ocupação antiga e historicamente demarcada pela existência de redutos de escravos fugidos, forros e africanos livres da época do Império, nos inícios do século conviviam com os moradores originais com os recém-chegados que aí se estabeleceram em razão da barateza dos terrenos [...]” (SCHENCK 2010, p.80 apud WISSENBAACH 1998, p.115-117.)

A mudança de nome enfatiza então uma nova fase do empreendimento em 1906. Ao lado dos anúncios para venda de imóveis, os jornais apresentam outros empreendimentos que pretendem explorar as supostas potencialidades econômicas do bairro. Por fim, de 1881 até 1891, ao lado dos anúncios para venda de casas e terrenos, algumas casas para aluguel eram anunciadas, nas ruas Monte de Ouro, Santo Amaro e São Domingos. Dessa maneira é possível depreender que, nos seus dez primeiros anos, o empreendimento imobiliário já estava avançado e apontava para a exploração locatícia

das casas construídas. Configurava-se dessa maneira uma tendência que iria se confirmar na primeira década do século seguinte (SCHNECK, 2010, p.83).

### **3.4. Quem é esta população?**

O processo de consolidação do bairro não foi meramente aleatório, mas seguiu sim um planejamento e investimento. Apesar da saída dos “fundadores” e grandes investidores do bairro, havia uma atenção em relação àqueles que ocupariam a área. Foi justamente tendo em vista a construção de moradias para as camadas mais pobres da população que os Códigos de Posturas de 1886, 1889 e, mais tarde, o Código Sanitário de 1894 foram elaborados, contendo exigências que garantissem um mínimo de habitabilidade civilizada, “civilizada” a partir de parâmetros que condizem com a conduta estabelecida por camadas sociais superiores (SCHNECK, 2010, p.90).

As camadas mais ricas tinham consciência dos benefícios oferecidos pelos novos padrões, adotando-os para suas próprias residências, porém, ao construírem imóveis para alugar, sempre que fosse possível, evitavam investir em materiais, equipamentos ou mesmo em extensões de terrenos que implicassem em maiores gastos (SCHNECK, 2010, p.90). É interessante pensar nas condições construídas para as casas de aluguel, térreas, de moradia popular e operária, visando em um menor investimento possível para sua construção, mas com um alto lucro em retorno de seus inquilinos.

Nos primeiros anos de ocupação do bairro houve tentativas por parte de proprietários e construtores de burlar a legislação reguladora do ato de construir. Porém na medida em que a fiscalização se tornou mais rígida, acarretando multas e, às vezes, até a demolição e reconstrução de obras já concluídas, tornou-se um fator a ser efetivamente realizado (SCHNECK, 2010, p.90). O fato é que esses exemplos fornecem bem a medida das dificuldades enfrentadas pelo poder público que, ao legislar em prol de interesses coletivos, frequentemente teve que lidar com as resistências de uma população que não estava habituada a seguir regras, que não era, por sinal, a que seria essencialmente estigmatizada nas décadas posteriores (SCHNECK, 2010, p.91).

Os proprietários de imóveis também tenderiam a ser identificados para que pudessem obter os processos para autorização de construção, conforme levantamento realizado por Scheila Schneck, a partir da *Série das Obras Particulares*. Em 1893, tornou-se obrigatório adquirir a licença da Prefeitura para a construção e/ou reforma de edificações, assim como para qualquer tipo de intervenção nos imóveis. Esses

documentos são fundamentais como fonte de informações sobre os atores que encabeçaram a construção de novos imóveis no espaço urbano (SCHNECK, 2010, p.91).

Essas pontuações permitem compreender a maneira da qual um bairro tido como “popular”, foi construído, sendo, neste caso, predominantemente, por e/ou para proprietários de pequeno e médio porte. Pessoas comuns na sua grande maioria, imigrantes ou descendentes, que de algum modo conseguiram se firmar como proprietários de bens de raiz. Se, de um lado, a presença desses personagens, mesmo que ocasionalmente, demonstra que não apenas as camadas médias e baixas investiram nos bairros populares, de outro, demonstra que para os representantes das classes altas, não importava onde investir, mesmo que se tratasse de um espaço de segregação (SCHNECK, 2010, p.96).

Outro fator interessante de abordar, mesmo que de maneira breve, são as nacionalidades que habitaram dentre essas regiões. A superioridade numérica dos italianos sobre o total da população que vivia na cidade de São Paulo é senso comum. Em 1920, a população italiana se mantinha como a maior colônia estrangeira em São Paulo, perfazendo 15,84%. Na sequência, vinham portugueses (11,19%), espanhóis (4,31%) e os indivíduos de origem germânica (3,07%) – todos em meio a 372.376 brasileiros (64,46%), para uma população total de 577.621 habitantes. Esses dados são importantes porque também nos indicam a possível concentração ou não destes distintos grupos em um ou mais bairros da cidade (SCHNECK, 2010, p.97), estando, por assim dizer, distribuídos de maneira espaçada dentre outros bairros de consolidação similar ao Bexiga.

Os italianos eram a maioria, e constavam como proprietários de pelo menos três ou mais imóveis. Neste caso, cabe a hipótese sobre a hierarquia entre estrangeiros e a diferente distribuição dos segmentos estrangeiros pelos bairros da cidade, na medida em que os imóveis dos italianos se concentram em determinados bairros da cidade e, também, como pequenos investidores entre a maioria dos proprietários.

Dentre os outros grupos, podemos ver também, a partir de uma tabela redigida por Scheila Schneck, embasada nos dados da EMPLASA<sup>52</sup>, a porcentagem de diferentes

---

<sup>52</sup> Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano (Emplasa) era uma empresa do governo do estado de São Paulo responsável por todo o planejamento da Região Metropolitana de São Paulo. Foi fundada em 1975. Realizava levantamento de informações, inicialmente na Região Metropolitana de São Paulo, de forma a auxiliar na elaboração de estudos de interesse metropolitano para secretarias de São Paulo (estado). Assim que outras regiões foram criadas, como as regiões metropolitanas da Baixada Santista e de Campinas, a Emplasa também auxiliava nestas regiões. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa\\_Paulista\\_de\\_Planejamento\\_Metropolitano](https://pt.wikipedia.org/wiki/Empresa_Paulista_de_Planejamento_Metropolitano)> Acesso em 20 jan. 2022.

grupos de imigrantes que passaram a compor a população brasileira, em especial na década de 1920 (SCHNECK, 2010, p.97).

BRASILEIROS	ITALIANOS	PORTUGUESES	ESPAÑHÓIS	ALEMÃES E AUSTRIACOS	TURCOS	JAPONESES	OUTROS	TOTAL
372.376	91.544	64.687	24.902	6.237	5.983	966	10.836	577.621
64,46 %	15,84 %	11,19 %	4,31 %	1,07 %	3,07 %			100%

**Tabela 5 – Participação de brasileiros e estrangeiros na composição da população paulistana, 1920**<sup>122</sup>

Figura 24. Tabela retirada da tese de Scheila Shneck (2010).

Essa tabela é interessante por dois motivos. Primeiramente, mostra a incorporação da população de origem africana à população dita “brasileira”. Além disso, a diminuição do número de estrangeiros além alemães ou austríacos, em detrimento do aumento de espanhóis, e a entrada de japoneses e sírios libaneses. Segundo, os italianos dominam os números de imigrantes em terras brasileiras. E, não apenas isso, também dominaram a totalidade de dados dos proprietários do bairro do Bexiga, 65,22% de um total de 552 pessoas. Entretanto, isso não indica um fator de riqueza, apenas de concentrarem a propriedade da maior parte dos imóveis, sejam em lotes, casas ou edificações (SCHNECK, 2010, p. 97).

O fato é que, dentre a população e a construção do bairro do Bexiga, após sua fase de “boom imobiliário”, é que independentemente dos imóveis de proprietários terem sido passados adiante, vendidos, permanecidos ou não nas mãos dos mesmos donos, é que “de 87,05% dos imóveis do Bexiga pertencerem a pequenos e médios proprietários” (SCHNECK, 2010, p. 127), parecido com o processo da construção/venda de casas em outros bairros. Isso pode ser afirmado sobre a construção das casas em série nos bairros do Brás e da Mooca:

A cidade de São Paulo foi construída pelas mãos de diferentes grupos de empreendedores regidos pelos mais diversos interesses. Sua constituição, consolidação e transformação ocorreram tanto por intermédio de grandes capitais, que de uma vez formaram áreas inteiras, como também por investimentos de menor vulto, que inúmeras vezes significavam a negociação de pequenas áreas como lotes de diferentes dimensões. [...] Essas pequenas ações tinham participação nos meandros das grandes transformações, posto que as ações locais particulares compreendiam uma grande diversidade de investidores por não exigirem necessariamente grandes capitais iniciais nem outros envolvimento organizados de qualquer ordem.” (SCHNECK, 2010, p.127 apud GENARI, p.34-35,2006).

No caso do Bexiga, as propriedades presentes no bairro eram pertencentes a pequenos e médios empreendedores. Pensando na construção do bairro discutida anteriormente, do investimento de uma parcela mais rica da população, a sua saída da região e a mudança então de proprietários, pode se supor que ali, também se tornou um local para quem possuísse poucos recursos, estando passível viver de aluguel, em casas em condições medianas e/ou difíceis, e que buscassem renda através de diferentes comércios, trabalhos familiares, etc. Com o acúmulo de capital, posteriormente, poderia possibilitar a compra de um lote, e até talvez, alugá-lo para terceiros, mantendo este mesmo ciclo de moradia popular. Quando conseguissem fazer essa aquisição, construiriam os três cômodos mínimos exigidos pela municipalidade, ou, caso contrário, aguardariam mais até que isso fosse possível, e assim por diante (SCHNECK, 2010, p.129).

O que se sucederia então nessa dinâmica, seria: a compra do lote, posteriormente a construção dos primeiros cômodos; após os pedidos de alinhamento para construção, quase que invariavelmente se sucederam os pedidos de licença para acréscimos, o que permitiria, então a construção nos fundos do terreno - visando a locação para terceiros e, logicamente, mais alguma renda para a família. Caso essa renda extra não fosse para locação, poderia ser também para a abertura de um comércio de família, no mesmo terreno da moradia (SCHNECK, 2010, p. 129).

Estas grandes vilas que iam se formando compuseram uma forma de habitar ali na região do Bexiga/Bela Vista. O que as fizeram então, com o passar dos anos, se tornarem cada vez mais alvos da segunda onda de especulação imobiliária, visando, anos depois, os apartamentos? Os estigmas da moradia popular estavam intrínsecos aos cortiços e aos seus moradores, como veremos adiante.

### **3.5. Os cortiços**

Essas regiões, na esfera municipal, nas palavras de Nestor Goulart Reis Filho, em *São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos*, mostram que os atores sociais que viabilizaram os empreendimentos que deram origem aos bairros voltados para as elites, foram em grande medida, os mesmos que promoveram a formação de bairros operários e populares em São Paulo (MUNIZ, 2020, p.34). Esses loteamentos se concentraram nas regiões de várzea dos rios Tietê e Tamanduateí, nas encostas acidentadas, como foi com o Bexiga.

Claudia Andreoli Muniz discute o artigo “*Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo*”, de 1985, escrito por Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Neste artigo, a autora evidencia como, a partir de grupos sociais, pensando em usuários e habitantes de um bairro, se faz possível estudar uma região como a da região do Bexiga. Os cortiços não foram apenas uma forma de morar muito presente na região, mas fazem parte da própria história do bairro, que está instalada em edificações com quase um século de existência, como elemento constitutivo do patrimônio (MUNIZ, 2020 p.17).

Não só os cortiços, mas também havia vilas que eram moradia e também uma solução habitacional para suprir o crescimento demográfico acelerado na passagem do século XIX para o XX. Os bairros da Liberdade, da Bela Vista e do “Centro Novo”, possuíam esses mencionados agrupamentos residenciais ocupados por moradores de baixa classe média e que não apenas isso, foram largamente adotados pelos empreendedores imobiliários, pois permitia a construção de uma quantidade significativa de casas, além da venda dos imóveis e da cobrança de aluguéis rentáveis (MUNIZ, 2020 p.17). Muitas dessas vilas se tornaram cortiços, devido à superlotação de moradores, à grande quantidade de casas construídas e muito próximas entre si, pela dinâmica da subdivisão das edificações e a disposição de seus cômodos.

Entre os habitantes destes bairros populares e operários, havia uma forte ocupação por imigrantes europeus, em destaque para os italianos, como vimos anteriormente. De acordo com Scheila Schneck (2010), os estrangeiros de renda média constituíam a maior parte dos proprietários de imóveis urbanos nesse momento, entretanto, ao se considerar o valor imobiliário, a comparação com empreendedores enriquecidos permite verificar que o valor das propriedades era inferior e se concentrava nos bairros populares.

O Bexiga na historiografia, frequentemente é associado à ideia de bairro popular, ocupado por cortiços e casas “operárias”, entretanto, há uma diversidade de exemplares habitacionais, que “certamente serviram a outros segmentos sociais” (SCHENCK, 2010, p.20). A frequência com que, exatamente no mesmo endereço e em um curto espaço de tempo, encontrávamos diferentes pessoas como proprietárias do imóvel. Sabendo que se tratava de um bairro ocupado, sobretudo, por pessoas mais pobres, nos ocorreu que tais casos se referissem a pessoas que, talvez por problemas financeiros, não tenham conseguido manter a propriedade (SCHNECK, 2010, p.17).

A grande questão é que a região da Bela Vista poderia ser encarada como a “periferia da área central de São Paulo” (MUNIZ, 2020 p.41). Claudia Andreoli Muniz,

discute como ali era um bairro então, 'tipicamente suburbano para as camadas pobres e médias' (apud PAES 1999, p.13). A grande presença de estrangeiros no local não o faz um bairro elitizado, cuja constatação está reconhecida pela própria historiografia. Pelo contrário, este fator confirma a vocação e o caráter popular desde o início, e que os cortiços foram elementos presentes como uma das formas de morar de todos esses grupos sociais, no decorrer dessa história urbana (MUNIZ, 2020 p.41).

Além da grande quantidade de italianos, a presença dos negros também foi fundamental na história urbana do bairro. As pesquisas de Schneck mostram que esse grupo se concentrava próximo ao córrego Saracura. Ali, se configurava “a face pobre do bairro” (SCHNECK, 2016, p.115) e era uma das áreas menos valorizadas do ponto de vista imobiliário pois, além de não ter sido contemplada no loteamento que deu origem à Bela Vista, estava - como dito anteriormente - sujeita a alagamentos. Claudia Andreoli Muniz, a partir de pesquisas por meio das plantas da cidade, discute como foi possível compreender que esta mesma região foi ocupada tardiamente em comparação ao todo, talvez por seus aspectos de sua conformação natural (MUNIZ, 2020, p.36).

Ainda sobre o vale do córrego Saracura, Nestor Goulart Reis Filho pontua como esse vale era “uma das áreas mais pobres do Bexiga” (REIS FILHO, 1994, p.203). Não obstante, foi objeto de intervenção e propostas para a cidade na passagem entre os séculos XIX e XX, “aspecto que, possivelmente, tem relação com intenções de ordenar sua ocupação indesejada e evitar a proliferação de cortiços construídos nas suas encostas” (MUNIZ, 2020, p.38). O que pode nos levar, ainda, à declaração de Prestes Maia sobre a região no ápice da instauração do Plano de Avenidas e a necessidade, ainda ao longo da primeira metade do século XX, de reformar o local.

Ainda sobre o vale do córrego Saracura, Nestor Goulart Reis Filho pontua como esse vale era “uma das áreas mais pobres do Bexiga” (REIS FILHO, 1994, p.203). Não obstante, foi objeto de intervenção e propostas para a cidade na passagem entre os séculos XIX e XX, “aspecto que, possivelmente, tem relação com intenções de ordenar sua ocupação indesejada e evitar a proliferação de cortiços construídos nas suas encostas” (MUNIZ, 2020, p.38). O que pode nos levar, ainda, à declaração de Prestes Maia sobre a região no ápice da instauração do Plano de Ave a necessidade, ainda ao longo da primeira metade do século XX, de reformar o local.

Estes locais e sua população “fundadora” eram vistos como degradados e não detinham ali, antes da reforma urbana, o capital simbólico e nem financeiro para poder habitar o que seria a nova região depois de transformada, agora elitizada e valorizada. Os



moradores de grandes complexos de cortiços que habitavam regiões de interesses, como o Navio Parado, nas encostas do Viaduto Jacareí, construído na gestão de Prestes Maia e pertencente ao Plano de Avenidas, quando tinham um imóvel que habitavam arrasado pelas demolições, não eram essencialmente indenizados.

A mesma tecnocracia que demoli em prol de “todos” a cidade, não recompensava os moradores locais pela retirada dos imóveis julgados condenados, mas fornecia aos proprietários de imóveis compensação financeira por serem eles os “responsáveis pela forma urbana” que deveria desaparecer. O discurso técnico, também, de certa maneira, permitiu a reorganização de uma nova representação do centro, e da construção da mentalidade paulistana do estabelecer de uma nova relação com a cidade, sendo passível de usufruir das obras arquitetônicas planejadas por urbanistas, da beleza, da utilidade e a vivência da cidade moderna - mesmo que fosse em detrimento da moradia de milhares de paulistanos.

O que destoasse disso, claramente, deveria vir a ser eliminado. Na dissertação de mestrado *Da Vila Barros ao Edifício Japurá: quando o Moderno bate à porta São Paulo, 1920-1950*, Carolina Gomes Domingues discute a trajetória da Vila Barros, um grande conjunto habitacional, formando um conglomerado de cortiços. A Vila Barros foi o maior cortiço conhecido pela historiografia da cidade de São Paulo. Sua extensão ocupava quase toda a quadra definida pelas ruas de Santo Amaro, Jacarehy e Travessa Jacarehy, no bairro do Bexiga, e era formada por quatro conjuntos independentes: Navio Parado, Vaticano, Geladeira e Pombal.

Ainda sobre a estigmatização dessa moradia popular, Caroline Domingues discute que desde o final do século XIX, quando a cidade entra em um ciclo duradouro de crescimento populacional, os cortiços passam a ser identificados a locais associados a doenças, vícios e criminalidade. A densidade habitacional e a precariedade de suas instalações sanitárias ameaçavam a cidade com os perigos da contaminação e disseminação de mazelas não apenas fisiológicas, mas também de ordem moral. Apesar das diferenças entre os modelos e parâmetros que deram forma às intervenções urbanísticas no transcorrer da primeira metade do século XX, estes casarões e casebres insalubres foram continuamente varridos para fora do centro de São Paulo pelos despejos, demolições e normativas prescritas pela legislação (DOMINGUES, 2017, p. 22).

Esse exemplo é interessante pois, a gestão de Prestes Maia se caracterizou por uma administração saneadora dos recursos financeiros do município e pela realização intensiva de obras de remodelação urbana. Possuía preocupação em reanimar o mercado

imobiliário pelo aumento do índice de adensamento, e (...) em melhorar as condições de tráfego pela abertura de novas avenidas” (FICHER, 2005, p.157).

Para colocar este plano em ação, era requerida a técnica urbanística e suas soluções. A técnica não é apenas um discurso a ser proferido, mas também é uma ferramenta de ação do planejamento urbano. Se, por um lado, eram executados melhoramentos urbanos, demolindo centenas de casas, por outro lado, era preciso serem respaldadas estas ações, de modo que a técnica precisasse ser espalhada pela cidade, num discurso de convencimento de que ela era boa e que as demolições ocorridas são em prol de algo muito maior do que a deficiência de casas moradias populares “momentânea”.

Mais do que isso, estes locais vistos como degradados e não detinham ali, antes da reforma urbana, o capital simbólico e nem financeiro para poder habitar o que seria a nova região depois de transformada, agora elitizada e valorizada. Muitas vezes, a própria imprensa determinava que a moradia popular, habitada por uma população mais pobre, abrisse um problema que deveria ser "curado" a partir da verticalização, o alargamento de rua, a construção de pontes, de pavimentação de avenidas, entre outros.

A Vila Francisco de Barros é capaz de trazer reflexões ao longo das décadas de 1920, 1930 e 1940, acerca das condições de alojamento de grande parte dos trabalhadores urbanos paulistas. Nesse período, que se estende desde a última década da Primeira República até o término da ditadura de Getúlio Vargas, a Vila Barros foi testemunha do rearranjo territorial e político que atravessou a cidade de São Paulo no bojo do seu processo de industrialização. A cidade se expandia e desejava construir para si a imagem de uma metrópole ordenada, tecnológica e moderna, que ia abandonando os contornos coloniais, para assumir o papel da cidade industrial e operária, que materializasse os anseios de uma representação do desenvolvimento nacional (DOMINGUES, 2017, p.22)

Construída por iniciativa do senhor Francisco de Barros ao longo da primeira metade da década de 1920, a Vila Barros ocupou os terrenos situados no fundo do vale do córrego Bexiga, próximos ao local onde o rio deságua no Anhangabaú. Foi a casa de centenas de trabalhadores e trabalhadoras empregados nos mais distintos expedientes e ocupações, homens e mulheres que compunham a parcela mais empobrecida da população da cidade. Foi demolida e substituída, em meados dos anos 1950, por um conjunto residencial de dezesseis pavimentos, construído pelo governo de Getúlio Vargas, o Edifício Japurá (DOMINGUES, 2017, p.21).

Fica ainda mais evidente, no início do século XX, a ebulição dos projetos de reforma urbana para a capital paulista. Por um tempo considerável perdurou que a reforma

urbana seria benéfica em sua totalidade. Urbanizar passa a ser vinculado a demolir, e demolir, era visto como progredir, portanto, incentivado até então, como já frisamos nesta monografia.

Entretanto, necessitavam ser remodelados duplamente: por um lado, pelas alterações espaciais, por conta do Plano de Avenidas, e por outro, pela população marginalizada que morava na região, que, posteriormente, foi obrigada a se retirar para áreas periféricas. A valorização da área, por conta dos melhoramentos urbanos, abriria posteriormente possibilidades para a especulação imobiliária da região. Sendo crucial, para compreender o processo de construção dos viadutos também, suas consequências, das quais é inevitável não associar os projetos de avenidas de décadas passadas com o deslocamento forçado de uma parte da população mais pobre para áreas afastadas da região central (BRITT, 2018, p.305).

A região do Saracura era também um ponto onde a concentração de negros era mais evidente, porém, sua presença não se limitava apenas à região, pois estava diretamente relacionada com os cortiços distribuídos por todo o bairro. Muitos dos cortiços ali, possivelmente visíveis nestas novas Avenidas, eram habitados por famílias negras, de modo significativo quantitativamente em meados do século XX.

Ainda dentre a perspectiva preconceituosa e racista da tecnicidade, a estigmatização dos negros e a condição dessa moradia estavam correlacionados. Claudia Andreoli Muniz em sua dissertação discute também o autor Márcio Sampaio de Castro, do livro *“Bexiga - um Bairro Afro-italiano”*, que a partir de depoimentos de antigos moradores da região, afirma “que era evidente que os negros estavam em condições de pobreza e miséria na comparação com os demais grupos sociais ali presentes (MUNIZ, 2020 p.37).

Em outros depoimentos, foi relatado que a população que residia nos cortiços das ruas Jandaia e Assembleia, “era homogênea, composta, em sua maioria, por ‘negros, nordestinos e pobres’” (MUNIZ, 2020, p.38 apud VARGAS, 2019, p.97) e também estigmatizada por um discurso que por conta da ocupação daqueles moradores na vizinhança, o bairro se tornava perigoso, degradante, promíscuo, entre outros.

O estudo de um bairro como o Bexiga se faz interessante por além de evidenciar pessoas que sofreram com os diversos processos de transformação urbana em São Paulo, também porque as tira do “anonimato”, situação às quais ficaram relegadas “no processo de construção do próprio ideário paulistano” (SCHNECK, 2010 p.12). Através de estudos do “Mapa da Cidade de São Paulo e seus Subúrbios (1844-1847), Scheila Schneck

aborda como os limites geográficos determinam a maneira pela qual se fez a expansão urbana. Se faz interessante discutir o desenvolvimento e transformações urbanas do bairro pela área ali, desde seu loteamento original até seu acondicionamento atual. Mais do que isso também, podemos pontuar que há uma dupla demolição, com perdas tanto físicas, mas também metafísicas.

Não houve ali uma conservação física das edificações construídas na passagem dos séculos XIX e XX, como grandes casarões, pois muitos deles foram ocupados como cortiços, sendo assim, passíveis de serem eliminados. Por outro lado, a grande parte da população que ali vivia era de baixa renda, também não vista como uma prioridade no processo de embelezamento da cidade, que muitas vezes vinham de outras regiões buscando condições de vidas melhores na capital paulista, e, que por esses planos urbanísticos foram obrigados a se retirarem da área central e a buscarem outras possibilidades de moradia.

Finalizamos aqui uma parte do panorama sobre a região do Bexiga-Bela Vista. Um local que apresentou rápido crescimento desde o século XIX, marcado por um terreno acidentado e com grandes cursos d'água, povoado majoritariamente por uma população mais pobre e marginalizada da sociedade brasileira do século XX.

### **3.6. Para onde foi esta população?**

Com o processo de urbanização, para a transformação ser efetiva, os desaparecimentos não deveriam vir apenas do material, mas também da parcela social, exigindo a saída de milhares de paulistanos para fora da zona central. Com o intuito de auxiliar na visualização destas mudanças, utilizarei a plataforma Paulicéia 2.0: mapeamento colaborativo da história de São Paulo (1870 a 1940)<sup>53</sup>.

Usarei aqui 4 camadas para esmiuçar a implantação do Plano de Avenidas na cidade de São Paulo, entre elas: *Os Expropriados na São Paulo de 1938 a 1941*; *Lotes demolidos*; *Lotes desapropriados e As desapropriações agravaram a Crise de Moradias de 1940*. Partindo da primeira camada, traçarei os nomes de proprietários, os possíveis moradores que utilizaram os lotes/casas, os possíveis comércios que existiram, o tipo de acordo para dar continuidade ao processo de desapropriação e demolição, e, por fim, os

---

<sup>53</sup> A Pauliceia 2.0 é uma plataforma que tem o objetivo de fazer o mapeamento colaborativo da história de São Paulo no período de 1870 a 1940. Mais informações, acesse: <http://www.pauliceia.dpi.inpe.br/portal/home>.

valores de indenização. Todos esses estudos mencionados foram realizados a partir de pranchas do DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941) e levantamentos de dados pela imprensa do período.

Os *Expropriados na São Paulo de 1938 a 1941* é uma camada realizada pela pesquisadora Aline Canuto, que trata do parcelamento do solo urbano, suas estratificações e respectivos tipos sociais - os proprietários, bem como os ocupantes. Essa camada, como veremos em imagens adiante, reconstitui a área central de São Paulo, entre 1938 e 1941, através do circuito dos nomes dos impactados pelos processos de desapropriação, demolição e remoção social na implantação da Avenida de Irradiação, pertencente ao Plano de Avenidas idealizado por Francisco Prestes Maia. Além disso, trata também com a compreensão das semantização ou critérios da engenharia de avaliações: depreciação; obsolescência; avizinhamentos indesejados ou infiltrados; mistura das tipologias de ocupação - e lacunas. Em suma, recompõe, prancheta das cifras finais dos técnicos da microescala do Plano de Avenidas.

Para darmos continuidade a narrativa aqui construída, das consequências da tecnicidade mediante a reforma urbana de um grande cidade em construção, as consequências das demolições necessárias para a abertura de grandes melhoramentos urbanos, até o seu estopim, em uma crise de moradias, usarei também a camada As desapropriações agravaram a Crise de Moradias de 1940, que lida, em linhas gerais, à execução dos chamados melhoramentos – como alargamentos de vias, construções de praças, abertura de avenidas, e as consequências do Plano, tanto positivas, quanto negativas, sendo uma das mais expressivas a da crise de moradias, intensificada na década de 1940.

A seguir, em formato de tabela, os nomes de proprietários, os possíveis moradores que utilizaram os lotes/casas, os possíveis comércios que existiram, o tipo de acordo para dar continuidade ao processo de desapropriação e demolição, e, por fim, os valores de indenização, entre 1938 e 1941, na cidade de São Paulo.

### Os Expropriados na São Paulo de 1938 a 1941

Logradouro	Ano	N.º	Proprietário	Uso do imóvel	Expropriação	Valor (rs)	Ms / Terreno	Legislação	Fonte
Rua Brigad	1939	167	Lamberto Ramenzo	Terrenos da antiga	Permuta; Formação	150:000 \$000	1.285,50 ms2	Decreto -Lei	DESAP /PIDE-

eiro Luiz Antônio			ni: figura da indústria de chapéus paulista, fundador da Indústria de Chapéus Ramenzoni; conselheiro fiscal da BRASIT AL (Para o Desenvolvimento Industrial e Comercial no Brasil SA).	Chácara de D. Paulina Sousa Queiroz, atrás do edifício de apartamentos de alto padrão Columbus ou Ramenzoni;	da Av. de Irradiação (construção do Vd. D. Paulina);			n.º 361/1937 e Decreto -Lei n.º 1576/1939.	SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Brigadeiro Luiz Antônio	1939	193	Municipalidade	-	Permuta (p/Lamberto Ramenzoni); Formação da Av. de Irradiação (Construção do Viaduto D. Paulina)		126,10m <sup>2</sup>	Decreto -Lei n.º 361/1937 e Decreto -Lei n.º 1576/1939.	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Anitta Garibaldi	1941	217	Carolina Soares de Queiroz, filha do Coronel Abílio Soares, figura do comércio, indústria e lavoura paulista, e ex-vereador de SP. Viúva de Arthur	Sede da Sociedad e Colonizadora do Brasil (de venda de terras em lotes para hospedar indústria e industrial local de açúcar, seda, serrarias, olarias,	Judicial; Alargamento de rua (Av. de Irradiação)	371:089 \$200	387,28 m <sup>2</sup>	Decreto -Lei n.º 73/1941.	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

			Queiroz dos Santos, figura do comércio de comissões de café em Santos,	farinha, máquinas de beneficiar café, algodão, arroz, etc),e da casa bancária BRATA C.					
Rua Anitta Garibaldi	1941	223	Maria Adelaide Rossi, viúva de Domiciano Rossi, engenheiro arquiteto, lente da Escola Politécnica de SP, e pertencente ao escritório de Ramos de Azevedo	Sede da Casa BRATA C (de importação, exportação, consignação a indústria e terra agrícola)	Acordo;: Alargamento de rua	607\$000 \$000	151,95 ms2 (2 áreas)	Decreto -Lei n.º 73/1941	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Araújo	1941	185	Antonio Cintra Gordinho, presidente da Gordinho Braune Indústria de Papel SA; acionista da CIA. Estrada de Ferro e Agrícola de Santa Bárbara; diretor da Cia. Anglo-Brasileira de Juta (fabricante de telas	Vidraçaria (comércio).	Acordo; Formação da Av. Ypiranga.	350:000 \$000	344,35 ms2	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

			e sacos e exportadora de café)						
Rua Araújo	19 41	23	Roberto Alves de Almeida; conselho fiscal da Refinadora Paulista SA e da Cia. Industrial Paulista de Álcool SA; acionista da Cia. Agrícola Chimborazo SA; diretor do Jockey Club; presidente da CIA. Estrada de Ferro e Agrícola de Santa Bárbara	-	Permuta; Prolongamento da Avenida São Luiz.	rs: 330:000 \$000	ms: 522,50m s2	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Araújo	19 41	143	Francisco Andrade Vasconcellos, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras.	Endereço profissional Thiers de Barros, vice-presidente da associação telefônica associação comercial de esportes atléticos.	Acordo; Formação da Av. Ypiranga	150:000 \$000	213,58 ms2 (3 áreas)	Decreto -Lei n.º 1460/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Araújo	19 38	145	Francisco Andrade Vasconcellos,	Endereço profissional Thiers de	Acordo; Formação da Av. Ypiranga	150:000 \$000	213,58 ms2 (3 áreas)	Decreto -Lei n.º 1460/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conju



			figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras.	Barros, vice-presidente da associação telefônica associção comercial de esportes atléticos.					nto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Araújo	1938	147	Francisco Andrade Vasconcellos, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras.	Endereço profissional Thiers de Barros, vice-presidente da associação telefônica associção comercial de esportes atléticos.	Acordo; Formação da Av. Ypiranga	150:000 \$000	213,58 ms2 (3 áreas)	Decreto -Lei n.º 1460/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Araújo	1938		José Leite Arruda.	Carlos Dermarchi (Campinas, 1914), residente, casado, electricista, filho de Antonio Marchi;	Compra; Formação da Av. Ypiranga;	220:000 \$000	145,58m <sup>2</sup> + 200,40m <sup>2</sup> ;	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Araújo	1938	197	José Leite Arruda.	Carlos Dermarchi (Campinas, 1914), residente, casado,	Compra; Formação da Av. Ypiranga;	220:000 \$000	145,58m <sup>2</sup> + 200,40m <sup>2</sup> ;	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável

				eletricista, filho de Antonio Marchi;					de 1938-1941)
Rua Araújo	1938	211	Ana dos Santos Lima; viúva de João Augusto da Silva Lima, funcionário municipal aposentado, ex-presidente da mesa eleitoral da quarta seção do distrito de paz da consolação;	-	Judicial; Formação da Av. Ypiranga;	60:000\$000;	95,00ms2;	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Araújo	1938	217	Luiz Simões Peixinho, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras; estimado comerciante na praça de Santos, no ramo de tipografia e papelaria, com	Sede da Cia. de Gaz;	Acordo; Formação da Av. Ypiranga;	55:000\$000	74,03ms2;	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

			firma Benzema & Peixinho;						
Rua Araújo	1938	227	Antonio Mastena, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;	-	Acordo; Formação da Av. Ypiranga;	60:000\$000;	80,00ms2	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Araújo	1938	276	Município	Permuta (p/Mário Tavares);	Permuta (p/Mário Tavares); razão: Formação da Av. Ypiranga;	rs: 450:836 \$000;	ms-ter: 80,66ms2;	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Araújo	1938	281	Mário Tavares, senador do Congresso do Estado; membro da Comissão do Diretor do Partido Republicano Paulista; conselheiro administrativo da BRASIT AL (Para	Armando de Oliveira Nogueira (Barretos, 1912), residente, solteiro, estudante, filho de Luiz Eugenia de Souza Nogueira;	Permuta; Formação da Av. Ypiranga;	450:836 \$000;	118,72ms2;	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

			o Desenvolvimento Industrial e Comercial no Brasil S.A);						
Rua Araújo	19 38	157	Henrique Ambrust, chefe da Casa comercial Ambrust & Comp.; e diretor- gerente das Casas Reunidas Ambrust- Laport SA, comercial e exportadora de armas, munições e ferragens ; uso: Aracy Guimarães (São Luiz do Paraitinga, 1910), residente, casada, prezadas domésticas	-	Permuta; Formação da Av. Ypiranga;	14:450\$ 000;	116:23 ms2	Decreto -Lei n.º 23/1940	DESAP /PIDE- SIDE (Conju- nto de Plantas- Selos, datável de 1938- 1941)
Rua Araújo	19 38	290		Laura Romeo Loureiro Lemos (Capital, 1855); res., casada, p. domésticas, filha de	Permuta (para Mario Tavares), em razão da formação da Av. Ypiranga.			Decreto -Lei n.º 1470/19 38.	DESAP /PIDE- SIDE (Conju- nto de Plantas- Selos, datável de 1938- 1941)

				Constantino Loureiro; Orlando Franco Pontes (1903), res., c., lavrador, f. de João Pontes Martins; Elisa Moreira (1904), Elisa Moreira (1904), res., c., p. domésticas, f. de João Julião Moreira					
Rua Araújo	1938	149	José Leite Arruda	Carlos Dermarchi (Campinas, 1914), residente, casado, eletricitista, filho de Antonio Marchi;	Compra; Formação da Av. Ypiranga;	rs: 220:000 \$000	ms-ter: 133,30 ms2 + 257,50ms2 (3 áreas);	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Araújo	1940	165	Municipalidade; expropriação: Permuta (p/Henrique Ambrust);	-	Permuta (p/Henrique Ambrust); razão: Formação da Av. Ypiranga;	84:450\$000;	74,31 ms2 (2 áreas);	Decreto -Lei n.º 23/1940.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Araújo	1940	183	Municipalidade; expropriação: Permuta (p/Henrique Ambrust)	-	Permuta (p/Henrique Ambrust); razão: Formação da Av. Ypiranga;	84:450\$000;	74,31 ms2 (2 áreas);	Decreto -Lei n.º 23/1940.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável

			Ambrust) ;						de 1938- 1941)
Rua Araújo	19 40	185	Antonio Cintra Gordinho , president e da Gordinho Braune Indústria de Papel SA; acionista da Cia. Estrada de Ferro e Agrícola de Santa Bárbara; diretor da Cia. Anglo- Brasileira de Juta (fabricant e de telas e sacos e exportad ora de café)	Vidraçari a (comérci o);	Acordo; Formação da Av. Ypiranga;	350:000 \$000;	74,31 ms2;	Decreto -Lei n.º 23/1940 .	DESAP /PIDE- SIDE (Conju nto de Plantas- Selos, datável de 1938- 1941)
Rua Epitácio Pessoa	19 38	2	Alayde Ambrust de Macedo, filha do coronel Otto Ambrust, fundador da Casa Pasteur SA, do ramo de cirurgia etc., e acionista das Casas Reunidas Ambrust- Laport SA. Casada com José Sizenand o de	Paulo de Mesquita (Rio Claro, 1904), residente , solteiro, advogad o, filho de Ignacio de Mesquita Correa;	Permuta; Formação da Av. Ypiranga	106:000 \$000	148,00 ms2	Decreto -Lei n.º 1460/19 38.	DESAP /PIDE- SIDE (Conju nto de Plantas- Selos, datável de 1938- 1941)

			Macedo Leme, subscritor da Marmores Brasileiros SA						
Rua Epitácio Pessoa	1938	4	Joaquim Dias Coimbra, tesoureiro aposentado da Caixa Econômica Federal, zelador de capela e sócio Cruz de Honra da Sociedad e Beneficente Portuguesa, e procurador benemérito do Asylo Bom Pastor;	Escritório especializado em representações comerciais, do S. Manuel	Acordo; Formação da Av. Ypiranga;	73:000\$000	253,83 ms2	Decreto -Lei n.º 1460/1938.	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Epitácio Pessoa	1938	10;11;12	José Augusto Nascimento Gonçalves, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras	Querino Moretti (trevisoit, 1898), res.,c., carpinteiro, f. de Pedro Moretti; sede da seção coml. da Comp. Telefônica Brasileira; Palácio ou Palacete	Judicial; Formação da Av. Ypiranga	1.420:719\$600	1081,68 ms2 (3 áreas)	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

				Teçayndaba, salão de festas e cerimoniais da elite paulistana.					
Rua Epitácio Pessoa	1938	14; 16; 20.	Enêas Rosa Teixeira de Carvalho, autoridade policial do Estado, major, ex-suplente da subdelegacia da capital, capitalista; tesoureiro da Caixa Econômica Federal	-	Acordo; formação da Av. Ypiranga;	400:000\$000	816,64m <sup>2</sup>	Decreto -Lei n.º 1460/1938.	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Epitácio Pessoa	1938	24	Constantino Pereira Rodrigues, sócio de Horácio Alberto Machado e Fausto Silva no ramo de chapelaria, com firma Alberto, Rodrigues & Cia;	-	Judicial; Formação da Av. Ypiranga;	125:000\$00;	243,25m <sup>2</sup> ;	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Epitácio Pessoa	1938	25; 31.	Soltathiel [Salathiel] Ferreira dos Santos;		Judicial; Formação da Av. Ypiranga;	10:000\$000;	290,00m <sup>2</sup> (2 áreas)	Decreto -Lei n.º 1460/1938.	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de



			uso: Arcanjo Rafael Zaini (Campo Alegre, 1892), residente, casado, operário, filho de Carlos Zaini; Aury dos Santos Penna (Montes Claros, 1915), residente, solteiros, comerciante, filho de Albino dos Santos;						Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Maria Paula	1940	29	Artur Agnelo Lucibello, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;	Bernard Cossermel e Zezito Cossermel, residente;	Judicial; Formação da Av. Ypiranga	1:345\$935.000	ms-ter: 894,29 (8 areas)ms-ter: 894,29 (8 areas)	Decreto -Lei n.º 23/1940	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Maria Paula	1940	41	Artur Agnelo Lucibello, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecár	Sde do instituto científico são Jorge;	Judicial; formação da Av. Ypiranga;	1:345\$935.000;	894,29 m2 (8 areas)	Decreto -Lei n.º 23/1940;	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

			io, e no resgate por arrematação de penhoras;						
Rua Maria Paula	1940	44	Artur Agnelo Lucibello, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;	Sede do Instituto Científico São Jorge;	Judicial; formação da Av. Ypiranga;	rs: 1:345\$935.000;	1:5-6\$000;	Decreto -Lei n.º 23/1940;	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Maria Paula	1940	47	Artur Agnelo Lucibello, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;	Sede do Instituto Científico São Jorge;	1:345\$935.000;	894,29 m2 (8 áreas);	1:5-6\$000;	Decreto -Lei n.º 23/1940;	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Maria Paula	1940	51	Artur Agnelo Lucibello, figura com atividades concentradas no crédito e executivo	Benedictino Borba Garcia (Itapira, 1914), solteiro, estudante, filho Raphael Garcia; Maria	Judicial; formação da Av. Ypiranga;	1:345\$935.000;	894,29m2;	Decreto -Lei n.º 23/1940;	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

			hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;	Apparcida Garcia (Itapira, 1913), residente, solteira, professora, filha de Raphael Garcia;					
Rua Maria Paula	1940	53	Artur Agnelo Lucibello, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;	Sede da Cia. Gessy SA, do mercado de perfumarias;	Judicial; formação da av. Ypiranga;	1:345\$935.000;	894,29 m2 (8 areas)	Decreto -Lei n.º 23/1940;	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Maria Paula	1940	57	Artur Agnelo Lucibello, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;	Sede da o. cenacchi e cia., depósito de produtos farmacêuticos;	Judicial; Formação da Av. Ypiranga;	1:345\$935.000;	894,29 m2 (8 areas);	Decreto -Lei n.º 23/1940;	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Maria Paula	1940	61	Margarida Cardoso de Souza Queiroz, cons. consul.	Sede da Comissão de Bacharelados da Faculdade de	Judicial; Formação da Av. de Irradiação	rs: 250:000 \$000;	ms-ter: 554,12m2 4 areas;	Decreto -Lei n.º 43/1940;	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos,

			da Cruzada Pró Infância, da assistente social do Comitê Fem. do Partido Const. de Sta. Cecília p/ Casa Maternal; c. c. José Vicente de Souza Queiroz, lavrador paulista e represent ante da Soc. Nacional de Agricultura;	Direito de SP; dirigida pelo bacharel ando Araujo Almeida; Galileu Moura, residente					datável de 1938-1941)
Rua Maria Paula	1940	63	Margarida Cardoso de Souza Queiroz, cons. consul. da Cruzada Pró Infância, da assistente social do Comitê Fem. do Partido Const. de Sta. Cecília p/ Casa Maternal; c. c. José Vicente de Souza Queiroz, lavrador paulista e represent ante da	Sede da Comissão de Bacharel andos da Faculdade de Direito de SP; dirigida pelo bacharel ando Araujo Almeida; Galileu Moura, residente	Judicial; Formação da Av. de Irradiação	250:000 \$000;	554,12m <sup>2</sup> 4 áreas;	Decreto -Lei n.º 43/1940	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

			Soc. Nacional de Agricultura;						
Av. São Luiz	1938	31;33	Virgília da Silveira Saraiva, filho de João Xavier de Oliveira; viúva de Thomaz Alberto Alves Saraiva, ex-acionista da Empresa Graphica e ex-diretor geral da Soc. Mutua de Peculio e Garantia da Capital;	Carmen da Silveira Bettengeld (Capital, 1894), residente, comerciante, genealogista, filho de Severo Afonso Dominguez;	Judicial; Alargamento da Rua São Luiz e formação da Av. de Irradiação	656:517:000	960,62 + 80,20 ms2;	Decreto -Lei n.º 1470/1938	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Av. São Luiz	1938	72	Sociedad e Circolo Italiano;	Sede da Soc. Circolo Italiano, da elite de italianos residentes em Sp, com reuniões, entretenimentos, etc	Acordo; Alargamento da rua São Luiz	93:000\$000	465,00ms2	Decreto -Lei n.º 1470/1938	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Av. São Luiz	1938	79	Marcos Raphael Alves de Lima, estudante de medicina, filho de João Alves de	Secretaria da Faculdade de Medicina Veterinária da Universidade de	Judicial; Alargamento da rua São Luiz;	281:730\$830;	311,11ms2	Decreto -Lei n.º 1470/1938	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de

			Lima, que foi figura ilustre dos meios médicos da capital;	São Paulo;					1938-1941)
Av. São Luiz	1938	101	Lucia Assunção do Amaral, filha de Antonio Carlos de Assumpção, diretor-presidente e da Cia. Ferroviária São Paulo-Paraná; casada com Afrânio do Amaral, médico do Instituto do Butantã e acionista da Cia. Armazéns Gerais de SP;	-	Judicial; Alargamento da rua São Luiz;	222:278 \$00	287,20m2	Decreto -Lei n.º 1470/1938	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Av. São Luiz		174	Thadeu Nogueira ; consultor fiscal da Cia. Armazéns Gerais da Lavoura e Comércio, e membro do Conselho de	-	Doação; Alargamento da rua São Luiz;	186\$000 ;	186,40 ms2	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP/PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

			Expansão Econômi ca do Estado de SP						
Rua Santo Antônio	1939	75	Helena Wright Carneiro, professora adjunta do grupo escolar maria josé;	Sede social do centro recreativo paulistano, edgard gomes ferreira (1o secretário);	Formação da Av. de Irradiação viaduto jacarehy	100:000 \$000;	672,67 ms2	Decreto -Lei n.º 1577/1928.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Av. São Luiz	1941	110	Olympia de Andrade Monteiro, figura no ramo de produtores de café fino, cansada com Rodrigo Monteiro Diniz Junqueira, ex-presidente do Banco de Custeio Rural de Ribeirão Preto	-	Acordo Alargamento da Rua São Luiz e formação da Av. de Irradiação	15:600\$00;	104,06 ms2	Decreto -Lei n.º 23/1940.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Av. São Luiz	1941	130	Conde Silvio Alvares Penteadó, presidente da Companhia Carbonífera do Ribeirão Novo, e conselheiro fiscal da Fiação	Conde Silvio Alvares residente ; exp:	Acordo; Alargamento da Rua São Luiz;	30.000\$000	ms-ter: 4292 + 4379 + 77,66 ms2 3 areas;	Decreto -Lei n.º 23/1940.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

			Extra-fina de Algodão SA;						
Av. São Luiz	1941	136	Conde Silvio Alvares Penteado, presidente da Companhia Carbonífera do Ribeirão Novo, e conselho fiscal da Fiação Extra-Fina de Algodão S.A;	Quarto mobiliado para cavalheiro distinto; exp: acordo; razão: alargamento da rua São Luiz;	Acordo; alargamento da rua São Luiz;	30:000\$000	4292 + 4379 + 77,66 ms2	Decreto -Lei n.º 23/1940	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Av. São Luiz	1941	154	Conde Silvio Alvares Penteado, presidente da Companhia Carbonífera do Ribeirão Novo, e conselho fiscal da Fiação Extra-Fina de Algodão S.A;	-	Acordo; alargamento da rua São Luiz;	rs: 30:000\$000;	ms-ter: 4292 + 4379 + 77,66ms 2 (areas)	Decreto -Lei n.º 23/1940.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Av. São Luiz	1938	234	Santa Casa de Misericórdia de S. Paulo;	Pensão, sendo o proprietário Silvano Machado ; Heitor Antônio Eiras Garcia, residente , engenheiro.	Acordo; alargamento da rua São Luiz;	19:000\$000;	128,80ms2;	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)



Av. São Luiz	1938	258	Antonietta Scioli;	-	Judicial; Formação da Av. Irradiação	13.700\$00;	91,25 ms2	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Av. São Luiz	1940	86	Urbano Procópio de Souza Meirelles ;	Victor Fonseca de Souza Meirelles (Capital, 1913), residente, solteiro, comerciante, filho de Joaquim V. de S. M. Netto;	Acordo; Alargamento da rua São Luiz,	15:700\$00;	104,71 ms2	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Av. São Luiz;	1940	161	Laboratório Paulista de Biologia;	Antonio Carini, residente, médico, italiano; Valetim Giolito, residente, comerciante, italiano; sede da Soc. de Farmácia e Química (movimento de Associação); da Associação Latina (festas e bailes) e da Secretaria do LPB Futebol Clube;	Acordo; Alargamento da rua São Luiz e abertura de uma praça;	100:00\$000;	885,00ms2;	Decreto -Lei n.º 1470/1938.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

Av. São Luiz	1940	210	Anna Leopoldina Cintra, acionista do Banco Constructor e Agricola de Sao Paulo; presidente da Sociedad e Obras dos Tabernáculos, de senhoras da elite paulista, sediada pela matriz da Consolação, pela distribuição de paramentos paroquiais;	Geraldo homem de mello, residente engenheiro, diretor da cia. brasileira de comunicações elétricas;	Acordo; Arruamento da rua são luiz (av. de irradiação);	26:000\$000;	173,99ms2	Decreto -Lei n.º 23/1940.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Av. São Luiz	1940	285	Nicolau Zarvos, comerciante e industrial, membro d. Industrias Reunidas de Amido SA; diretor-presidente da Cafeeira da Noroeste SA; e fundador da Usina Zarvos de Lins, do gênero de algodão;	-	Acordo; alargamento da rua São luiz e abertura de uma praça;	16.000\$000	187,08ms2	Decreto -Lei n.º 23/1940.	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

Rua Sete de Abril	1940	179	Cia. Construtora Capua & Capua S/A, sediada no Rio de Janeiro, do ramo de empreendimentos de apartamento, financiado pelo Banco Hipotecário Brasileiro;	-	Acordo; Ligação das ruas 7 de Abril e São Luiz,	210:000 \$000	316_75ms2;	Decreto -Lei n.º 23/1940.	DESAP/PIDESIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Sete de Abril	1940	173	Cia. Construtora Capua & Capua S/A, sediada no Rio de Janeiro, do ramo de empreendimentos de apartamento, financiado pelo Banco Hipotecário Brasileiro;	-	Acordo; Ligação das ruas 7 de Abril e São Luiz,	210:000 \$000;	316_75ms2	Decreto -Lei n.º 23/1940.	DESAP/PIDESIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Senador Queiroz	1941	30	Abdo João Demetri Anati, figura do negócio de secos e molhados, cereais e outros gêneros	Hotel, sendo o proprietário Manoel Lourenço Batista;	Judicial; Formação da Av. de Irradiação	742:003 \$200;	ms-ter: 542,16ms2 3 áreas;	Decreto -Lei n.º 86/1941	DESAP/PIDESIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

			alimentícios;						
Rua Senador Queiroz	1941	33	Abdo João Demetri Anati, figura do negócio de secos e molhados, cereais e outros gêneros alimentícios;	Hotel, sendo o proprietário Manoel Lourenço Batista;	Judicial; Formação da Av. de Irradiação	rs: 742:003 \$200;	ms-ter: 542,16 ms2 3 áreas;	Decreto -Lei n.º 86/1941	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Senador Queiroz	1941	36	Abdo João Demetri Anati, figura do negócio de secos e molhados, cereais e outros gêneros alimentícios;	Hotel, sendo o proprietário Manoel Lourenço Batista;	Judicial; Formação da Av. de Irradiação	742:003 \$200;	542,16 ms2 3 áreas;	Decreto -Lei n.º 86/1941	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Senador Queiroz	1941	27	Salim Artim Jacob, membro da sociedade imobiliária Rubião Ltda;	Casa de Leilão Judicial, sendo o leiloeiro Albino de Moraes, com gêneros como sacos c/cal, barricas comate, caixas de xá, latas de coloral, balcão, prateleira, escritaninhas;	Acordo; Formação da Av. de Irradiação;	160:000 \$000	130,59 ms2;	Decreto -Lei n.º 86/1941 ;	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Senador	1941	25	Tomé Cury, acionista da		Acordo; Formação da Av. de Irradiação	s-const: 789\$000 ;	ms-ter: 308,05 ms2 2 áreas;	Decreto -Lei n.º 86/1941	DESAP /PIDE-SIDE (Conju

Queiroz			Companhia Têxtil São Martinho ;						nto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Senador Queiroz	1941	19	Tomé Cury, acionista da Companhia Têxtil São Martinho ;		Acordo; Formação da Av. de Irradiação	s-const: 789\$000 ;	ms-ter: 308,05 ms <sup>2</sup> 2 áreas;	Decreto -Lei n.º 86/1941	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Senador Queiroz	1941	87	Antonio Carlos de França Meirelles, conselheiro fiscal e acionista da Cia. Ferroviária São Paulo-Goyaz;		Acordo; Formação da Av. de Irradiação	425:000 \$000	ms-ter: 649,87ms <sup>2</sup>	Decreto -Lei n.º 86/1939;	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Santa Rosa	1941	305	Paulo Barbosa Ervedal, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;		Permuta (da municipalidade p/ Alice Uchôa de Albuquerque e Cavalcanti) ; razao: Formação da Av. de Irradiação;	160:000 \$000	310,14ms <sup>2</sup>	Decreto -Lei n.º 86/1941;	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Santa Rosa	1941	297	Paulo Barbosa Ervedal, figura com atividade		Permuta (da municipalidade p/Alice Uchôa de Albuquerque e	rs: 160:000 \$000;	ms-ter: 310,14ms <sup>2</sup> 2 2 areas	Decreto -Lei n.º 86/1941 ;	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-

			s concentra das no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;		Cavalcanti) ; razão: Formação da Av. de Irradiação;				Selos, datável de 1938-1941)
Rua Santa Rosa	1941	285	Paulo Barbosa Ervedal, figura com atividades concentra das no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;		exp: Permuta (da municipalidade p/Alice Uchôa de Albuquerque e Cavalcanti) ; razão: Formação da Av. de Irradiação;	293:596 \$000;	ms-ter: 583,74m2	Decreto -Lei n.º 86/1941 ;	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Santa Rosa	1941	277	prop: Arthur Agnelo Lucibello , figura com atividades concentra das no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;	uso: sede da firma Facciolla e Pereira, no comércio alimentício de cereais, dos sócios José Facciolla e Nestor Pereira;	exp: Judicial; razão: Formação da Av. de Irradiação	185:000 \$000;	ms-ter: 340,71 m2 (2 áreas)	Decreto -Lei n.º 157 7/1939;	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Santa Rosa	1941	273	Artur Agnelo Lucibello , figura com	uso: depósito de café;	Judicial; Formação da Av. de Irradiação	185:000 \$000	340,71 (2 áreas)	Decreto -Lei n.º 157 7/1939	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de

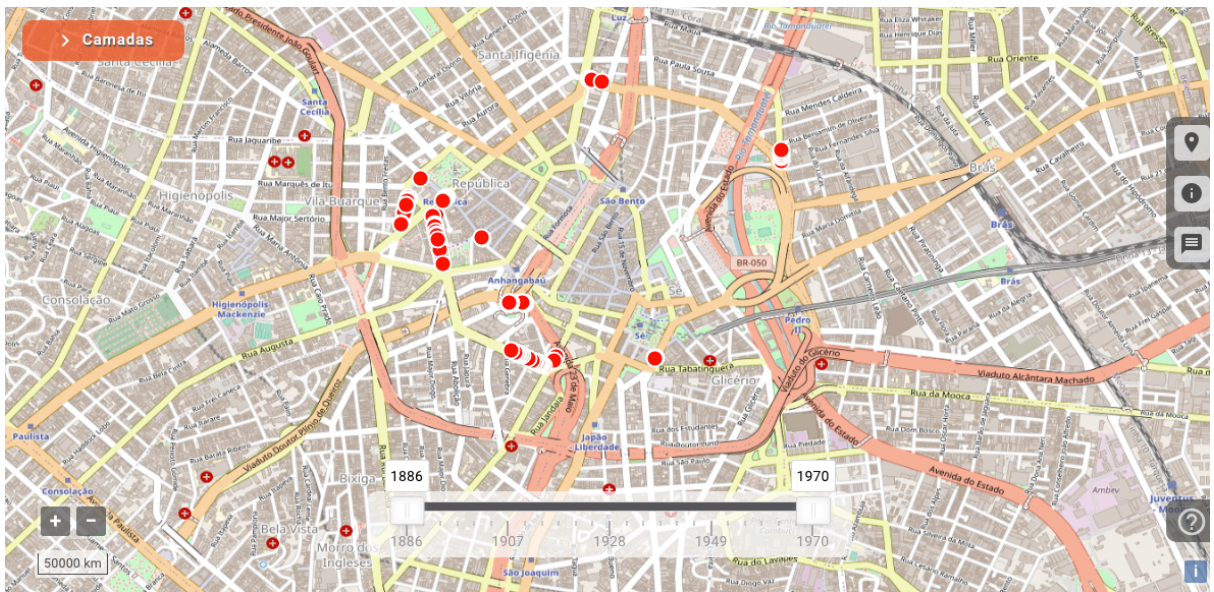
			atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;						Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Santa Rosa	1941	267;	Egídio Pinotti Gamba (comendador); acionista da Caixa Liquidação de São Paulo;	Comércio alimentício de cebolas, alhos e batatas, sendo o proprietário Joaquim Pereira da Silva;	exp: Judicial; razão: Formação da Av. de Irradiação	rs: 139:447 \$500;	ms-ter: 308,98 m2;	Decreto -Lei n.º 86/1941 ;	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
Rua Santa Rosa	1941	249	Paulo Barbosa Ervedal, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;	Comércio alimentício (armazém), de gêneros como alhos ensacados etc., sendo o proprietário Bartholomeu Teruel;	Judicial; Formação da Av. de Irradiação	180:515 \$000	208 m2 (2 áreas)	Decreto -Lei n.º 86/1941 ;	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)

Rua Santa Rosa	1941	245;	Paulo Barbosa Ervedal, figura com atividades concentradas no crédito e executivo hipotecário, e no resgate por arrematação de penhoras;	Comércio alimentício (armazém), de gêneros como alhos ensacados etc., sendo o proprietário Bartholomeu Teruel;	Judicial; Formação da Av. de Irradiação	180:515 \$000	208 m2 (2 áreas)	Decreto -Lei n.º 86/1941 ;	DESAP /PIDE-SIDE (Conjunto de Plantas-Selos, datável de 1938-1941)
----------------	------	------	---	--	---	---------------	------------------	----------------------------	--

Uma breve provocação que se faz necessária é que apesar de estes nomes de proprietários e as supostas ocupações dos lotes estarem descritas, sabemos que podem ser apenas uma espécie de fachada nestes documentos. Isto é, poderiam, sim, nestes espaços serem cortiços e outros tipos de habitações vistas como clandestinas ou que fugiam das condições sanitárias previstas pela lei, mas que neste documento estão comércios, fábricas ou casas residências. Além disso, os nomes dos proprietários poderiam mudar, visto que o documento pode ter permanecido em nome de determinada pessoa, mas esta, por exemplo, poderia não ser mais o proprietário que residia o local.

Prosseguindo, abaixo estão imagens de como se dispõem as camadas na plataforma *Pauliceia 2.0*:

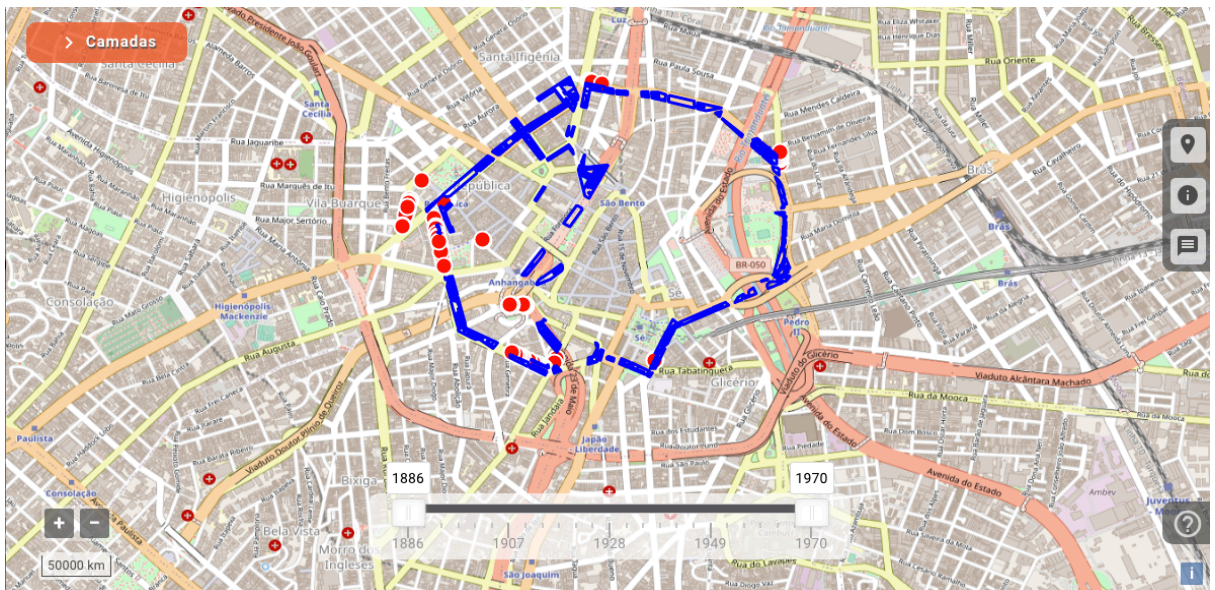




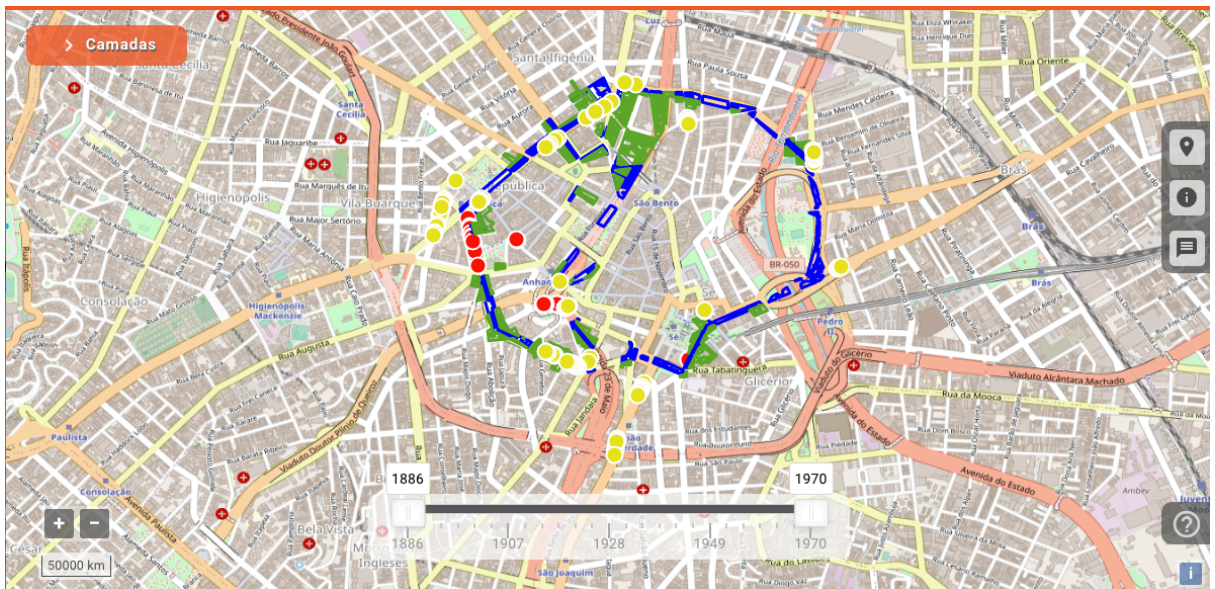
**Figura 25.** Camada ativa *Os Expropriados na São Paulo de 1938 a 1941*, no mapa da cidade de São Paulo em OSM, dos expropriados.



**Figura 26.** Camada ativa *Lotes demolidos*, no mapa da cidade de São Paulo em OSM.



**Figura 27.** Camada ativa *Lotes desapropriados*, no mapa da cidade de São Paulo em OSM.



**Figura 28.** Camada ativa *As desapropiações agravaram a Crise de Moradias de 1940*, no mapa da cidade de São Paulo em OSM.

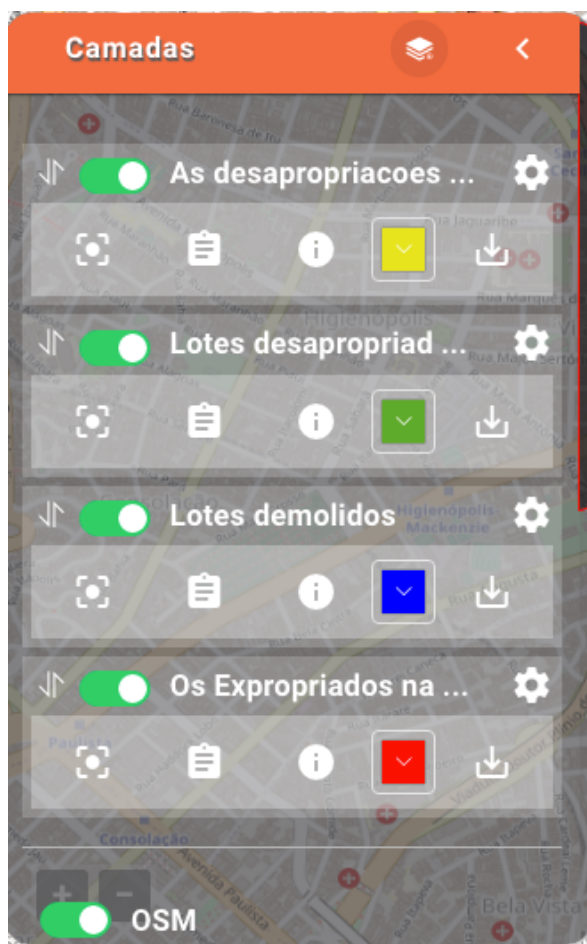


Figura 29. Legenda de cores do esquema de camadas reproduzidos na plataforma.

### 3.7. A polêmica sobre a habitação em São Paulo

Até o momento, os poucos trabalhos a abordar o Bexiga têm sido feitos, basicamente, do ponto de vista de sua trajetória histórica e das influências do imigrante italiano sobre o seu caráter cultural e suas contribuições na história biográfica bairrista. Dessa maneira, ainda que se saiba da presença do negro, o “caráter” do bairro é dado pela presença italiana. A

qui, a partir de reflexões anteriores desencadeadas por Sheila Schneck, Claudia Andreoli Muniz e Carlos Lemos, coloco aqui alguns questionamentos que me nortearam nesta pesquisa: Quem foram os empreendedores a realizar o loteamento? Quem foram os proprietários de lotes que deram origem ao conjunto de casas? E pelas edificações? As casas de moradia popular eram a maioria? (SCHNECK, 2010, p.20).

É interessante considerarmos a fala de Prestes Maia sobre o Bixiga ser uma área degradada para a discussão de como remonta a polêmica sobre a habitação em São Paulo. A Bela Vista é um bairro que conta com uma bibliografia considerável em relação à sua

história urbana. Há diversos autores, que aqui serão retomados, como Nuto Sant'Anna, Scheila Schneck, Claudia Andreoli Muniz e Carolina Gomes Domingues, que discutem e ajudam a reconstituir essa história, identificar os atores e grupos sociais que participaram desse processo. Nuto Sant'Anna, em particular, desenvolveu uma pesquisa extensa durante os anos 1930 sobre a região antes da consolidação do loteamento que deu origem ao Bexiga e, posteriormente, à Bela Vista, que servirá de norte para a discussão (MUNIZ, 2020, p. 33).

Tanto Scheila Schneck, quanto Nuto Sant'Anna<sup>54</sup>, em suas pesquisas sobre a formação urbana do Bexiga, procuraram investigar, por meio das plantas da cidade de São Paulo, evidências de transformações da região ao longo do tempo (SCHNECK, 2010, p.33). A região na qual se desenvolveu o Bexiga é próxima ao local onde deságuam os afluentes do rio Anhangabaú, o Saracura, o Bexiga e o Itororó. Essa informação é importante porque a rede hidrográfica, assim como o relevo acidentado, foram fatores determinantes das formas de ocupação da área num momento posterior (SCHNECK, 2010, p.50), ou seja: conformações espaciais naturais delimitaram as dimensões do loteamento original e, conseqüentemente, sua ocupação.

Além disso, Scheila Schneck faz uma extensa contextualização, desde o século XIX, sobre a rápida venda de lotes e construções, e, em 1890, o arruamento e o loteamento, construídos entre os córregos do Bexiga e Saracura, que já estavam finalizados, e, em 1910, o bairro recebeu o nome oficial de Bela Vista. Durante cerca de 25 anos, ele se consolidou como um bairro central e densamente ocupado (MUNIZ, 2020, p.34). Claudia Andreoli Muniz, em sua tese, ao referenciar Schneck, assinala também que, na *“Planta da Cidade de São Paulo”*, de 1912, “o loteamento original já estava consolidado, já que a maioria das quadras recebeu indicação gráfica de ocupação” (MUNIZ, 2020, p.33).

Como ocorrido em toda a cidade, o aumento populacional, a especulação imobiliária, “e a transposição dos obstáculos físicos” (SCHNECK, 2010, p.32), levaram o bairro a expandir seus limites. Assim, é necessário levar em consideração as diferenças entre aquele anterior loteamento conhecido como Bexiga, e o bairro tal como conhecemos atualmente, a Bela Vista (SCHNECK, 2010, p.31).

---

<sup>54</sup> Nuto Santana (Itirapina, 5 de setembro de 1889 - São Paulo, 2 de janeiro de 1975) é o pseudônimo de Benevenuto Silvério de Arruda Sant'Anna, historiador, jornalista e escritor brasileiro. Disponível em: <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Nuto\\_Santana](https://pt.wikipedia.org/wiki/Nuto_Santana)>. Acesso em 20 jan. 2022.

De acordo com a delimitação dada pelo CONPRESP o bairro da Bela Vista compreende, aproximadamente, os logradouros localizados entre a Praça da Bandeira, ao Norte; a Avenida Nove de Julho em direção ao bairro da Consolação, à Oeste; a Avenida Radial Leste, em direção ao bairro da Liberdade, à Leste; e a Avenida Paulista e Paraíso, ao Sul (SCHNECK, 2010, p.31). Para nossa discussão, as áreas relevantes são as estipuladas pelo traçado original do loteamento: sendo o antigo Largo do Bexiga - atual Praça da Bandeira; as ruas Santo Antônio e Santo Amaro; as regiões intermediadas, pelo córrego do Saracura - atual região da Avenida Nove de Julho; e pela Avenida Brigadeiro Luís Antônio.

Essas regiões, na esfera municipal, nas palavras de Nestor Goulart Reis Filho, em São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos, mostram que os atores sociais que viabilizaram os empreendimentos que deram origem aos bairros voltados para as elites, foram em grande medida, os mesmos que promoveram a formação de bairros operários e populares em São Paulo (MUNIZ, 2020, p.34). Esses loteamentos se concentraram nas regiões de várzea dos rios Tietê e Tamanduateí, nas encostas acidentadas, como foi com o Bexiga.

Ali, existiam casas populares e cortiços em lugares onde foi possível obter terrenos com valores mais acessíveis e que viabilizasse o mercado de aluguéis destinados à população de renda média e baixa. A acessibilidade se deu também visto que a região era uma área sujeita a alagamentos, como as do Bexiga. Portanto, os valores dos aluguéis eram mais baixos. Esse conjunto de lotes mais próximos de corpos d'água indicam fatores que são vinculados a terrenos mais baratos, e, em consequência, mais acessíveis para moradia da classe trabalhadora, possibilitando a existência de cortiços.

Claudia Andreoli Muniz, enquanto discute o autor Nestor Goulart Reis Filho, considera que os cortiços em disposição de viela, com cômodos que “aproveitavam todos os espaços livres no interior dos lotes e quadras”, constituíram a forma básica de habitação popular na passagem entre os séculos XIX e XX. Esse tipo de moradia pressupunha um convívio social intenso entre seus moradores (MUNIZ, 2020, p.34).

Percebe-se então que a região desde seus primórdios era caracterizada por uma população específica, de classe média e baixa. Esse aspecto é importante de ser discutido por dois fatores: lidamos com uma área que se tornou um polo de especulação imobiliária na cidade de São Paulo, mas que foi habitada primeiramente por uma população marginalizada; e reiteramos que a polêmica de habitação da capital paulista está intrinsecamente ligada às transformações urbanas, principalmente, as do século XX.

Aqui, começamos a compreender por que nos olhos da técnica a região era considerada “degradante”, primeiramente, talvez pelos riscos geográficos que oferecia e até por seus limites de ocupação, deles mesmos decorrentes. Outro ponto também pode ser até pela própria parcela da população que ali ocupou aqueles espaços em meio a discursos higienistas e maniqueístas.

Discutiremos brevemente os atores sociais que habitavam estas regiões, e que, conseqüentemente, também seriam os maiores afetados pela polêmica das habitações populares.

### **3.8. Erradicar para Germinar a Nova Cidade: demolições como estratégia de urbanismo moderno em Prestes Maia**

Quando Prestes Maia, como um técnico-urbanista, se apresenta com a missão de salvar um organismo doente, a cidade se coloca com uma responsabilidade social. Estas doenças do organismo “cidade”, nas falas de intelectuais, políticos e jornalistas da época, são na verdade “consequência do enfraquecimento dos mecanismos normais de adaptação e compensação” (GUNN; CORREIA, 2001, p.57), de maneira que as mazelas da urbe, associada aos grandes problemas nacionais, como os sem-terra, a violência urbana, a escassez de moradia, o desemprego, a fome e a violência urbana, são também uma consequência da própria técnica executada na cidade.

A técnica, entretanto, não é neutra: ela perpassa um ente moral, ligado a um discurso higienista. De maneira que, diante o incentivo do crescimento da cidade de São Paulo, com a plena ocupação do solo, com a implantação de um sistema de avenidas que irradiariam do centro até a periferia, se coloca aqui, quase como inegável a expansão da periferia e a concentração crescente da pobreza em uma cidade grande e com pouca estrutura para uma demanda populacional cada vez maior.

De certa forma, o problema não foi arcar com o grande crescimento desenfreado urbano e populacional da cidade, mas sim, erradicar as casas de uma população mais humilde, condenadas por um dado técnico, de que eram casebres sem salvação, que apresentavam riscos de higiene, de saúde pública, e de uma maneira ou de outra, estéticos.

A Crise de Moradias se deu por um enfraquecimento de diversas estruturas da cidade de São Paulo, de oferta e procura de casas, de falta de incentivo por particulares e pelo poder público para a construção de moradias populares, a crise dos aluguéis, o êxodo rural, o grande contingente imigratório, que na solução de resolver um problema, o atraso

de uma cidade obsoleta e o avançar de uma metrópole, originou outro: uma grave crise de habitações, o aumento das zonas periféricas e também a construção de casas realizadas a partir dos escassos materiais disponíveis em terrenos mais baratos, acessíveis e cada vez mais distantes das áreas centrais, as favelas. A dificuldade da analogia das cidades entre organismos vivos é que: “(...). Cidades não são organismos, como elas também não são máquinas, talvez menos ainda. Eles não crescem ou se transformam por si só...” (GUNN; CORREIA, 2001, p.57).

Estendido à cidade, o conceito de organismo tem implicações profundas sobre a forma de lidar e enxergar o ambiente em questão. Ao se considerar a cidade um organismo, presume-se que é algo com vida, composta de partes com funções específicas, possui a capacidade de adaptação e reação contra a ação de causas que possam alterar seu funcionamento normal, entretanto, “esta capacidade (...) não é plena, nem constante, permitindo a emergência de doenças e, no limite da morte, a falência total da cidade”. (GUNN; CORREIA, 2001, p.58).

A inconstância não se dá somente na incapacidade regenerativa de uma cidade grande, há outras questões profundas, quando se tem em mente todas as contradições e conflitos nas cidades modernas: o desemprego, a violência, a falta de moradias, os preconceitos raciais e culturais, a luta de classe. Mesmo considerando que todas estas contradições indicam a existência de desequilíbrios, surge o problema de localizar onde está a “doença”. O urbanismo e os técnicos por trás do conceito, buscaram localizar as “doenças” nos seus “sintomas” urbanos. Muitas vezes, e, principalmente, nesta pesquisa, invariavelmente a resolução destas “doenças” são intrínsecas a questões sociais, econômica e até políticas, que escapam ao campo de ação do urbanista. Ao colocar a Crise de Moradias de 1940 como uma mera questão urbana, de uma cidade como qualquer outra metrópole mundial em crescimento, se despolitiza, neutraliza e generaliza problemas, a partir da técnica e o discurso também por ela propagado. O urbanista, “na ânsia de legitimar sua ação e seu papel na sociedade, de explicitar seus métodos e procedimentos, ele muitas vezes não recua ante uma operação brutal de simplificação das contradições do mundo moderno” (GUNN; CORREIA, 2001, p.58).

A tecnicidade e uso de analogias da biologia, de certa forma, ao lidar com problemas de larga escala e que afetaram por décadas milhares de pessoas, mesmo após a saída de Prestes Maia como Prefeito de São Paulo, permite uma descrição, de certa forma simplificadora de grandes questões de complexidade e das contradições da cidade, quase como que, ela sendo curada, seja pelas obras de embelezamento urbano ou pelo

novo transporte implantado na cidade de São Paulo, a cidade ideal seria alcançada e curada, sendo que não seria tão simples e não proporcionaria uma solução. De certa forma, a técnica e a neutralidade que a princípio transparece, nas palavras de Philip Gunn e Telma de Barros Correia, pressupõem uma atitude “ahistórica diante da cidade”, a partir de um ponto de vista positivista, higienista e elitizado.

Podemos então compreender como as transformações realizadas na urbe trouxeram grandes consequências, sobretudo de caráter social e econômico, e também, certos “efeitos colaterais” e contradições, com a emergência da Crise de Habitações. Dentre seus efeitos, as demolições em massa, principalmente de imóveis de moradia popular afetaram particularmente a população menos favorecida, em detrimento de um processo de “embelezamento” da cidade.

Parte dos discursos cativantes proferidos por grandes figuras públicas, como o próprio Prestes Maia, carregam a função de mobilização da massa popular, mesmo essa sendo a principal afetada pelas mudanças urbanas, voltadas, majoritariamente, para usufruto de uma parcela pequena e privilegiada da população. Esses limites mostram também parte das limitações internas no Plano de Avenidas, previstas no papel, mas que repercutiram na cidade de maneiras conflituosas.



## Considerações Finais

Entre as realizações do planejamento urbano paulistano, estavam também as consequências do usufruto das obras viárias. Qual parte da população paulistana do período realmente se beneficiou da remodelação da cidade, sendo principalmente de seu “novo centro”? E qual parcela social foi obrigada a se retirar do antigo “território central”? Para onde foram?

Na execução deste trabalho conseguimos delinear respostas para quase todas estas perguntas elencadas. Acredito que mais importante do que realmente atribuir uma resposta é ter a ciência de que aqui discutimos, no final, a disputa por áreas em uma cidade em processo de metropolização. Com a chegada diária de novos moradores, em processo de migração, majoritariamente de estratos menos abastados, atraídos pela perspectiva de melhor qualidade de vida na capital paulista, vemos o impasse de uma cidade imaginária, que deveria / poderia concretizar o sonho de uma vida melhor. Contudo, o cotidiano da vida político-urbanística não tinha interesse e nem capacidade de integração dessas pessoas.

Uma grande onda avassaladora de urbanização atinge a antiga cidade de São Paulo, que era transformada para ser metrópole, tecnológica, funcional e aformoseada. Trata-se também de uma disputa de narrativa na construção desta nova São Paulo, há poucos protagonistas escancarados em nossa História Social e Urbana: a elite dirigente, as camadas políticas, intelectuais, dignas de habitar áreas bem localizadas, com infraestrutura e diversas possibilidades são personagens ativos na construção de histórias e memórias. E os coadjuvantes, às vezes, nem isso, pois foram apagados tanto no campo da história quanto como indivíduos - que, mesmo fazendo parte daquela sociedade, eram vistos de modo marginal a ela.

Este trabalho de monografia é também uma tentativa de contribuição historiográfica ao processo de desenvolvimento urbano de São Paulo, tendo consciência não apenas do processo que consolidou a cidade que praticamente conhecemos atualmente, mas às custas de tantos que foram expulsos dela, para que ela atingisse expectativas de planos técnicos urbanos. Chegar até aqui foi um processo complexo.

Lidamos com dilemas e contradições entre aquilo que estava proposto no Plano de Avenidas, lançado em 1930 por Francisco Prestes Maia, e os resultados e consequências efetivamente colocados em execução na cidade de São Paulo, criticados na imprensa paulistana mais deliberadamente a partir da década de 1940 em diante. Ou

seja, eram cientes, também aos olhos da sociedade, as partes positivas, negativas, e, no final, também em parte danosas.

Entre 1937 até o início da década de 1940, Prestes Maia era associado à construção da mentalidade paulistana do estabelecer de uma nova relação com o espaço urbano, sendo passível de usufruir das obras arquitetônicas planejadas por urbanistas, viver na cidade era desfrutar das pontes, dos viadutos, das ruas pavimentadas e iluminadas. A imprensa, como vimos, deu respaldo para que ele crescesse como autoridade neste momento no qual assumiu seu primeiro mandato, e, mais que isso, apoiou em grandes manchetes e artigos elogiosos, por anos, o processo de demolição de casas populares, ligadas a uma população julgada por lentes racistas, tecnocráticas, higienistas, e menos amparadoras, denunciadoras e assistenciais, ao menos em grandes veículos.

A técnica é também como se constrói a possibilidade de encarar a cidade. Muitas vezes, a própria imprensa determinava que a moradia popular, habitada por pessoas mais pobres, abriam um problema que deveria ser curado a partir da verticalização, o alargamento de rua, a construção de pontes, de pavimentação de avenidas, entre outros, ou seja: de uma nova estrutura técnica para a vida urbana. As doenças do organismo “cidade”, nas falas de intelectuais, políticos e jornalistas, eram, na verdade, “consequência do enfraquecimento dos mecanismos normais de adaptação e compensação” (GUNN; CORREIA, 2001, p.57), de maneira que as mazelas da urbe, associada aos grandes problemas nacionais, como os sem-terra, a violência urbana, a escassez de moradia, o desemprego, a fome e a violência urbana, são também uma consequência da própria técnica executada na cidade por seus experts, os tecnocratas.

Essas discussões formulam o *Discurso Técnico e Relações Sociais no Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo: elementos para a história das transformações espaciais na área dos ribeirões Saracura e Itororó (1937-1945)*, um discurso do qual a partir de planos, estudos de planejamentos de uma cidade, mandatos políticos, golpes de estados, guerras mundiais encontraram argumentos que autorizassem o renascer de uma cidade vista como inválida, habitada por inválidos, mas que estava prestes a se restabelecer, apagando vestígios materiais, arquitetônicos, vivos e humanos.

A Crise de Moradias se deu por um enfraquecimento de diversas estruturas da cidade de São Paulo, de oferta e procura de casas, de falta de incentivo por particulares e pelo poder público para a construção de moradias populares, a crise dos aluguéis, o êxodo rural, o grande contingente imigratório, que na solução de resolver um problema, o atraso

de uma cidade obsoleta e o avançar de uma metrópole, originou outro: uma grave crise de habitações, o aumento das zonas periféricas e também a construção de casas realizadas a partir dos escassos materiais disponíveis em terrenos mais baratos, acessíveis e cada vez mais distantes das áreas centrais, as favelas.

A dificuldade da analogia das cidades entre organismos vivos é que: “cidades não são organismos”, como elas também não são máquinas, talvez menos ainda. Ao se considerar a cidade um organismo, presume-se que é algo com vida, composta de partes com funções específicas, possui a capacidade de adaptação e reação contra a ação de causas que possam alterar seu funcionamento normal. A inconstância não se dá somente na incapacidade regenerativa de uma cidade grande, há outras questões profundas, quando se tem em mente todas as contradições e conflitos nas cidades modernas: o desemprego, a violência, a falta de moradias, os preconceitos raciais e culturais, a luta de classe.

As grandes questões aqui abordadas são intrinsecamente ligadas e consequências do discurso técnico que é proferido para transformar uma cidade, de modo que modifica completamente suas relações sociais. Não é meramente um problema urbano, de uma cidade como qualquer outra metrópole mundial em crescimento, esse tipo de narrativa “despolitiza”, neutraliza e generaliza problemas, a partir da técnica e do discurso também por ela propagado. O urbanista, “na ânsia de legitimar sua ação e seu papel na sociedade, de explicitar seus métodos e procedimentos, ele muitas vezes não recua ante uma operação brutal de simplificação das contradições do mundo moderno” (GUNN; CORREIA, 2001, p.58).

Nossa trajetória se deu analisando, desde a passagem do século XIX e XX, semelhante à dinâmica por trás da implantação do Plano de Avenidas, nas quais, as residências vistas como precárias deveriam ser retiradas das áreas centrais, para posteriormente dar espaço aos prédios residenciais, e, naturalmente, expulsas para áreas periféricas, mais baratas. Formando não apenas cortiços, mas as primeiras favelas da cidade de São Paulo.

Por fim, podemos compreender a dualidade das transformações realizadas na urbe, trazendo consequências, sobretudo de caráter social e econômico, e também, certos “efeitos colaterais” e contradições, com a emergência da Crise de Habitações. Dentre seus efeitos, as demolições em massa, principalmente de imóveis de moradia popular afetaram particularmente a população menos favorecida, em detrimento de um processo de “embelezamento” da cidade. Mesmo com este apagamento físico e marginalização de

uma grande porcentagem populacional da capital paulistana formada por trabalhadores, operários, homens, mulheres, persistiu, em muitos aspectos, como podemos ver na construção de Bairros do Bexiga, da Liberdade, e até na reformulação da Bela Vista, a questão se faz presente e essencial no debate social e urbano da historiografia de São Paulo.

### Referências bibliográficas

ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<https://expo-virtual-cpdoc.fgv.br/governo-vargas>>. Acesso em: 02 jan. 2022.

ABRAMSON, Daniel M. **Obsolescence: an Architectural History**. Chicago: University of Chicago, 2016.

AMORIM, Luiz Manoel do Eirado. **Obituário arquitetônico - Pernambuco modernista**. Recife: Editora da UFPE, 2007.

ARAVECCHIA-BOTAS, Nilce. **Estado, Arquitetura e Desenvolvimento: a ação habitacional do IAPI**. São Paulo: Editora da UNIFESP, 2016.

ASSUNÇÃO, Gabriela Lira; DANTAS, George Alexandre Ferreira. Demolições, debates e tentativas de preservação: aproximações a partir dos casos de Salvador e Recife (1910-1930). **URBE**. Revista Brasileira de Gestão Urbana. v. 10, p. 387-399, 2018.

ATIQUÉ, Fernando. De “Casa Manifesto” a “Espaço de Desafetos”: os impactos culturais, políticos e urbanos verificados na trajetória do Solar Monjope (Rio, anos 20 - anos 70). **Estudos Históricos** (Rio de Janeiro), v. 29, p. 213- 232, 2016.

\_\_\_\_\_. **Arquitetura Evanescente**: o desaparecimento de edifícios cariocas em perspectiva histórica. São Paulo: EDUSP (no prelo). (Mimeo, 2018).

\_\_\_\_\_. **Ensinando a morar**: o edifício esther e os embates pela habitação vertical em São Paulo (1930-1962). Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 38-55, fev. 2005.

\_\_\_\_\_. O Patrimônio (Oficialmente) Proibido: A destruição e a Memória do Palácio Monroe (Rio, 1906-1976). In: Elisabete Leal; Odair da Cruz Paiva. (Org.). **Patrimônio e História**. 1ed. Londrina: UNIFIL, 2014, v. 1, p. 181-189.

BASTIDE, Roger. A mão do Arquiteto, aqui, substitui a mão de Deus (1958). In: SILVA BRUNO, Ernani (org.). **Memória da Cidade de São Paulo**: depoimentos de moradores e visitantes, 1553-1958. São Paulo: PMSP-SMC, 1981, p.195- 197.

BERTARELLI, Ernesto. Com o período do café começou a renovação urbanística (1913). In: SILVA BRUNO, Ernani (org.). **Memória da Cidade de São Paulo**: depoimentos de moradores e visitantes, 1553-1958. São Paulo: PMSP-SMC, 1981, p.177-179.

BRESCIANI, M. Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANI, M. Stella (Org.). Palavras da cidade. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

BRESCIANI, Maria Stella; Fania Friedman (ORG.). Cidades do Novo Mundo: ensaios de urbanização e história. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.

BRITT, Andrew G. **I'll Samba Someplace Else: Constructing Identity and Neighborhood in São Paulo, 1930s-1980s.** 2019. 132 f. Tese (Doutorado) - Curso de História, Laney Graduate School, Atlanta, 2018.

BRITT, Andrew. **Na procura de deslocamento:** pavimentando a 'Pequena África' de São Paulo entre 1930 e 1940. Anais da XIV BRASA. Rio de Janeiro: Encontro da BRASA, 2018. Mimeo.

BONDUKI, Nabil. **Arquitetura e Habitação Social em São Paulo: 1988-1992.** São Paulo: Usp, 1993.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação social no Brasil:** Arquitetura Moderna, Lei do Inquilinato, Difusão da Casa Própria. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOTELHO, Denilson. "Qual é o jornalista mais crápula, mais mistificador do Rio de Janeiro?" - História, Jornalismo e Literatura em Lima Barreto. Revista Brasileira de História da Mídia, Piauí, v. 8, n. 1, p. 83-95, jun. 2018.

CAMPOS, Candido Malta. **Os Rumos da Cidade:** Urbanismo e Modernização em São Paulo. Senac, 2002.

CAMPOS, Hannah. **Plano de Avenidas:** Impactos de um diagrama imposto. São Paulo: Fau/usp, 2017.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. **A construção de um sonho:** os engenheiros-arquitetos e a formulação da política habitacional no Brasil, São Paulo, 1917/1940. São Paulo: Unicamp, 1997.

CARPINTÉRO, Marisa Varanda Teixeira. **Tempo e História no Plano de Avenidas. Urbana:** Dossiê: Cidade, Imagem, História e Interdisciplinaridade. CIEC/UNICAMP, Campinas, v. 2, n. 2, p.1-11, 2007.

CASTRO, Ana Claudia Veiga de; MELLO, Joana; ARTIGAS, Rosa Camargo. Caminhos do elevador: memória e projetos. São Paulo: Imprensa Oficial, 2008.

CINTRA, João Florence de Ulhôa. Projeto de uma Avenida Circular constituindo Perímetro de Irradiação. In: **Boletim do Instituto de Engenharia**, n.24, v.5, Jan-mar, 1924, p.331.

CORREIA, Telma de Barros; GUNN, Philip Oliver Mary Gunn. O Urbanismo, a Medicina e a Biologia nas palavras e imagens da cidade. São Paulo: **Pós**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP, n.10, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/posfau/article/view/137416>. Acesso em 30 jul 2018.

COSTA, Sabrina Studart Fontenele. A mulher moderna: práticas urbanas e da vida doméstica em são paulo (1930-1960). *História e Cultura*, Franca, v. 8, n. 2, p. 219-237, nov. 2019.

COSTA, Sabrina Studart Fontenele. **Relações entre o traçado urbano e os edifícios modernos no centro de São Paulo. Arquitetura e Cidade (1938/1960)**. (Tese de Doutorado). São Paulo: FAU-USP, 2010.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta** – Periodismo e vida urbana (1890/1915). São Paulo : Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2013.

D’ELBOUX, Roseli M. M. **Joseph-Antoine Bouvard no Brasil. Os melhoramentos de São Paulo e a criação da Companhia City: ações interligadas**. (Tese de Doutorado). São Paulo: FAU-USP, 2015.

DESLANDES, Sueli “A construção do projeto de pesquisa”, In MINAYO, Maria C. (org.) *Pesquisa social, teoria, método e criatividade*, Petrópolis, Editora Vozes, 2002, p. 31-50 (capítulo 2).

DOMINGUES, Carolina Gomes. *Da Vila Barros ao Edifício Japurá: quando o Moderno bate à porta*. São Paulo, 1920-1950.

FERNANDES, Paula Porta S. (Coord.). **Guia dos Documentos Históricos na Cidade de São Paulo 1554/1954**. São Paulo: Editora Hucitec, Neps, 1998.

FICHER, Sylvia. *Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em são paulo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

FLOCK, Júlia. *Memórias do apagamento: os vestígios das primeiras favelas paulistanas*. São Paulo: Arquitetura e Urbanismo Pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, 2020.

FRANCO, Herta. **Modernização e melhoramentos urbanos em São Paulo: A gestão do presidente de província João Theodoro (1872-1875)**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

GENNARI, Luciana Alem – As casas em série do Brás e da Mooca: um aspecto da constituição da cidade de São Paulo, p.34-35. Dissertação de Mestrado apresentada à FAUUSP, 2006.

GODINHO, Marta Teresinha. **O Serviço Social nas Favelas**. Trabalho de Conclusão de Curso - Escola de Serviço Social. São Paulo, 1955

GLANCEY, Jonathan. **Lost Buildings: demolished, destroyed, imagined, reborn**. Londres: Goodman, 2009.

GONÇALVES, Cristiane Souza. **Restauração arquitetônica: a experiência do SPHAN em São Paulo 1936-1975**. São Paulo: Annablume, 2007.

GONÇALVES, Daniela Leite; MORAES, Sandra Regina Casagrande De. **As transformações da paisagem na envoltória dos edifícios religiosos da área central da cidade de São Paulo: o caso do Bairro da Sé**. Belo Horizonte, 2016.

GOODE, James W. **Capital Losses: a Cultural History of Washington's Destroyed Buildings**. Washington, DC: Smithsonian Books, 2003.

GUNN, Philip; CORREIA, Telma de Barros. O urbanismo, a medicina e a biologia nas palavras e imagens da cidade. Pós Revista do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Fauusp, São Paulo, p. 34-59, dez. 2001.

IBGE. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=355030&search=sao-paulo|saopaulo>. Acesso em 30 jul 2017.

HAAG, Carlos. Palco de razões e paixões. Pesquisa Fapesp, SP, n. 174, p. 87-89, 2010.

IMAGINERIO. Disponível em: <https://imaginerio.org>. Acesso em 30 jul 2017.

LARGO DE SÃO FRANCISCO. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=hLocFleh2tU>. Acesso em 30 jul 2017.

LEFÈVRE, José Eduardo de Assis. **De Beco a Avenida: a história da Rua São Luiz**. São Paulo: EDUSP, 2006.

LEME, Maria Cristina da Silva. **Revisão do Plano de Avenidas: um estudo sobre planejamento urbano em São Paulo, 1930**. São Paulo: Fau/usp, 1990. 255 p.

LEMOS, Carlos A. C. – Alvenaria Burguesa, São Paulo: Nobel, 1985. p. 69-70.

LEMOS, Carlos Alberto Cerqueira. História da casa brasileira. São Paulo: Editora Contexto, 1996.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Cidade Selvagem, como o são todas as Cidades Americanas (1935). In: SILVA BRUNO, Ernani (org.). **Memória da Cidade de São**



**Paulo:** depoimentos de moradores e visitantes, 1553-1958. São Paulo: PMSP-SMC, 1981, p.189-192.

LIPPI, Lúcia. Revolução de 1930. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/revolucao-de-1930-3>>. Acesso em: 12 jan. fev.

LUCHESE, Maria Cecília. “João Florence de Ulhôa Cintra: influências, amizades e profissão”. **Risco: Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo (Online)**, Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU USP), V. 14, n. 1, pp. 99- 105, mai. 2016.

MAIA, Francisco Prestes. Os Melhoramentos de São Paulo. São Paulo, 1945.

\_\_\_\_\_. **Introdução ao Estudo de um Plano de Avenidas para a Cidade de São Paulo**. São Paulo: Cia Melhoramentos, 1930.

\_\_\_\_\_. **Os Melhoramentos de São Paulo**. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.

MATOS, Maria Izilda Santos de. Maria Prestes Maia: trajetória de vida e lutas. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)Biográfica, Salvador, v. 3, n. 7, p. 187-202, jan. 2018

MARTINS, Luciano. Estado Novo. In: ABREU, Alzira Alves de et al (coords.). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós-1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. Disponível: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/estado-novo>>. Acesso em 30 dez. 2021.

MEHRTENS, Cristina. **Urban Space and National Identity in Early Twentieth Century São Paulo, Brazil: crafting modernity**. New York: Palgrave-Palmlive, 2010.

MORSE, Richard M. **Formação Histórica de São Paulo**. São Paulo: Editora Difusão São Paulo, Européia do Livro, 1970.

MUNIZ, Claudia Andreoli. Os cortiços no patrimônio: projetos, estratégias e limites nas práticas do departamento do patrimônio histórico na bela vista, em são paulo, nos anos 1980. 2020. 257 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

PARAIZO, Renato Cury. **Apresentação, 2017**. Disponível em: <http://www.laurd.proureb.fau.ufrj.br>. Acesso em 30 jul 2018.

PAULA, Eurípedes Simões de. **A Segunda Fundação de São Paulo**. De pequena cidade à grande metrópole de hoje. São Paulo: 1939.

PAULICEIA 2.0. Disponível em:  
<http://bv.fapesp.br/pt/auxilios/95347/pauliceia-20-uma-plataforma-espacotemporal-para-humanidades-digitais/>. Acesso em 30 jul 2017.

PROENÇA, Georgia. Demolições e Viadutos: levantamento de fontes oficiais, da imprensa e iconográficas como suporte à história do perímetro de irradiação e sua passagem por sobre os ribeirões Saracura e Itororó (1937-1945). São Paulo: Relatório Técnico para Fapesp, 2019.

REIS FILHO, Nestor Goulart. São Paulo e outras cidades: produção social e degradação dos espaços urbanos. São Paulo: Hucitec, 1994.

REVISTA CIDADE. **A saga da Metrópole e seu Inventor**: cem anos de Prestes Maia. São Paulo, a.III, n.4, 2016, p.5.

ROLNIK, Raquel. Territórios em conflito – São Paulo: espaço, história e política, 2007.

SANTOS, Demóstenes Magno. **A história da Construtora Alfredo Mathias: 1950-1985**. 2013. 286 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SANTOS, Patrícia Costa dos. Imprensa paulistana nas décadas de 1930 e 1940: prestes maia e a divulgação do plano de avenidas. São Paulo: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo: Atualização Crítica, 2020.

SAMPAIO, Maria Ruth Amaral de. **São Paulo 1934-1938, os anos da administração Fábio Prado**. São Paulo: FAU-USP, 1999.

São Paulo (cidade). **Projeto de Desfavelamento. Secretaria do Bem Estar Social**. Departamento de Habitação e trabalho. Divisão de Habitação da PMSP, 1971.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os Meandros dos Rios nos Meandros do Poder: Tietê e Pinheiros**: Valorização dos Rios e das Várzeas na cidade de São Paulo. São Paulo: Alameda, 2015.

SILVA BRUNO, Ernani. **História e Tradições da Cidade de São Paulo**. 3v. São Paulo: HUCITEC, 1983.

SIMÕES JUNIOR, José Geraldo; ANGOTTI-SALGUEIRO, Heliana. Luiz de Anhaia Mello: um pioneiro do urbanismo paulistano. São Paulo: Editora Mackenzie, 2020.

SPATIAL HISTORY PROJECT. Disponível em: <http://web.stanford.edu/group/spatialhistory/cgi-bin/site/project.php?id=999>. Acesso em 30 jul 2017.

SCHNECK, Sheila. **Formação do bairro do Bexiga em São Paulo**: loteadores, proprietários, construtores, tipologias edilícias e usuários (1881-1913). 2010. 283 f. Tese (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo**. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

TOLEDO, Benedito Lima de. **Três Cidades em um Século**. São Paulo: Duas Cidades, 1981.

\_\_\_\_\_. **Prestes Maia e as origens do urbanismo moderno em São Paulo**. São Paulo: Empresa das Artes, 1996.

TUMA, Nicolau. **As obras que Prestes Maia não realizou**. In MAIA, Francisco Prestes. Os Melhoramentos de São Paulo. 2ª ed. São Paulo: Imprensa Oficial, 2010, p.384-387.

UNIFESP. <http://repositoriodedados.unifesp.br>. Acesso em 30 jul 2017.

VARGAS, Diego Vasconcellos. **Memória e silenciamento nos Arcos do Bixiga**. Dissertação (mestrado em Análise de Políticas Públicas). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

WEINSTEIN, Barbara. **The Color of Modernity: São Paulo and the making race and nation in Brazil**. Durnham: Duke University Press, 2015.

WILLIAMS, Paul Kelsy. **Lost Washignton D.C**. New York: Pavilion, 2012.

WISSENBAACH, Maria Cristina Cortez. **Sonhos africanos, vivências ladinas: escravos e forros em São Paulo (1850-1888)**. São Paulo, Hucitec/História Social, USP, 1998.

ZOREK, Bruno de Macedo. **'São Paulo não pode parar**: Propostas de cidade de Francisco Prestes Maia e Robert Moses. Anais do VII Seminário Nacional de Sociologia & Política. Curitiba: UFPR, 2016.

## **Anexos**

### **Relato de Itsuo Nakashima**

**Itsuo Nakashima (I.N):** “Ta bom. Ta... Ta correndo, já?”

**Lorena Nakashima (L.N)** “Ta correndo, pode falar!”

**I.N:** “Oi, tudo bom? (risos) Meu nome é Itsuo Nakashima, a minha nacionalidade é japonesa. É... a idade é... 67, eu acho. E, qual, qual a profissão? É... sou desenhista.

**L.N:** “É... Qual é... Você veio pro Brasil quando?”

**I.N:** “É foi em 1956... É... eu cheguei eu tinha... um pouco mais, um pouco menos de 2 anos de idade”

**L.N:** “É... vocês vieram morar nesse prédio? Quando que você, o vovô e a vovó vieram morar nesse prédio?”

**I.N:** “Nós passamos... nós passamos... nós passamos cerca de um ano, um ano e meio no Brasil. Só que... não fomos diretamente aqui nesse apartamento na Bela Vista, a gente ficou na... numa casa... não se de quem. Acho que o meu pai acabou... é... arriscando com alguém... e ... ter ouvido né? Que tem um apartamento, uma casa, em tal lugar. Acho que foi Itaim (uhum). E depois, é foi pouco tempo. Acho que no máximo 1 ano, não acho que chegou 1 ano não, não sei te dizer exatamente, mas acho que um breve período no Itaim, depois, fomos também alguns hotéis. Um hotel interessante chamado “Cristal” (risos), era mais um pulgueiro. E... que mais? Aí, acho que em 58... meu pai ele assinou um contrato de locação de apartamento, que é esse aqui da Japurá, da Bela Vista”

**L.N:** “Ai no... na época, o vovô e a vovó tinha mais ou menos quantos anos? Quando vocês vieram pra cá no prédio?”

**I.N:** “O meu pai ele tinha... ele fez 30 anos de idade no navio. Nós viemos de navio, do Japão pra cá. Isso foi em 56. Ele nasceu em 26, né? A minha mãe, um ano mais nova que meu pai, né. Tinha 57. É... nasceu em 27, né? E eu tava ali, com quase dois anos.

**L.N:** E quando vieram pra cá, tavam com 30 e... quase 40.. 30 e? **I.N:** 31, 2... é... Porque...

**L.N:** Ah é ces ficaram um ano né? É verdade... **I.N:** 26 é o nascimento do meu pai. Se atendo mais ao meu pai, né? Então seria 26 o aniversário dele. Completou 30 anos de idade no navio, que a gente atracou... não exatamente nessa data, mas é... marca bem a vinda.. a chega... subimos aí pra Santos e São Paulo. E é... acho que meu pai já tinha

alguma referência fotográfica, principalmente dessa região aqui... Da consolação, Bela Vista e... que mais... é... ah! Acho que ele pensou “Ou, onde é esse lugar?”. Ele não tava se localizando muito bem, porque ele tinha visto aquelas palmeiras na Praça das Bandeiras, Praça da República e... e acho falta né? (risos). Mas andando um pouquinho mais pra lá e pra cá... Ele... Finalmente viu o Vale do Anhangabaú... Algumas estátuas provavelmente do Brecheret... E... Foi também... Não de imediato, mas aos poucos, se inteirando com a colônia japonesa, ou seja, bairro da Liberdade. É... até hoje, né? O bairro da Liberdade é um marco para os japoneses, né? E... o meu pai, acho que acabou fazendo contato (risos), de cara com a colônia e foi procurar conhecer um editor de um jornal da colônia japonesa chamado de São Paulo X Boom e aí... é... ele conheceu acho que o editor, ele meio que sabia mais ou menos que um desenhista meio famoso no Japão estava pra chegar aqui no Brasil (risos)... Ah disso, famoso.. Ah, uma pessoa que lidava com uma coisa que pros imigrantes japoneses é até meio difícil né...Meio diferente...

**L.N:** E quando, quando vocês chegaram aqui no prédio... o prédio já era assim? Da maneira que ele é hoje?

**I.N:** Sim, muito vazio né...

**L.N:** Mas, mas ele tava todo acabado, né?

**I.N:** Todo. Tinha até uma faixa escrito “Apartamentos à venda” todo... Não à venda, alugar, né? Uma faixa mesmo de...rua, né? Na fachada do prédio. Eu não sabia, mas acho que na entrada do prédio, até hoje tem um... uma placa (uma placa, uhum) dizendo que esse aqui seria um dos primeiros que foram feitos é... vários cuidados foram tomados pra mostrar um prédio de dois andares cada apartamento. Então acho que isso daí...

**L.N:** Duplex né?

**I.N:** É duplex... Acho que meu pai nem sabia (risos) dessa característica aí, né? E... então, aí já... a gente chegou provavelmente já sentindo que “vou ficar aqui”. E aí ele alugou.

**L.N:** Você não lembra de ver uma parte mais, assim, mais pobre... tipo cortiço...?

**I.N:** Tinha muitas casas geminadas aqui na Japurá...

**L.N:** Na rua mesmo...

**I.N:** Na rua...

**L.N:** Em direção a...

**I:N:**A...Ao número maior. Ou seja, nós estamos aqui no 55, aqui na Japurá... Então mais pro fundo seria... 109, é... casas de maior quantidade. Não tinha...

**L:N:** Indo pra radial, né? Tá certo falar assim?

**I:N:** A-acho que você tem... Duas ruas adjacentes a Japurá, pro final... E aí dá, dá, dessas adjacentes que eu num sei o nome (risos) até hoje eu não sei, não sei... eu sei que... por aí da pra ir pra radial, só que na época não era radial, né? Tinha umas ruas pequenas de paralelepípedo...

**L:N:** Não tinha radial?

**I:N:** Não tinha. Radial eu acho que era... é mais... década de final de 60... começo de 70, eu acho.

**L:N:** Quando vocês vieram já tinha o... Viaduto Nove de Julho?

**I:N:** É...

**L:N:** Dava pra ver a... Nove de Julho embaixo?

**I:N:** Eu acho que dá sim. Tem isso, ainda na... finalzinho da década de 50, tem fotos que meu pai tirou, né? Mostrando inclusive umas composições que ele achou interessante... um ônibus aqui, outro ônibus ali... O chão todo de paralelepípedo, ele deve ter tirado da janela aqui...

**L:N:** Não tem né? Essas fotos?

**I:N:** Tem, tem, tem. Aí ele fotografou de cima, né? Essas fotos. Aí tem as pedras, é... num, acho que tem também é... Nove de Julho... afastando mais a câmera né, dá pra ver um ou outro pedaço da Nove de julho, da Santo Antônio, acho que da... da Santo Amaro, que é aqui paralela da Japurá. Era subida da Japurá, ou melhor da... Da Santo Amaro, lá embaixo, na Praça das Bandeiras, pra cá... era uma subida e aí tinha bonde que fazia esse percurso... É... que mais...

**L:N:** Você dizia que... das casas geminadas aqui na Japurá... **I:N:** Ah sim! Sim! É... essas casas acho que... lembram um pouco, um maltrato, não sei, talvez existindo há muitos anos, né? Tinham muitos moradores nessas ruas. Eu acho que meu pai fez também algumas aquarelas com um retrato ou dois, dessa... desse pedaço... da Santo Amaro, depois quebrando pra cá da Santo Antônio, onde dá pra ver melhor casas geminadas ou quem sabe até cortiço. É... que mais, prédio mesmo, esse da Japurá, que nós estamos até hoje, né? Faz mais de 30 anos, eu acho, quase 40, que nós estamos nesse prédio. Eu acho que é isso, é... bom... tinha uma série de pessoas que circulavam muito por aqui oferecendo serviços, tinham, tinha um senhor - tinha vários senhores na verdade. Ele parecia muito o Professor Pardal, né (risos)? Que aparecia muito nas revistas de, nas

revistas da Disney, esse Pardal. Professor Pardal ele faz de tudo, conserta, desmonta, liquidificador, ventilador, essas coisas... Então, ele tinha uma oficina, aqui na Japurá e ele consertava, prestava serviço pra muita gente. Todo mundo chamava ele de Professor Pardal, né? Então tinha esse clima de, é... muito frequentado nesse nível, todo mundo conhecendo todo mundo é... o meu pai não, né? Acho que por ele ser japonês, ele tinha também uma certa dificuldade na língua portuguesa, né? A distância da, da comunicação acho que era maior. Mas... rapidamente ele, acabou ampliando mais o raio de ação dele né (risos)? A começar pela Liberdade.

**L.N:** Você uma vez comentou que... isso mais uns anos mais tarde, né? No ano em que deram o Golpe da Ditadura Militar, você devia tá com uns 6 anos?

**I.N:** Quase 10...

**L.N:** Quase 10...

**I.N:** Quase 10... Eu nasci em 54. Viemos pra cá em 56. O Golpe foi em 62, 60 e...

**L.N:** 64.

**I.N:** 64. É... eu acho que eu... já tinha uma certa consciência.

**L.N:** Você disse que a... esse movimento todo, ficou meio... meio parado... meio em silêncio... **I.N:**É... o prédio... normalmente tinha gritaria e crianças, bola... Aí no dia... provavelmente deve ter sido nessa data do estopim, né... Porque eu me lembro que meu pai tava com o radinho ligado, né? Esses de pilha. E aí eu me lembro que eu senti um negócio estranho. Esse silêncio repentino. Eu não sei, eu acho que eu estava brincando aqui embaixo. Tinha mais uma mistura de estacionamento, com poucos carros, né? Com playground, com areia, enfim, balanço. E eu tava nesse lugar, como eu sempre frequentava, e, de repente ficou esse silêncio estranho, pessoas correndo no corredor. E aí eu fiquei um pouco receoso, não sabia o que tava acontecendo, saí correndo também. Devo ter chegado aqui em casa bem rápido e meu pai tava no radinho, minha mãe... como sempre na cozinha, não sei. Mas o meu pai acho que ele tava meio que acompanhando, ou tendo também, um ou outro dica de informações de alguns japoneses aí da colônia, mas ele tava numa boa, ele não tava muito com medo ou (risos) ou, fazendo barricada de areia (risos), pra ele acho que... ele viu coisa pior, inclusive, né? No Japão, é.

**L. N:**E... você, você ia a pé pra escola, né?

**I.N:** Quando você começou a ir a pé, que escola que era mesmo?

**L.N:** É, eu entrei num externato de cunho religioso. Chamado Externato São Francisco, fica ao lado da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Não sei se tinha alg a ver um com outro...

**L.N:** Era um predinho amarelo? Do lado direito pra quem olha de frente pra faculdade?

**I.N:** Então, tem a Igreja que é A Portentosa e aí tem o Externato que é meio apagado até e no meio era onde eu ia pra escola, que era chamado Externato. Tinha... tinha noviço, tinha uma mistura de... de... coisas que eu nunca prestei muita atenção, né...

**L.N:** Aí daqui, pra... pro Externato... Você, você caminhava, você tem alguma lembrança de como que era esse trajeto, as pessoas, os prédios?

**I.N:** Eu, eu não sei como, enquanto a mãe... mas a mãe de um coleguinha que eu acabei fazendo amizade aqui no prédio, a mãe era super... não deixava ele fazer nada né (risos). E eu não (risos). Eu era meio solto! Ia comprar lâmpada pra minha mãe... é... pagamento de contas pra mim era bem familiar... Eu não sei quantos anos eu tinha, acho que menos de 6 e eu andava daqui até... umas lojas Americana, que não era...

**L.N:** Pagava conta com 5 anos (risos)?

**I.N:** Pagava (risos), era permitido inclusive, né! Eu não, não havia...

**L.N:** Que doido (risos)!

**I.N:** É! Meio estranho, pensando bem, hoje, né? Ou seja, eu fui né (risos) bastante né, largado assim... Ah, acho que eu também não reclamava, não achava ruim, é... Tinha uma certa sensação de “que legal!, né? E... não questionava mais, ia muito comprar esses negócios de lâmpada, pilha, coisas mais de, de manutenção da casa, né. E aí, de casa até o largo São Francisco. Era basicamente só 3 caminhos, não era possível inventar (risos) muito mais! Se não, ficaria dando uma volta muito grande. Ah! Uma coisa que era interessante era que aos domingos tinha missa... porque a escola onde eu frequentava tinha a ver com a religião de São Francisco, né? Franciscanos, aí não tinha saber, até pouquinho mais de conhecimento, muito depois de quando eu comecei a fazer pagamento, né (risos)? Agora... é... dessas duas, três itinerários, acho que lá em casa era mais baixo e o Largo São Francisco era mais alto... era cansativo, era bastante... é... tinha que se esforçar pra chegar no horário, inclusive, né? Aí aos domingos, além da missa, que nos eramos como alunos obrigados a participar, uma vez por mês, num cinema chamado Cinemetro, na Avenida São João... não é tão longe, mas também não é tão pertinho. Lá passava matine de desenho animado, do gato e o rato, o Tom e Jerry. E aí o meu pai ficava



me esperando do lado de fora da Igreja (risos), ele não era católico (risos). Acho que não (risos). E ele me aguardava, pegava lá minha mala de escola e íamos andando pra o Cinemetro, assistir matine de 1 hora.

**L.N:** Que legal!

**I.N:** Nossa, era super legal! E minha mãe nunca vinha (risos). O meu pai acho que não fazia muita questão de puxar ela (risos). Mas, brincadeiras à parte, acho que era um momento entre eu e meu pai, né?

**L.N:** E você lembra mais ou menos, as pessoas que passavam? Você tinha mais ou menos noção se era gente que vinha pra trabalhar, se era mais ou menos daqui? Você tinha noção?

**I.N:** Olha...

**L.N:** Na rua...?

**I.N:** É... uma coisa que eu acho que era bem visível é a elegância do paulistano, os homens tinham uns chapéus, todos eles praticamente, ficava até difícil de... imaginar, será que era uma pessoa que trabalhava em escritório? Será que ele é motorista de táxi? Porque tive essas oportunidades, né? E eu não achava estranho, porém, era o que eu me lembro, andar de ônibus é... era mais popular. Só que, não sei porque, o meu pai era meio... acho que gastava um dinheirinho (risos) pra, porque dava, né? Tinha um tipo de trabalho que... ele se relacionava muito com várias pessoas, né? Mesmo com toda essa dificuldade da língua portuguesa, ele tinha aí... e não era aqui na Bela Vista nem na Japurá (barulho).

**L.N:** Liberdade, né?

**I.N:** Na Liberdade. É! Liberdade. Tinha um, um, um lugar meio, meio termo, um escritório que ele abriu, numa praça que se chama... Praça... poxa, agora eu esqueci. Mas passava o Terminal do bonde nesse lugar. Praça Carlos Gomes!

**L.N:** Onde?

**I.N:** É aí na... você subir aqui a Maria Paula e passar em frente à, ao Cine Jóia, não sei se você reparou... Tem uma pracinha, é... essa praça tem... é... esse Cine Joia, tem... tinha uma editora que se chamava Scipione, que era de livro didático, enfim, já na década de 50 e o Cine Joia era super frequentado pelo meu pai. E lá tinha também, essa fluência de pessoas indo, da colônia japonesa, indo ver filmes, no cine Joia. E aí, eu ia junto, apesar de pequeno. Acho que era permitido à criança entrar desde que estivesse junto com adulto. Então, acho que a cidade de São Paulo nesse pedacinho que eu andava bastante, tinha muitos homens cavalheiros com a aparência... Legal, né? Bonito, acho

que hoje é difícil de ver. Hoje. Há muito tempo já, né? Acho que há uns 20 anos tá, no mínimo, degradante acho assim, tudo sujo, tudo rabiscado, pessoas sem-teto, tô misturando um pouco a época mas era comum, esse tipo de visual, né? A afluência de imigrantes de vários lugares, era forte isso, né? Na época não era e, tinha, os homens mais uma vez, por estarem de chapéu, toda vez que eles cruzavam com senhoras, moças, eles tiravam o chapéu e... Eu achava tão... bonito isso, né? As mulheres de vestido, vestido, bom, tem a questão da moda, etc, né? Mas, mas não era só bonito, era um clima bacana, né? Meio romântico.

**L.N:** É... falando nesse... Parece até uma época... De ouro, né? Dessa região... Você lembra se já existia esse prédio aqui, o Viadutos, que tem esse estilo meio... é... neoclássico, né? Não sei se dá pra se dizer assim

**I.N:** Ou até art-nouveau, né?

**L.N:** Art-nouveau, isso!

**I.N:** É, eu acho que, mais uma vez quando esse prédio aqui da Japurá tava pra ser alugado, com pouca gente afluindo, esse prédio já existia. Esse Viadutos... E tinha um outro, não outro, mais de uns prédios, com estilos e arquiteturas parecidas com essa do Viadutos, na Higienópolis, é um pouco longe. Na Higienópolis. Voltando aqui na Maria Paula, era Monções, o nome de um prédio grande que tinha, tem até hoje, você olha pra cima e tem uma marquise, cheia de buracos, né? Um estilo bacana. E... que mais...

**L.N:** Os prédios existam na maneira como eles estão hoje? Mais ou menos...?

**I.N:** Praticamente, praticamente. Vários prédios baixos, com acho que 5, 6 andares, garagem pra 1, 2 carros (risos). Meio rico aqui, esse pedaço, né? Uma doceira... Nossa, o nome doceira... como que era... bom (risos), não importa, né? Mas... essa doceira era tão assim, com pouca gente, com poucos produtos e um espaço enorme lá dentro. Então tinha essa característica de... é... opulência né... de classes né... É que eu também não, o Ralf, por exemplo, que é esse amiguinho tava ali com a gente (risos). Num apartamento, provavelmente ainda não comprado por eles, mas depois compraram. Foram morar em Higienópolis e o pai era um... era um sírio, não se se judeu, mas era sírio... A mãe do Ralf, acho que era marroquina. E o Ralf nasceu no Egito. Na capital, Cairo. Ele tinha uma irmã, chamada Joice, que nasceu em São Paulo. E parece que eles vieram meio fugidos do Oriente Médio pra cá. Pararam em vários lugares antes, né (risos)? Comparado a isso, nossa, nós viemos num luxo aqui... é... tranquilo, né? Não tinha tiro, não tinha esse tipo de manifestação, mesmo com a ditadura mais forte no Rio, né? O Rio, o Rio era

a Capital Federal ainda, tipo Brasília. O Rio se transformou em Brasília depois... Então, é... essas coisa do medo, de falta de algum clima de maior segurança, eu não me lembro de ter esse tipo de... algo ruim. É, era bonito, era legal e eu fui percebendo isso mais e mais conforme a ditadura foi recrudescendo, os estudantes começaram a sofrer, jornais... Eu me lembro mais ou menos, vou dar um salto bem grande, mas a revista Veja, eu me lembro de ser... saíram vários exemplares com censuras bem violentas mesmos. Nossa, só tem 3, 4 folhas, né (risos)? E o resto, né? Apesar disso, eu não achei, assim, perigoso andar... né...

**L.N:** Ah, eu acho que é... Só mais uma pergunta, e aí, de repente a gente podia até fechar.

**I.N:** Tá bom...

**L.N:** Se você lembrar de mais alguma coisa... Mas aqui na, no... na Maria Paula e no Viaduto né, Nove de Julho, hoje em dia, chega um certo horário, fica com bastante trânsito, né? De carro, ônibus...

**I.N:** Uhum.

**L.N:** Você lembra se na época passava bastante carro, se passava ônibus? Quando que começou você, que você, que você não começou, o, caramba! Que você parou de ver bonde passando lá... da praça das Bandeiras pra cá..

**I.N:** É... trânsito de carro, de ônibus, incrivelmente, tinha muito carro. Táxi principalmente. Era uns carros antigos, da década de 40, 50, grandes, antigos, escuros lá dentro. E... né, carros importados...

**L.N:** Tipo Poderoso Chefão?

**I.N:** É! (risos). Isso, isso! Ah... aquele, uma época que os Estados Unidos construiu muito carro desse esporte e parecia que tinha uma certa relação entre eles (risos), a bandidagem e a produção de carros, né? Mas o... aos poucos, acho que entrando na década de 60, tinha pouca coisa que era, propaganda de veículos, peça de carro, amortecedor, radio pra carro, antena. O meu pai mesmo fez alguns comerciais, né? Pra falar isso. Bem estranho, bem... achei, né? Muito... poxa, né.. que lugar que tá cada vez mais sendo promissor, né? Esse país. Televisão... rádio, claro, restaurante... E... eu acho, que ainda, no finalzinho de 50... Que eu tenho né, fotografia que meu pai tirou de monte... Dá pra você verificar né, com melhor acuidade né...e... E acho que na década de 50, acho que ainda tinha, um clima de bastante carro sendo comprado, sendo consumido, é... uma classe dominante, provavelmente donos do café, ainda fazendo... uma presença, né? Os Prado... Tem várias famílias, né? Quatrocentões, que tão, com suas

lojas, não apenas áreas de cultivo, né? Mas de lojas... Interessante, né? Pensando bem agora, tudo muito contemporâneo. De repente, foi tudo diminuindo. Ônibus também desde sempre acho que foi em menor quantidade linhas, então era difícil ver ônibus pra lá e pra cá. Táxi era mais possível.

**L.N:** Que cor era o táxi?

**I.N:** Tudo escuro. Preto. é... tinha um carro cuja pintura eles chamavam de... São duas cores, então era meio diferente, um carro com duas cores, o normal era tudo preto, cinza, pneu com banda larga, carro de duas cores era meio nossa (risos) “cara tá podendo” (risos) aparência de madeira, típico de americanos, você ia fazer um piquenique...

**L.N:** Que cafona!

**I.N:** Também acho!

**L.N:** Não era conversível?

**I.N:** Não! Esse é o que abre. Que também diga-se de passagem era pra chamar atenção. Ônibus escasseava bastante, mas dava pra perceber que tava mal o negócio aqui, né (risos) mas muito depois da década de 50 isso aqui né. Na década de 50 ainda tinha muito carro, ônibus provavelmente semi-estrangeiro, né. Havia produção de ônibus acho que com mais condição de, não sei porque, mas acho que a mecânica era bem diferente né, de ônibus e taxi né, então... De uma certa forma, o ônibus era mais, fluía melhor, o governo brasileiro tava bancado mais, com aspectos socialistas e... de distribuição e, de facilidade, nem, de coisa boa pra consumidor né, pra passageiro. Agora, carro particular, esses de passeio, esses táxis, isso era luxo demais né (risos) acho que até pegava mal. Então, o... a produção também não era possível no Brasil. Fábrica de carro que foi sinônimo de indústria se desenvolvendo cada vez mais foi metade pro final da década de 50 né, é isso.

**L.N:** E... acho que agora era legal fechar, né...

**I.N:** Uhum.

**L.N:** E você pode falar um pouquinho de quantos anos você tinha, como é que tava aquilo em torno daquilo quando você saiu daqui? Passou a morar em outro lugar.

**I.N:** Acho que eu sai, acabei abandonado minha mãe risos. A gente teve uns desentendimentos e eu acabei fazendo minha vida né... Isso foi... Em... 80? Eh que eu fiquei nesse clima ruim com a minha mãe, num pedaço de 70, depois 80.

**L.N:**80?

**I.N:** Mais ou menos na década de 80 fui embora... Arrumei um espaço. Alias, não, não! Era uma república, entre aspas.

**L.N:** E o Kiko?

**I.N:** É, eu e o Kiko. Ele tava precisando de um parceiro pra dividir aluguel e aí eu topei, pra desgosto da minha mãe (risos). Eu acabei saindo daqui de casa da minha mãe, mas assistindo ela, né. Fui mantendo o que pude, comecei a trabalhar de carteira registrada no ano de 74. Aos 40 anos já né... Nos altos e baixos, tanto no aspecto pessoal, quanto no aspecto do Brasil, né. Tinha muita paridade, ou seja, a situação econômica do Brasil ia mal, a gente levava paulada do mesmo jeito.

**L.N:** Então, mas você sentia essa diferença econômica aqui no entorno? Na rua, no Viaduto..?

**I.N:** Sim, sim, sim. **L.N:** Como é que? Não tinha mais aquele glamour da década de...?

**I.N:** Não, não. Ou era muito difícil. Doceiras, padarias, que nem tem alguns por aqui, eram coisas que foram fechando. Foram ficando meio, poxa aqui não tinha um café, não sei das quantas? Tanto os produtos oferecidos pelos donos, o tipo de pessoas que iam lá, consumir, tavam bem... fora do eixo, né? E provavelmente, o... Porque disso, imagino eu... foi por causa da Ditadura, né? A Ditadura cerceou muitas coisas, fez várias coisas de desenvolvimento do país, mas não deu muito, certo, né?

**L.N:** É, aí... (risos) Aí fica pra outra entrevista isso aí então!

**I.N:** Ta certo, ta certo! (risos)

**L.N:** Aquele cinema, com o vovô fechou? **I.N:** Fechou, fechou. Para variar tem um cara, que conheci, ele fez um livro, escreveu um livro, ou foi tcc. alguma coisa a ver com USP. Ele fez um apanhado de espaços de cinema japonês, aqui no Brasil, o nome dele é Alexandre Kiximoto.

**L.N:** Sim.

**I.N:** E ele fez vários trabalhos de cunho social, né? Questões do povo japonês que chegou no Brasil e seu deu mal, né? Acabou sofrendo problemas muito sérios, de saúde, de se desenvolver como se imaginava que daria pra se desenvolver no Brasil né, vindo pro Japão. Acho que tinha 3, 4, salas de cinema japonês aqui em SP. Cine Joia, Cine Nikkatsu, daí.. Niterói, 4, 5, por aí, espaços onde meu pai frequentava bastante, minha mãe também (risos) Que não era desenho.

**L.N:** Você quer falar mais alguma coisa, pra complementar? Que você se lembre?

**I.N:** Acho que é isso. **L.N:** Tá bom! Vou finalizar!

**I.N:** Tá bom! Espero que tenha sido útil!

**L.N:** Dá um tchau pra Georgia! É Georgia, o nome dela!

**I.N:** Ah, Georgia!! Muito prazer! E parabéns pelo trabalho que vocês estão desenvolvendo. Bacana!